

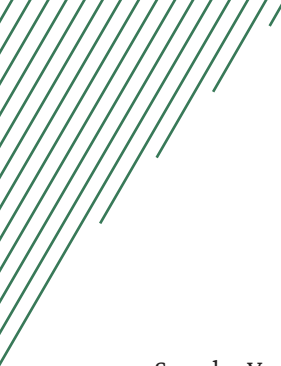
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – 2021 –

Brasília
2022

SENADO FEDERAL





MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Biênio 2021–2022

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Romário

SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Irajá

PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer

SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Rogério Carvalho

TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Weverton Rocha

QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Senador Jorginho Mello

PRIMEIRO SUPLENTE

Senador Luiz do Carmo

SEGUNDO SUPLENTE

Senadora Eliziane Gama

TERCEIRA SUPLENTE

Senador Zequinha Marinho

QUARTO SUPLENTE

Ilana Trombka

DIRETORA-GERAL

Gustavo A. Sabóia Vieira

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Senador Fernando Collor

PRESIDENTE

Senador Flávio Bolsonaro

VICE-PRESIDENTE

BLOCO PARLAMENTAR UNIDOS PELO BRASIL (MDB, REPUBLICANOS, PP)

TITULARES

Sen. Marcelo Castro (MDB)

Sen. Nilda Gondim (MDB)

Sen. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)

Sen. Eliane Nogueira (PP)

Sen. Flávio Bolsonaro (PL)

SUPLENTES

Sen. Eduardo Braga (MDB)

Sen. Eduardo Gomes (MDB)

PSD

TITULARES

Sen. Angelo Coronel (PSD)

Sen. Carlos Fávaro (PSD)

SUPLENTES

Sen. Irajá (PSD)

Sen. Nelsinho Trad (PSD)

BLOCO PARLAMENTAR DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA (PT, PROS)

TITULARES

Sen. Jaques Wagner (PT)

Sen. Fernando Collor (PROS)

SUPLENTES

Sen. Zenaide Maia (PROS)

Sen. Jean Paul Prates (PT)

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/PSDB/PSL

TITULARES

Sen. Izalci Lucas (PSDB)

Sen. Plínio Valério (PSDB)

Sen. Soraya Thronicke (PSL)

Sen. Styvenson Valentim (PODEMOS)

SUPLENTES

Sen. Roberto Rocha (PSDB)

Sen. Rodrigo Cunha (PSDB)

Sen. Eduardo Girão (PODEMOS)

Sen. Flávio Arns (PODEMOS)

BLOCO PARLAMENTAR VANGUARDA (DEM, PL, PSC)

TITULARES

Sen. Chico Rodrigues (DEM)

Sen. Zequinha Marinho (PSC)

SUPLENTES

Sen. Jorginho Mello (PL)

PDT/CIDADANIA/REDE

TITULARES

Sen. Alessandro Vieira (CIDADANIA)

Sen. Eliziane Gama (CIDADANIA)

SUPLENTES

Sen. Cid Gomes (PDT)

Sen. Acir Gurgacz (PDT)

CORPO TÉCNICO DA CONSULTORIA

Frederico Andrade Tomich
Eduardo Ribeiro

GABINETE DO SENADOR FERNANDO COLLOR

Joberto Mattos de Sant'Anna – Chefe de Gabinete
Marcus Vinícius Caldas Souto – Subchefe de Gabinete
Leonardo Antonio Onofre de Souza – Assessor
Arthur Maciel Motta – Assessor Parlamentar
Hebert Vieira Coutinho – Assessor

CORPO TÉCNICO DA SECRETARIA DE APOIO À COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Marcus Guevara Sousa de Carvalho – Secretário da Comissão
Leomar Diniz – Secretário Adjunto

EQUIPE TÉCNICA

Daiane de Moraes Soares
Gabriel Guimarães de Oliveira
Luciana Ferreira Cardoso
Luiz Carlos Santana de Freitas
Maria Fernanda S. S. F. Cruz
Rayanne Rossi Bougleux
Sarah M. Abrahão Tolentino de Vasconcelos

CONTATO

Secretaria de Apoio à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)
Senado Federal | SACDR – Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Sala 07, subsolo
Fone: 61 3303-4282
e-mail: cdr@senado.leg.br

FOTOGRAFIAS

Waldemir Barreto/Agência Senado: p. 7, 174 e 175
Pedro França/Agência Senado: p. 11
Roque de Sá/Agência Senado: p. 13, 29, 36, 68, 92 e 103
Hebert Coutinho/Gabinete do senador Fernando Collor: p. 37, 50, 141, 142, 159 e 160
Leopoldo Silva/Agência Senado: p. 117, 118 e 188

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Ciclo de debates sobre o desenvolvimento regional 2021 / Senado Federal, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. — Brasília : Senado Federal, 2022. 196 p. : il., fots., gráfs.

1. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, atividades, 2021. 2. Políticas públicas, Brasil, 2021. 3. Desenvolvimento regional, Brasil. I. Título.

CDDir 341.2537

Ficha catalográfica elaborada por Marcela Caldas CRB 1116

SUMÁRIO

Prefácio	7
Abertura e palestra inaugural do Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional	11
1ª Mesa – A Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil: cenário atual e desafios para o período pós-pandemia	13
2ª Mesa – O Plano Nacional de Recursos Hídricos e desenvolvimento regional: o desafio de expansão dos serviços de saneamento básico no Brasil	37
3ª Mesa – Aviação regional e seu papel no desenvolvimento regional	50
4ª Mesa – Política Nacional de Irrigação: fixação do homem no campo e desenvolvimento regional	68
5ª Mesa – O SUS como instrumento de redução das desigualdades sociais e regionais	92
6ª Mesa – Educação como estratégia de redução das desigualdades sociais e regionais	103
7ª Mesa – Energia e desenvolvimento regional: proposta de marco legal para a geração de energia própria	117
8ª Mesa – Hidrovias e desenvolvimento regional: o desafio da integração multimodal de transportes no Brasil	141
9ª Mesa – O papel da internet 5G na promoção do desenvolvimento regional	159
10ª Mesa – Consórcios Públicos: o papel da gestão associada de serviços públicos no desenvolvimento regional	174
11ª Mesa – Programa SPU+: iniciativas para o biênio 2021-2022 e seus desdobramentos sobre Estados e Municípios	188



PREFÁCIO

Tenho o imenso prazer de apresentar ao público este relatório consolidado do primeiro Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional, realizado no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

O ciclo teve como objetivo identificar gargalos institucionais que dificultam o desenvolvimento do Brasil e discutir um plano de ação, inclusive soluções legislativas, tanto a curto quanto a médio prazo. Além da apresentação do ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, realizada na sessão de abertura, foram realizadas onze audiências públicas abordando temas extremamente relevantes para o debate.

Nesta publicação estão registradas as contribuições de um conjunto selecionado de especialistas e representantes de organizações e entidades governamentais e não governamentais, bem como autoridades do Poder Executivo nas esferas federal, estadual e municipal.

Os debates envolveram uma grande diversidade de temas relacionados a políticas públicas, o que permitiu montar um retrato, ainda que parcial, da situação de diferentes campos de atuação do poder público nesses tempos de pandemia e colher sugestões de aperfeiçoamentos das políticas públicas visando à superação das dificuldades decorrentes desse cenário de redução da atividade econômica. Portanto, os debates estiveram marcados pelo tema da pandemia de covid-19,

que provocou impactos negativos extremamente relevantes nas diferentes atividades econômicas e sociais no Brasil e em todo o mundo.

Passado o período mais crítico, o cenário atual se mostra promissor tendo em vista o avanço da vacinação, que vem criando as condições para a retomada do crescimento econômico e para a volta das atividades cotidianas a um ritmo normal.

Nesse contexto, foram discutidos os seguintes temas:

1. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil: cenário atual e desafios para o período pós-pandemia;
2. Plano Nacional de Recursos Hídricos e desenvolvimento regional: o desafio de expansão dos serviços de saneamento básico no Brasil;
3. Aviação regional e seu papel no desenvolvimento regional;
4. Política Nacional de Irrigação: fixação do homem no campo e desenvolvimento regional;
5. O SUS como instrumento de redução das desigualdades sociais e regionais;
6. Educação como estratégia de redução das desigualdades sociais e regionais;
7. Energia e desenvolvimento regional: proposta de marco legal para a geração de energia própria;
8. Hidrovias e desenvolvimento regional: o desafio da integração multimodal de transportes no Brasil;
9. O papel da internet 5G na promoção do desenvolvimento regional;
10. Consórcios Públicos: o papel da gestão associada de serviços públicos no desenvolvimento regional; e
11. Programa SPU+: iniciativas para o biênio 2021-2022 e seus desdobramentos sobre estados e municípios.

O resultado dos debates sobre esse conjunto tão diverso de temas está consolidado neste relatório, que poderá servir de fonte de análise e inspiração para a busca de soluções para os problemas apontados.

Os desafios são muitos, mas temos na nossa sociedade a vontade e a determinação para superá-los.

FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

**CICLO DE DEBATES SOBRE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
– 2021 –**



ABERTURA E PALESTRA INAUGURAL DO CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O senador Fernando Collor, presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal, abriu o ciclo de audiências em 21 de junho de 2021, informando que o ciclo tem o objetivo de abordar temas da agenda regional, identificando obstáculos ao desenvolvimento do Brasil e discutindo ações efetivas para seu enfrentamento.

O senador Fernando Collor destacou que os debates deveriam ser conduzidos com enfoque na análise das políticas públicas destinadas à redução das desigualdades econômicas e sociais que caracterizam as várias e tão distintas regiões do território brasileiro.

Citando a previsão inicial de quatro mesas de debates, o senador informou que, na primeira delas, seria abordado o cenário corrente da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), bem como seus desafios para o período pós-pandemia.

Para contextualizar o debate, o senador Fernando Collor frisou que o pano de fundo é o processo de recuperação da economia nacional, cujos sinais são crescentemente perceptíveis, apesar dos efeitos abrangentes e nefastos da pandemia. Ponderou que, com o avanço da vacinação, vislumbra-se os primeiros indícios da retomada do crescimento econômico. Em seguida, apresentou dados sobre a evolução de alguns indicadores econômicos que mostravam

bons resultados no período recente e destacou que parcela relevante desses resultados deveria ser atribuída aos esforços bem-sucedidos do governo federal e do Congresso Nacional, prontamente voltados ao enfrentamento das crises sanitária e econômica. Também ressaltou a necessidade de que o processo de crescimento econômico ocorra com qualidade e com propósito.

O senador Fernando Collor sustentou que é imperativo converter o dinamismo produtivo em convergência socioeconômica, viabilizando a equidade no acesso a oportunidades, sobretudo em regiões que registram, comparativamente, indicadores econômicos insatisfatórios. Nessas localidades, é preciso forjar caminhos que levem, cumulativamente, ao crescimento econômico, à geração de renda e à melhoria da qualidade de vida da população. Esse é precisamente o objetivo central da PNDR. Passados quase 14 anos desde sua instituição, em 2007, a PNDR foi atualizada e revigorada em 2019 de modo a consolidar-se como indiscutível política de estado a cargo do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

O ciclo de debates foi aberto com a apresentação do ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, que discorreu sobre as perspectivas da pasta para o próximo biênio.

Em seguida, teve início a mesa de debates sobre o tema “A Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil: cenário atual e desafios para o período pós-pandemia”, com a participação de Louise Caroline Campos Löw, superintendente do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Romildo Carneiro Rolim, presidente do Banco do Nordeste (BNB); e Flavio Amary, presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Os principais pontos da palestra do ministro de Estado do Desenvolvimento Regional e da mesa de debates que se seguiu a ela são apresentados adiante.



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1ª MESA – 21/6/2021

I – IDENTIFICAÇÃO

Mesa de abertura do Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional

Finalidade: discutir o tema “A Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil: cenário atual e desafios para o período pós-pandemia”.

II – PARTICIPANTES

1. **Rogério Marinho**, ministro de Estado do Desenvolvimento Regional (MDR);
2. **Louise Caroline Campos Löw**, superintendente do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
3. **Robson Braga de Andrade**, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
4. **Romildo Carneiro Rolim**, presidente do Banco do Nordeste (BNB); e
5. **Flavio Amary**, presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

III – RELATO DA EXPOSIÇÃO DOS CONVIDADOS

Rogério Marinho, ministro de Estado do Desenvolvimento Regional

O convidado iniciou sua exposição relatando que o Ministério do Desenvolvimento Regional foi criado, no início de 2019, agregando as atividades do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração Regional, abrangendo ações de mobilidade urbana, de saneamento básico, da Defesa Civil, da infraestrutura hídrica e do suporte à área habitacional. O objetivo das ações é o enfrentamento às desigualdades regionais e a melhoria das condições de vida das cidades brasileiras e das suas populações. Atualmente, o Ministério é composto por 8 órgãos colegiados, com ações que alcançam 5 mil municípios brasileiros, com mais de 27 mil contratos e uma carteira de R\$ 173,6 bilhões, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União, recursos onerosos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e contrapartidas de estados e municípios.

Como missões do Ministério, o depoente elencou: universalização do saneamento até 2033, habitação, segurança hídrica, mobilidade e desenvolvimento urbano, desenvolvimento regional e produtivo e prevenção de desastres e Defesa Civil. Destacou que metade da população brasileira não tem tratamento de esgoto e o desafio da universalização demandará um orçamento de R\$ 700 bilhões, além dos custos de destinação adequada de resíduos sólidos.

Em sua exposição, o ministro sublinhou as dificuldades decorrentes das diferenças entre as regiões do Brasil, com a participação do Nordeste no Produto Interno Bruto (PIB) nacional mantendo-se praticamente inalterada, oscilando de 11% a 15% no período. Listou alguns instrumentos criados ao longo dos últimos 60 ou 70 anos para o desenvolvimento da região, como o Banco do Nordeste, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), mas entende que, infelizmente, não conseguiram alterar, de forma substancial, o quadro da região.

Assim, afirmou que algumas missões foram conferidas ao Ministério para o combate à desigualdade na região, destacando a retomada das obras paralisadas, em especial projetos de fornecimento de águas. Citou a obra de transposição do rio São Francisco, que, no Eixo Central, já teve investimento de cerca

de R\$ 2,5 bilhões; o desenvolvimento do Eixo Norte, que, com 70% da obra concluída, levou segurança hídrica à população de Fortaleza e região; e o Eixo Leste, que contemplou 1,3 milhão de pessoas nos estados de Pernambuco e Paraíba. Ainda mencionou a evolução do Trecho IV da transposição do rio São Francisco, o Canal do Sertão alagoano, que atende 113 mil pessoas; a sugestão de refazer a licitação do Trecho V, para continuidade da obra em Alagoas; as obras das Vertentes Litorâneas da Paraíba, com previsão de conclusão de 110 km de canais em dezembro de 2021 ou no primeiro trimestre de 2022, beneficiando 631 mil pessoas no estado; a evolução das obras no estado do Rio Grande do Norte, com 93% do projeto concluído; e a licitação do Trecho IV, com 115 km de extensão, abrangendo 50 municípios e mais de 750 mil habitantes.

O ministro elencou projetos importantes para garantir segurança hídrica para a população: Projeto Seridó, que vai abastecer populações por meio da Barragem de Oiticica; Projeto Emancipação do Carro-Pipa, em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), para a construção de poços, cisternas, pequenas adutoras, dessalinizadores; e Projeto Água Doce, para tratar a dessalinização da água salobra nas bacias dos rios São Francisco, Tocantins-Araguaia, Paraíba e Taquari, em parceria de 12 empresas e participação de ONGs e universidades. Ao todo, foram realizadas 2,8 mil obras hídricas espalhadas por todas as regiões do País.

No que diz respeito à questão habitacional, o ministro relatou que existem quase 25 milhões de residências inadequadas no País, normalmente construídas em áreas de domínio público, áreas alagáveis, encostas de morros, gerando problemas como a pressão por infraestrutura, em função de os municípios serem cidades que foram mal planejadas, até a dificuldade de se fazer a gestão adequada dos espaços urbanos. A situação se agrava com problemas climáticos, como as chuvas em maior intensidade.

Assim, retomou os dados do Programa Minha Casa, Minha Vida, que chegou a ter orçamento de R\$ 14 bilhões por ano só para a área habitacional. Em 2015, foi o primeiro ano do orçamento negativo. O programa foi substituído pelo Casa Verde Amarela e, segundo o convidado, atualmente são investidos R\$ 60 bilhões por ano, agregando recursos do FGTS acrescidos do subsídio. A taxa de remuneração do agente financeiro, no caso, a Caixa Econômica Federal (CEF), foi alterada; antes recebia dois terços do subsídio e pelos próximos três anos receberá um terço. Também foi reduzido o valor dos juros em que é remunerado

o FGTS, com a menor taxa da história, de 4,5% ao ano e 4,25% ao ano para o Norte e o Nordeste. A terceira mudança ocorreu no Programa de Regularização Fundiária, por conta da demora da aprovação do orçamento. Buscou-se restabelecer os recursos de cotas dos bancos no Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), cerca de R\$ 500 milhões, que é o que iria permitir o início do projeto em agosto de 2021. O convidado também demonstrou a preocupação do Ministério com as questões de seguro de obra, para melhor observância do projeto executivo e minimização de problemas nas construções.

O balanço do programa Casa Verde Amarela é de 422 mil residências entregues em 2020, retomada de 30 mil unidades habitacionais em 2020 e 47 mil em 2019; e garantia de 2,6 milhões de empregos. O ministro pediu apoio dos parlamentares para continuidade do programa habitacional.

No que diz respeito ao problema ambiental de falta de esgotamento sanitário, o ministro informou que atinge 100 milhões de brasileiros sem esgoto tratado, 3 mil lixões ativos no País e desperdício em média de 40% da água dos reservatórios. Para solucionar o problema, o Ministério lançou um manual para orientar os municípios em relação aos consórcios de resíduos sólidos que entraram no marco do saneamento e investimentos financeiros. Segundo ele, para que não haja aumento de tarifas, por insuficiência dos recursos públicos, e para garantir maior eficiência, serão necessárias parcerias. Inicialmente foram realizados quatro leilões, todos com sucesso. Relatou que ele, o presidente do BNDES e Martha Seillier, secretária especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), fizeram o lançamento de debêntures para resíduos sólidos. O primeiro foi na cidade de Seropédica. Destacou a importância do projeto legislativo em tramitação que trata de debêntures incentivadas, como nova forma de investimento para impulsionar o setor de tratamento adequado de resíduos, que adicionalmente poderá gerar energia. Citou as iniciativas do consórcio de municípios do centro-oeste de Minas Gerais e a usina em Barueri, São Paulo.

Como resultado das ações, relatou 118 obras entregues de saneamento, R\$ 4 bilhões em investimentos; 831 mil famílias beneficiadas com obras de saneamento entregues em 2020 e contratação de 88 novas obras, que gerarão 1,3 milhão de empregos.

No tocante às ações de desenvolvimento de mobilidade e desenvolvimento urbano, o convidado citou o Programa Avançar Cidades, iniciado em 2019, que agregou o Plano Pró-Transporte, o qual permite que os municípios, os consórcios

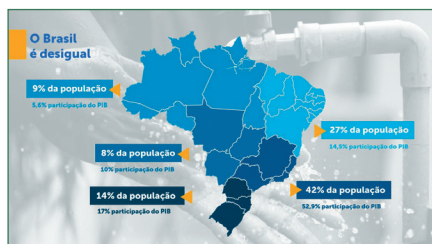
e os estados possam acessar recursos junto ao FGTS e ao BNDES para melhorar e dinamizar as suas frotas. Em conjunto com parcerias público-privadas e concessões, o Ministério presta consultoria e disponibiliza inovações para o setor. Na área de mobilidade, foram mais de 3 mil obras entregues, principalmente aquelas ligadas a calçamento, pavimentação e asfaltamento em quase 2 mil municípios brasileiros, e retomada de 1,2 mil contratos paralisados. O ministro ainda destacou o apoio técnico do Ministério, em parceria com universidades locais, para desenvolvimento das rotas de integração em todo o País. São contemplados os setores de economia circular, biodiversidade, fruticultura, cacau, tecnologia da informação, peixe, mel, leite, açaí e cordeiro. O apoio é dado na qualificação, na compra de equipamentos, no direcionamento, na orientação, na comercialização dos produtos e na agregação de valor às cadeias produtivas.

Quanto a projetos de irrigação, o convidado informou sobre a interface com o Ministério da Agricultura e relatou projetos em polos como Irecê, na Bahia.

No que tange à Defesa Civil, destacou que existe o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, que monitora ocorrências em todo o Brasil, objetivando alertar, com antecedência, estados e municípios de intercorrências climáticas, para que ações mitigadoras sejam tomadas. Trabalham tanto com ações emergenciais como na reconstrução em áreas afetadas. Em 2020, mais de R\$ 600 milhões foram aplicados em ações por todo o País, em mais de 500 intervenções; em 2021 já foram investidos cerca de R\$ 100 milhões em ações, principalmente de mitigação. Como ações do governo, listou a ampliação de parcerias privadas; renegociação de dívidas dos fundos constitucionais, do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR); contratação de consultoria internacional junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); alteração de marcos legais, em especial nas questões de saneamento; e criação de fundo estruturador de projetos e emissão de títulos verdes.

O ministro tratou da questão da iluminação pública, informando que mais de 3,5 milhões de pessoas já foram contempladas com os leilões realizados em 2020, no aumento da eficiência da iluminação pública com lâmpadas de LED, com instalação de câmeras de segurança nas cidades, com a melhoria dos serviços prestados, inclusive na manutenção e na diminuição dos custos.

Finalizou sua participação listando os leilões abertos para os setores contemplados pelo Ministério e destacou o aplicativo Transparência MDR, que dá transparência às ações da pasta.



EIXO LESTE

AVANÇOS

PAGO ATÉ O MOMENTO:

R\$ 4,3

BILHÕES

PAGO NO GOVERNO BOLSONARO

R\$ 188,3

MILHÕES

- Início dos testes no Ramal do Agreste, que abrangem a juntamente com a Adutora do Agreste. 1,3 milhão de pessoas
- Abastecer 1,4 milhão de pessoas em 40 cidades de Pernambuco e Paraíba
- Assinatura do pré-acordo para a operação comercial do projeto





Chegada das Águas do São Francisco no Ceará

Cinturão das Águas



OBRA COMPLEMENTAR DO EIXO NORTE

- Iniciamos os testes em agosto de 2020 e, no início deste ano, a Região Metropolitana de Fortaleza começou a ser beneficiada com a chegada das águas ao Açude Castanhão
- Investimento federal: R\$ 1,6 bilhão (R\$ 264,3 milhões no Gov. Bolsonaro)
- Execução: 66,75%
- Benefícios: 4,5 milhões de pessoas na Região Metropolitana de Fortaleza
- Estrutura – Trecho I: 145,2 km de extensão, entre a Barragem Jatã e o Rio Cariri (em Nova Olinda/CE). O projeto completo do CAC possui 3 trechos e 5 ramais total de 1.300 km!
- Previsão de Conclusão: dezembro de 2022

OBRA COMPLEMENTAR DO EIXO LESTE

- Iniciamos os testes do Marco 1 – do Reservatório Barro Branco até o Cólis
- Investimento total: R\$ 1,3 bilhão – sendo R\$ 1,1 bi no Gov. Bolsonaro (89%)
- Execução: 80%
- Captação: no Rio, Barro Branco e faz a adução para a Adutora do Agreste para abastecimento dos municípios;
- Benefícios: Potencial para atender até 68 cidades quando ocorrer a entrega das duas etapas da Adutora do Agreste, entre elas: Santa Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Arcoverde, Canaã, 2,2 milhões de habitantes serão beneficiados.
- ESTRUTURA: 70,8 km de extensão, dividido em 3 Marcos. PREVISÃO DE CONCLUSÃO DOS 3 MARCOS: julho de 2021.

Ramal do Agreste



1ª ETAPA DA ADUTORA DO AGRESTE

OBRA COMPLEMENTAR DO EIXO LESTE

- Tem como principal fonte o Ramal do Agreste
- Investimento federal: R\$ 1,25 bilhão – pago no Gov. Bolsonaro: R\$ 248 milhões
- Execução física: 69 %
- Estrutura: 690 Km de adutoras
- Beneficiários 1ª etapa: juntamente com o Ramal, 25 municípios – 1,3 mi de habitantes.

Está em operação parcial:

Captação em poço do Tupanatinga e no Eixo Leste, para início da Adutora do Marco, atendendo 520 mil habitantes nas cidades de Arcoverde, Pesqueira, Belo Jardim, Alagoinha, Sertão, São Bento do Una e Tacambó (antes dependentes de carro-pipa).

Previsão de conclusão: junho de 2022.



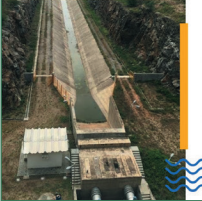
Trecho IV do Canal do Sertão Alagoano

- Inauguramos o Trecho IV em maio deste ano
- Investimento: R\$ 817 milhões (R\$ 179 milhões no Gov. Bolsonaro)
- Estrutura: largura média de 15 metros e profundidade em torno de 3 metros.
- Benefícios: Somando às etapas anteriores (I a III), 341 mil pessoas passam a ser atendidas, além de pequenos produtores agrícolas e comunidades rurais.

Canal do Sertão Alagoano



Vertente Litorânea da Paraíba



OBRA COMPLEMENTAR DO EIXO LESTE

- Investimento Federal: R\$ 1,2 bilhão (R\$ 160 milhões pago no Gov. Bolsonaro)
- Total Executado: 85,2%
- Estrutura: 110,9 km de canais
- Previsão de entrega: Dezembro de 2021
- Benefícios: 631 mil habitantes / 37 municípios atendidos na Mesorregião do Agreste Paraibano e apoio ao desenvolvimento regional (irrigação, pecuária e indústria)

OBRA COMPLEMENTAR DO EIXO NORTE

- Investimento federal: R\$ 638,2 milhões (R\$ 230 milhões no Gov. Bolsonaro e R\$ 21 milhões já garantidos para este ano)
- Execução: 90,35%
- Estrutura: composta por reservatório, vertedor central e duas barragens
- Benefícios: segurança hídrica para 330 mil pessoas na região do Sertão, Vale do Açu e Região Central; controle de cheias; irrigação e geração de energia.

Barragem de Oiticica



Ramal do Apodi



ÚLTIMO TRECHO DO EIXO NORTE

- Altimos licitação no ano passado e já vamos assinar a Ordem de Serviço para o início da obra no final deste mês
- Investimento: R\$ 1,77 bilhão no total – R\$ 938,5 milhões nesta etapa
- Empreendimento: 115,3 quilômetros de extensão.
- Beneficiados: 750 mil pessoas em 48 cidades do Ceará, Paraíba e do Rio Grande do Norte serão beneficiadas.
- Irrigação: Vai ampliar em 700 mil ha a área de produção irrigada potiguar



PROJETO SERTÃO

- Lançamos a licitação do Projeto Executivo do Sertão
- Investimento: R\$ 280,6 milhões – (R\$ 8,6 milhões para projeto executivo).
- Estrutura: dividido em Sertão Sul e Norte, a obra terá 330 km de adutoras, canas e estações de bombeamento
- Benefícios: 280 mil pessoas em 24 municípios da região do Sertão.

Estratégia de Emancipação do Carro-Pipa

- Mapeamento das regiões com maior incidência de carro-pipa
- 191 municípios serão beneficiados em todos os estados do Nordeste
- R\$ 56,9 milhões para instalação de 790 poços e 2,1 mil sistemas, beneficiando cerca de 50 mil pessoas



Água Doce

Implantação de sistemas de dessalinização para utilização de águas subterrâneas salobras e salinas de poços profundos no semiárido

Estados beneficiados: todos estados do Nordeste e Minas Gerais

- FASE 1**
- Investimento Federal: R\$ 227 milhões
 - 895 sistemas já em operação
 - 214 mil pessoas que vivem na zona rural são beneficiadas

- FASE 2**
- Investimento Federal: R\$ 131 milhões
 - 426 unidades a serem implantadas = 170 mil pessoas serão beneficiadas
 - Em fase de licitação

No Governo Bolsonaro
278 sistemas entraram em operação



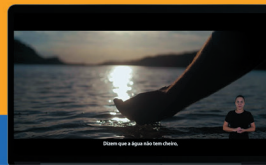
PROGRAMA ÁGUAS BRASILEIRAS

"Precisamos garantir que a água, nossa maior riqueza, continue disponível em qualidade e quantidade suficientes"

Ministro Rogério Marinho

- 26 projetos selecionados
- 12 empresas formalizaram parceria para financiar ações: Ambev, Vale, M&E Engenharia, Anglo American, Rumo Logística, Stone, Engie Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú, Neoen e o BRS
- Recuperação de áreas degradadas com o uso de tecnologias avançadas, em parceria com o setor produtivo rural e a iniciativa privada

- Revitalização de Áreas de Preservação Permanente (APP)
- Contratação de marketplace de revitalização locais
- Avanço nos mecanismos de convênio de multas ambientais e pagamentos por serviços ambientais
- Plano de Ação estratégica para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba e São Francisco, com foco na identificação dos setores potenciais para dinamização econômica



Campanha Águas Brasileiras

Balanco



AVANÇOS PARA A GARANTIA DA SEGURANÇA HÍDRICA - 2020

2,8 mil ações e obras públicas entregues em 2020

Para levar água a quem não tinha e ampliar a oferta hídrica nas regiões que sofrem com a seca

- Implantação ou ampliação de adutoras
- Construção ou recuperação de barragens, açudes e barreiros
- Instalação de dessalinizadores do Programa Água Doce
- Perfuração de poços
- Instalação de sistemas de abastecimento

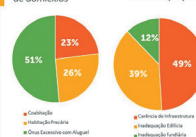
Habitação



REALIDADE

Déficit Habitacional de 5,9 milhões de domicílios

24,9 milhões de domicílios em inadequação



Programa Casa Verde e Amarela

Cria uma política ampla, com diversas soluções para diferentes problemas

- Antes o problema era enfrentado apenas com a produção de moradas, mas o déficit tem diversas dimensões
- O Programa atenderá 3,5 milhões de famílias até 2024 em todas as modalidades

Soluções introduzidas pelo programa:

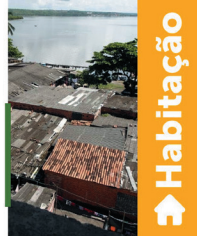
- Ampliar o estoque de moradas para atender as necessidades habitacionais
- Menores juros da história para o financiamento habitacional
- Regularização fundiária = 2 milhões de moradas até 2024
- Melhorias habitacionais = enfrentar as inadequações em 400 mil imóveis
- Apoio às iniciativas locais de Regime Social sem estímulos
- Estimular a modernização do setor da construção e a inovação tecnológica
- Seguro de obra



Habitação

Regularização Fundiária e Melhorias Habitacionais

- Recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) subsidiarão quase que 100% os financiamentos
- 2 milhões de imóveis regularizados até 2024 – dos quais 400 mil também receberão melhorias
- 13 mil municípios já aderiram e mais 791 já iniciaram o cadastro
- São contempladas áreas ocupadas, majoritariamente, por famílias com renda de até R\$ 3 mil mensais que vivem em núcleos urbanos informais.



Habitação

Menores juros da história para o financiamento

"Estamos fazendo mais habitações com menos recursos"

Ministro Rogério Marinho

- Juros que podem chegar a 4,25% no Norte e Nordeste e a 4,0% nas demais regiões
- Eficiência: com a redução da taxa de juros e mudanças na remuneração do agente financeiro, haverá mais recursos para ampliar as construções
- Isso permitirá atender 1,6 milhão de famílias até 2024 com financiamento imobiliário e máquinas. Lim **ACRÉSCIMO** de 100 mil famílias. **MAIS FAMÍLIAS COM O MESMO RECURSO.**
- Produção subsidiada: 523 mil unidades não concluídas (251 mil em execução e 72 mil paralisadas)



Habitação

Grupos

1 Faixa de Renda Até R\$ 2.000

- Produção Subsidada
- Regularização Fundiária
- Melhorias Habitacionais e Regularização Fundiária
- Produção Financiada
- Apoio à locação social

2 Faixa de Renda de R\$ 2.000 a R\$ 4.000

- Produção Financiada
- Regularização Fundiária
- Apoio à locação social

3 Faixa de Renda de R\$ 4.000 a R\$ 7.000

- Produção Financiada
- Regularização Fundiária

Inovações no Programa Casa Verde e Amarela

- Localização social - Qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para estudos de Parcerias Público-Privada (PPP)
- Seguro de obra - para o término e garantia estrutural do empreendimento
- Melhor localização dos terrenos destinados à construção de novas residências deverão obrigatoriamente estar integrados à malha urbana das cidades e próximo a equipamentos públicos, visando melhorar a qualidade de vida dos moradores e reduzir os custos condominiais.

Habitação

Balanco Habitação - 2020

Casa própria para 422 mil famílias

- 11 mil moradas entregues por dia
- 57,2 mil para famílias de baixa renda
- 1,7 milhão de pessoas beneficiadas

Investimentos em 2020

- OCU - R\$ 2,5 bilhões
- FGTS - R\$ 53,4 bilhões

30 mil moradas foram retomadas em 2020

47 mil retomadas desde 2019

2,6 MILHÕES

DE EMPREGOS MANTIDOS/GERADOS (DIRETOS, INDIRETOS E INDUZIDOS)

Saneamento

O MAIOR PROBLEMA AMBIENTAL DO BRASIL

Qual o tamanho do desafio?

- **QUALIDADE** - mais de 100 milhões de pessoas não têm acesso à água potável
- **QUANTIDADE** - mais de 100 milhões de pessoas não têm acesso à água potável
- **1 mil favela afetada no País**
- **Esperar** - R\$ 10 bilionários para a solução
- **Despergar** - 44% dos municípios com saneamento básico
- **Agua** - 81% da população afetada

SANEAMENTO

- Investimento de R\$ 700 bilhões para universalização do saneamento até 2033
- Setor privado participa ativamente com 65% dos municípios, mas é responsável por 20% dos investimentos

Novo Marco Legal do Saneamento

Lei nº 14.026/2020

Estrutura um ambiente de segurança jurídica, competitividade e sustentabilidade a fim de atrair novos investimentos para universalizar e qualificar a prestação dos serviços no setor

META

Metas claras de universalização

Estímulo à concorrência

Coordenação política

Regionalização

Melhoria do ambiente regulatório

Os 4 primeiros leilões para concessões de saneamento nos moldes do novo Marco Legal do Saneamento

- Maior leilão de saneamento do país - Estado do Rio de Janeiro (RJ), com 29 municípios atendidos pela Cedae e 12 milhões de pessoas beneficiadas
- 13 cidades da RM de Macaé (RJ), com 1,4 milhão de pessoas beneficiadas
- Caracica e barros de Viana, na RM de Vitória (ES), com 423 mil moradores
- 68 cidades do Mato Grosso do Sul, com 1,7 milhão de pessoas
- O próximo leilão será no Estado do Amapá, em setembro de 2021, com R\$ 3 bilhões de investimentos previstos para 16 municípios

Resíduos Sólidos

DEBENTURES Outra beneficiada fica em Seropédica (RJ)

RECURSO AUTORIZADO R\$ 450 milhões

- A empresa responsável é Citel Ambiental do Brasil S/A e vai beneficiar Seropédica, Barra do Pirai, Itaguaí, Mangaratiba, Miguel Pereira, São João do Meriti e Rio de Janeiro
- Ampliação do Aterro Sanitário, nova Estação de Tratamento de Chorume e uma Unidade de Geração de Energia com capacidade de 2,8 MW

CONCESSÃO DE SERVIÇOS: Minas Geraes (MG)

INVESTIMENTO NA ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO R\$ 7,8 milhões

- Consórcio de Municípios do Centro-Oeste Mineiro (CIC CENTRO-CESTE)
- R\$ 7,8 milhões estão sendo investidos na estruturação de projeto para concessão de serviços de manejo de resíduos sólidos em 20 cidades de Minas Gerais
- A coleta e a destinação adequada do lixo no região vão beneficiar cerca de 500 mil pessoas

GERAÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

- Inclusão da oferta de geração por meio de resíduos sólidos urbanos (RSU) ao Sistema Interligado Nacional (SIN)
- Acesso ao FGTS para financiamentos para projetos
- Três leilões de geração de energia nova previstos para setembro

IMPLANTANDO USINA DE RECUPERAÇÃO ENERGÉTICA (URE) E TRATAMENTO DE SÓLIDOS EM BARCELONA (SP)

NOVA adesão à contratação de financiamento de R\$ 183,4 milhões (FGTS) para a implantação do empreendimento, já licenciado pela Catcat-Clara, será executada pela Foco URE Resíduos Ambientais S/A, valor R\$ 45 milhões. Capacidade para processar 870 toneladas de resíduos sólidos/dia e Abastecimento de 80 mil residências (projeto da concessionária).

Balanco Saneamento em 2020

+ de 118 obras entregues

R\$ 3,4 bilhões em investimento

831 mil Famílias beneficiadas

+ de 131 obras retomadas

+ de 88 contratadas

1,3 milhão

de empregos mantidos/gerados (diretos, indiretos e induzidos)

Mobilidade e Desenvolvimento Urbano

Programas FGTS - Avançar Cidades

(Programa Pró-Transporte - Setor Público)

OBJETIVOS

Melhorar a circulação das pessoas nos ambientes urbanos por intermédio do investimento de ações de mobilidade urbana voltadas à melhoria do transporte público coletivo urbano, ao transporte público coletivo urbano e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos

CARACTERÍSTICAS

Grupo 1: municípios com população igual ou inferior a 250 mil habitantes.

Grupo 2: municípios com população superior a 250 mil habitantes.



Programas FGTS – Refrota e Retrem

OBJETIVOS

- Destinado a concessionárias ou permissionárias, e entes públicos (ou Retrem), que operem sistemas de transporte público coletivo por ônibus e trilhos
- Renovação de frota do transporte público coletivo urbano de passageiros por ônibus e sobre trilhos, visando ampliar a eficiência dos prestadores de serviços de mobilidade urbana.

RECURSOS

FGTS e por meio do BNDES (FAT)

APOIO À GESTÃO MUNICIPAL

Programa de Fortalecimento das Capacidades Governativa

- Assistência técnica
- Extensão universitária
- Inovação na gestão
- Fortalecimento da governança
- Pesquisa e disseminação do conhecimento
- Aperfeiçoamento de instrumentos de arrecadação e melhoria dos serviços públicos
- Desenvolvimento de metodologias e monitoramento de políticas e programas
- Apoio e elaboração de projetos integrados para o desenvolvimento regional



Desenvolvimento Urbano

- Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)
- Carta Brasileira de Cidades Inteligentes
- Guia de Revisão dos Planos Diretores
- Sistema de Informações Urbanas Geodiferenciadas

Melhorias na mobilidade e na infraestrutura das cidades

- 3,4 mil obras de mobilidade entregues
- 3 mil de pavimentação, recapeamento e melhorias de vias públicas Ciclovias, acessibilidade, pontes, calçadas
- 1,9 mil municípios beneficiados
- Retomada de 1,2 mil contratos paralisados



Desenvolvimento Regional e Produtivo



Objetivos

“Atuamos para criar as condições de desenvolvimento das regiões mais pobres, garantindo os instrumentos para que as pessoas possam produzir e gerar renda, enfrentando as desigualdades.”

Ministro Rogério Marinho

- Atuação de potenciais de crescimento econômico
- Desenvolvimento regional pressupõe estimular processos de geração de riquezas
- Seu princípio é aliar competitividade e equidade
- Apoiar a organização dos arranjos produtivos



Áreas de atuação

- Produtivo – Rotas de integração
- Irrigação – Polos e perímetros públicos
- Gestão do território
- Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)
- Política Nacional de Ordenamento do Território (PNOT)



Rotas de Integração Nacional

Capazes de promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras prioritizadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

OBJETIVOS

Fomentar o desenvolvimento regional e a inclusão produtiva, por meio da estruturação de cadeias produtivas e da integração econômica das regiões menos favorecidas do país, aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento.

ESTRATÉGIA

Impulsionar a criação de redes de cooperação entre regiões, estados, municípios e setores, com o objetivo de promover a integração de setores, destacando oportunidades para setores de interesse.



LANÇAMENTOS 2021

- Polo do Mel em Roraima
- Polo do Mel no Pará

PLATAFORMA ROTAS

Lançamento no 1º semestre deste ano, com a participação de representantes do Uruguai, Peru e Colômbia.

Irrigação como vetor de desenvolvimento

POLOS INSTALADOS

- Polo do Rio Santa Maria (RS)
- Polo Sustentável do Vale do Araguaia (GO)
- Polo do Planalto Central de Goiás (GO)
- Polo Centro da Bahia (BA)
- Polo do Noroeste do Rio Grande do Sul (RS)
- Polo do Sul do Mato Grosso (MT)

NOVOS POLOS

- Polo de Irrigação de São Paulo (Paranápolis)
- Polo de Irrigação de Minas Gerais (Batalha)

GANHOS

- Medida da infraestrutura de irrigação e de apoio à produção
- Gestão dos recursos hídricos
- Foco na gestão eficiente e inovadora dos recursos naturais

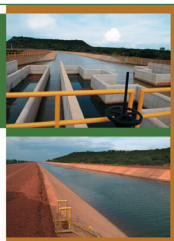
O Brasil possui potencial de 30 milhões de hectares de irrigação e atualmente irriga 7,3 milhões.

Estamos expandindo a infraestrutura necessária, levando água às regiões mais secas e ampliando as condições de produção em regiões que poderão configurar a nova fronteira agrícola, especialmente no sertão.

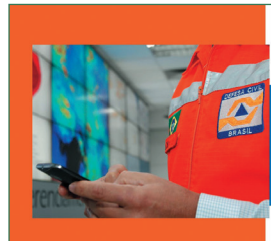



Concessão do perímetro irrigado do Baixo do Irecê (BA)

- É o primeiro perímetro de um portfólio para concessões e parcerias
- Leilão previsto para o segundo semestre de 2021
- Localizado na região do Médio São Francisco, em Rique-Xique e Itaguai da Bahia, abrange 105 mil hectares – sendo 48 mil de área irrigada
- Investimentos realizados – R\$ 1 bilhão
- Novos investimentos previstos – R\$ 700 milhões
- População a ser beneficiada – 250 mil pessoas
- Potencial de geração de empregos – 60 mil diretos e 120 mil indiretos



Prevenção de Desastres e Defesa Civil




AÇÕES

Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC)

- É constituído por órgãos e entidades federais, estaduais e municipais com atuação significativa na área de proteção e defesa civil, sob a centralização da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.
- O Sistema poderá investigar a sociedade civil para atuar em situações de emergência ou estado de calamidade pública, coordenando o apoio logístico para o desenvolvimento das ações de proteção e defesa civil.

Ações da Defesa Civil Nacional

- Planejamento das ações de Proteção e Defesa Civil, Gestão de Riscos e de Desastres
- Programas, projetos e ações de prevenção, resposta, restabelecimento e de recuperação
- Ações de Prevenção e Mitigação (Atos de Preparação (172))
- Ações de Resposta (medidas emergenciais) e de Recuperação



Exemplos da atuação da Defesa Civil Nacional

- Chuvas intensas nos estados do Sudeste atingidos por fortes chuvas no início do ano: R\$ 319 milhões repassados para 179 municípios.
- Incêndios florestais no Pantanal: R\$ 45,6 milhões para os governos do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e ICMBio
- Apagão energético no Amapá: R\$ 21,5 milhões para geradores e combustível
- 660 moradias populares para atingidos por desastres: 300 em Quatzen (SP), 240 no Guarujá (SP) e 120 em Rio Caiçá (MG)
- Investimento total de 67,6 milhões
- Apoio às chieiras no Acre e no Amazonas



Visão de Futuro




Ampliações dos Investimentos Privados

"Estamos atuando para ampliar a participação privada nos investimentos estruturantes, reduzindo a dependência do OGU"

Atuação

- Qualificação da carteira segundo critérios Ambientais, Sociais e de Governança, permitindo que investidores possam de capitalizar com fundos verdes.
- Criação de Fundo Estruturador de Projetos – atuação apoiando empresas e municípios na estruturação de projetos para concessão e PPP, potencial da carteira do MDR é de mais de R\$ 1 trilhão
- Renegociação de dívidas com Fundos, Constituições, Preços e Juros, desviando aos empreendedores a capacidade de investiu.
- Atuação de marcos legais para ampliação da segurança jurídica aos investidores.



Renegociação das dívidas FINAM e FINOR

- Índice de inadimplência das carteiras de debêntures chega a 99%
- Dívidas somam R\$ 49,3 bilhões
- Elevado percentual de encargos financeiros na carteira

Benefícios da renegociação:

- Mais de 270 projetos que foram concluídos (260), cancelados ou excluídos da carteira (10) nos últimos 15 anos poderão renegociar as suas dívidas.
- Expectativas: renegociar entre R\$ 4,5 e R\$ 5,5 bilhões, gerando um retorno para os fundos de até R\$ 1 bilhão.
- Mais de 1,7 mil empresas poderão ser contempladas.



MUDANÇA DE LÓGICA DE CARTEIRA

Renegociação das dívidas com Fundos Constitucionais FNO, FNE e FCO

- Dívidas que somam R\$ 9,1 bilhões de cerca de 300 mil pessoas físicas e jurídicas
- 87% das dívidas são de até R\$ 20 mil, ou seja, de pequenos devedores
- A expectativa é atingir, no mínimo, 10% das carteiras do FNO, FNE e FCO provisionadas ou em prejuízo
- Recuperação de 30 mil contratos dos três fundos



MUDANÇA DE LÓGICA DE CARTEIRA

Projeto de apoio à recuperação da atividade econômica pós-Covid-19

Desenvolvimento regional e da infraestrutura

Novos modelos de negócio para ampliação dos investimentos privados, considerando:

- Contexto, benchmarking internacional, propostas para o Brasil e levantamento dos marcos normativos existentes
- Estratégias de recuperação socioeconômica pós-Covid 19 para os eixos definidos: ações de curto, médio e longo prazo)
- Estruturação das propostas de modelos de negócios das áreas de atuação dos ministérios: MDR, Agricultura, Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicações
- Indicação dos atores necessários nos eixos normativos legais e estruturais.



MUDANÇA DE LÓGICA DE CARTEIRA

Qualificação da carteira Por critérios ASG

- Tratativas para certificar a carteira do MDR, reconhecendo que cumpre os requisitos ambientais e de sustentabilidade.
- Com isso, a empresa que assumir uma concessão de obra da Pasta poderá emitir Títulos Verdes para captar recursos no mercado.
- O MDR já assinou memorando de entendimento com a Climate Bonds Initiative (CBI) – autoridade internacional certificadora global – para incorporação de critérios ambientais na carteira da Pasta.



MUDANÇA DE LÓGICA DE CARTEIRA

Estruturação de projetos de Infraestrutura

Medida Provisória n. 1.052/2021.

- Carteira do MDR tem potencial de mais R\$ 1 trilhão para concessões e PPP's em 10 anos;
- BNDES e FEP, instrumentos disponíveis até então, estruturaram R\$ 63 bilhões nos últimos 4 anos;
- Contando com apenas estes instrumentos, levaríamos mais de 60 anos para dar vazão ao potencial.

Como o novo fundo foi criado

- R\$ 750 milhões que estavam perdidos, estão unidos agora para a estruturação de projetos.
- Atuação será nacional, mas, regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão prioridade.
- Nova casa R\$ 1 bilhão, resultados em estruturação de projetos para concessão, refinanciamento, avançar R\$ 100 bilhões em investimentos privados.



ILUMINAÇÃO PÚBLICA

LEILÕES REALIZADOS

- Aracaju/AL – 657 mil pessoas beneficiadas
- Feira de Santana/BA – 634 mil pessoas
- Franco da Rocha/SP – 154 mil pessoas
- Itapem/PA – 15 milhão de habitantes
- Itapetina do Sul – 141 mil pessoas
- Macapá – 525 mil pessoas
- TOTAL – 8,5 milhões de pessoas

AL EMPRESA VENCEDORAS DAS CONCESSÕES DEVERÃO INVESTIR R\$ 88 MILHÕES.

LEILÕES PREVISTOS

Mais 10 leilões previstos para 2021.

- Campinas/SP
- Nova Lima/MG
- Curitiba/PR
- Campinas/BA
- Patos de Minas/MG
- Cachoeira do Itapemirim/ES
- Curitiba/MG
- Toledo/PR
- Curitiba/PR
- Curitiba/CE

SANEAMENTO Próximos Leilões

Resíduos Sólidos Urbanos

- Consórcio Convale/MG – Investimentos: R\$ 980 milhões
- Consórcio Convale/CE – Investimentos previstos: R\$ 300 milhões
- Bauria/SP – Investimentos previstos: R\$ 425 milhões
- Teresina/PI – Investimentos previstos: R\$ 1,6 bilhão
- Consórcio Codapampa/RJ – Em estudos
- Consórcio CASJANG – Em estudos
- Consórcio Mogiana/SP – Em estudos

Drenagem Urbana

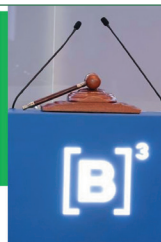
- Teresina/PI – Em estudos
- Porto Alegre/RS – Em estudos



SANEAMENTO Próximos Leilões

Saneamento

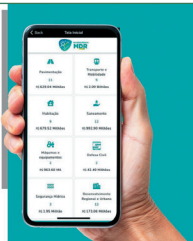
- Aragua – Investimentos previstos: R\$ 332 bilhões
- Porto Alegre/RS – Investimentos previstos: R\$ 2,17 bilhões
- Rio Grande do Sul – Investimentos previstos: R\$ 3 bilhões
- São Simão/GO – Investimentos previstos: R\$ 245 milhões



**TRANSPARÊNCIA
MDR**

**É possível acessar informações
dos empreendimentos e projetos
monitorados pelo MDR:**

Execução, investimentos,
situação da obra por estado e município.



RESULTADOS DE 2020

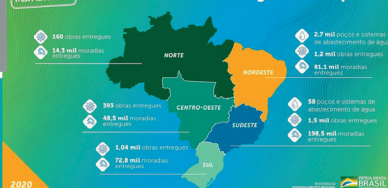
6,9 mil obras concluídas

Média de 19 por dia em mais
de 4 mil municípios

4 milhões de empregos

mantidos ou gerados - diretos, indiretos
e induzidos com base nos investimentos
realizados a partir do Orçamento Geral
da União e de financiamentos
sistemizados pelo MDR

MDR ENTREGA O Desenvolvimento Regional não para



Compromisso com o dinheiro Público

No início de 2020 existiam:

- 6 mil obras paralisadas
+ de 1,5 mil já foram retomadas
- 100 mil moradias com obras paralisadas
30 mil unidades habitacionais retomadas



Obrigado!

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA PARADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Louise Caroline Campos Löw, superintendente do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

A convidada falou sobre as ações na região da Amazônia, a fim de levar mais desenvolvimento includente e sustentável para as pessoas que lá vivem, e as perspectivas para melhoria em relação aos entraves da região.

Inicialmente, explicou que a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e sua missão institucional é promover o desenvolvimento includente e sustentável da região da Amazônia Legal, composta de nove estados e mais de 23 milhões de habitantes. Destacou que a região possui mais que a floresta em si, é rica cultural e historicamente. Mesmo que se dê efetividade à proteção da floresta Amazônica, é preciso oferecer alternativas para a população, que perpassam necessariamente por políticas públicas efetivas e por projetos que sejam economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis. A região possui grandes desafios socioeconômicos, por conta dos piores índices de desenvolvimento humano do País. Segundo ela, as políticas públicas voltadas para a Amazônia têm que ser sistêmicas, multisetoriais e integradas, porque é mais que emergencial que se dê uma resposta para a população da região, com um planejamento muito bem pensado e exequível, além do acompanhamento das políticas públicas.

A convidada destacou o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), elaborado pela SUDAM, em parceria com o MDR. Enfatizou que se trata de um plano de todos os amazônidas, pois foi feito com a participação dos estados, dos municípios, da sociedade civil e da academia. O plano, além de trazer um diagnóstico sobre a Amazônia, traz uma carteira com 249 projetos que estão prontos para serem executados e está associado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), embasado nas diretrizes da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Trabalha com seis eixos: ciência, tecnologia, inovação, desenvolvimento produtivo, qualificação profissional, infraestrutura econômica e urbana, além de outros pontos relacionados à PNDR.

O plano tem como objetivo a agregação de valor, a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas e a formação de rede policêntrica de cidades. A verticalização e a agregação de valor vão dinamizar as cadeias produtivas, gerando mais empregos e renda, trazendo ganhos para a população, por meio

de estratégias bem planejadas, com assistência técnica, com capacitação, com articulação com os investidores, fornecedores e produtores.

A superintendente ainda elencou como estratégia da PNDR o sistema de informações do desenvolvimento regional, que a SUDAM pretende implementar. Segundo ela, o desenvolvimento incluyente e sustentável trará melhoria nos índices relacionados à desigualdade intra e inter-regional. Informou que o site da SUDAM possui uma série de documentos e estudos para conhecimento da região Amazônica e está disponível para a população.

Finalizando sua exposição, a convidada listou os desafios da autarquia em relação à PNDR, destacando os projetos Cidades Inteligentes, Cidades Intermediárias e Programa Rotas.

Apresentação da sra. Louise Caroline Campos Löw

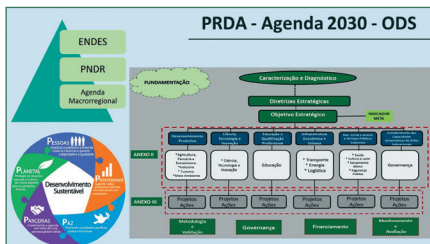


Cenário atual na Amazônia		
EIXO	AMAZÔNIA LEGAL	BRASIL
ECONOMIA		
PIB PER CAPITA	R\$ 21MIL	R\$ 35MIL
TAXA DE INFORMALIDADE	50%	33%
EDUCAÇÃO		
ESCOLARIDADE MÉDIA	8 ANOS	9,5 ANOS
IDEB DO ENS. FUNDAMENTAL	5,1	5,9
SAÚDE		
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	14,7	11,9
DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
MORADIA INADEQUADA	22%	10%
PERCENTUAL DE POBRES	41%	22%
SANEAMENTO		
DOMÍLIOS COM SANEAMENTO ADEQUADO	25%	73%

Fonte: Portal Amazônia Legal em dados a partir do IBGE e INEP

DESAFIOS AMBIENTAIS

Combate aos ilícitos ambientais;
necessidade de regularização fundiária;
poucas alternativas socioeconômicas à população;
precariedade de infraestrutura desvantagens competitivas;
grandes conflitos sobre o uso da terra;
polêmica sobre o tema.
Necessidade de alternativas economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis.

A NOVA PNDR: Decreto nº 9.810/2019

OBJETIVOS

- Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra-regiões brasileiras;
- Consolidar rede produtiva de cidades;
- Estimular ganhos de produtividade e aumento da competitividade regional;
- Fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional.

ESTRATÉGIAS

Adesão dos instrumentos de planejamento aos objetivos do desenvolvimento regional:

Estímulo ao empreendedorismo, ao cooperativismo e à inclusão produtiva, por meio do fortalecimento de redes de sistemas produtivos e inovativos locais, existentes ou potenciais, integrando os sistemas regionais, nacionais ou globais;

Integração produtiva de regiões: no âmbito de projetos estruturantes de e de zonas de processamento;

Sistema de Informações do Desenvolvimento Regional - monitoramento: avaliação da PNDR e acompanhamento da dinâmica regional brasileira

OUTROS

Sistema de Governança do Desenvolvimento Regional: articulação setorial, cooperação federativa e a participação social;

Núcleo de Inteligência Regional - Ministério da Integração Nacional e Superintendências;

Módulo de planejamento integrado: pacotes de metas, planos de desenvolvimento e cartilhas de projetos em diferentes escalas geográficas;

Aprimoramento da dimensão regional nos instrumentos de planejamento e orçamento federal e estadual, bem como em políticas públicas e programas governamentais;

Agenda Macro da PNDR na Amazônia

Combate à Desigualdade Inter-Regional:
Atingir nível de desenvolvimento mais próximo das regiões mais desenvolvidas do país

Combate à Desigualdade Intra-regional:
Promoção do desenvolvimento em áreas interiores

Promoção do Desenvolvimento Incluyente e Sustentável:
Atenção com as pessoas e com os recursos naturais

INSTRUMENTOS DE AÇÃO - SUDAM

Incentivos Fiscais

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA

Transferências Voluntárias

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia PRDA

ABERTURA PARA NOVOS PROJETOS E PARCERIAS

Expertise Técnica e Transparência



Sistema da PRDA

<http://prda.sudam.gov.br/>

O sistema detalha:

- Os projetos da PRDA na Amazônia
- Recursos financeiros envolvidos
- Projeção verificada
- Monitoramento planejado
- Elaborar o projeto
- Acesso à Integridade

PNDR: Desafios na Amazônia – próximos anos

Promover ações integradas;

Interiorização do desenvolvimento;

Ações de proteção ambiental;

Desenvolvimento da Bioeconomia;

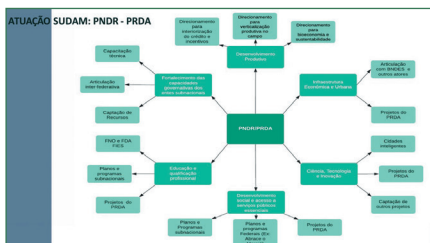
Apoio ao emprego formal;

Combate aos problemas sociais;

Verticalização produtiva;

Combates aos entraves do desenvolvimento no campo (Assistência Técnica, Regularização Fundiária etc.);

Viabilização de projetos estratégicos de infraestrutura



PERSPECTIVAS

Aprovação do PRDA no Congresso Nacional

Otimização dos instrumentos de ação (performance e interiorização)

Viabilização de projetos do PRDA

Fortalecimento institucional - integração

Prospecção e Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável

Ampliar o direcionamento do FNO e incentivos fiscais para regiões interiores

Potencialização das vocações locais e vantagens comparativas

Captação de recursos externos para projetos

O convidado iniciou sua fala frisando que a indústria brasileira preza pelo desenvolvimento regional do Nordeste e do Norte do País. Discorreu sobre a importância das Medidas Provisórias (MP) nº 1.016/2020 e nº 1.017/2020, que possibilitaram o resgate dos fundos de desenvolvimento, viabilizando as negociações das dívidas dos empresários, mas ressaltou a necessidade da derrubada dos vetos presidenciais, para que todos os efeitos da MP sejam implementados. Outra medida provisória comentada pelo convidado foi a MP nº 1.052/2021, que altera as regras de repasse de recursos federais aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo ele, trata-se de medida muito positiva, que viabiliza a estruturação de projetos de qualidade em infraestrutura em concessões e parcerias público-privadas com foco nas regiões.

O presidente da CNI ressaltou que a Confederação apoia uma ampla e geral reforma tributária, capaz de permitir que os estados do Norte e do Nordeste possam se beneficiar dos impostos de uso, bens e serviços. Considera que o sistema tributário penaliza essas regiões. Ainda defendeu a criação de um fundo de desenvolvimento regional financiado com parcelas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a fim de se fomentar a atividade produtiva da região.

Segundo ele, os investimentos do governo federal estão refletindo no movimento da industrialização, com a migração de novas instalações das empresas do eixo Sul-Sudeste para o Norte e Nordeste do Brasil. Enfatizou que o PIB do Nordeste, que contabiliza 13% do PIB nacional, e o da região Norte, de 8,5%, devem ser ampliados com a instalação das novas indústrias, que alavancam outros setores nos estados.

A CNI ainda investe em educação profissional, além de ensino fundamental e básico para os filhos dos trabalhadores. Nos últimos cinco anos, foram investidos cerca de R\$ 2 bilhões na implantação de novas escolas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A CNI possui o Senai Cimatec, considerado o maior instituto de inovação do Brasil, que tem desenvolvido tecnologias de qualidade, com laboratórios com supercomputadores e desenvolvimento de vacinas contra a covid-19, em parceria com empresa privada americana. Também conta com um instituto de inovação em Pernambuco, voltado para toda a área digital, *cyber security* e formação e qualificação em tecnologias digitais, e um instituto de inovação no Rio Grande do Norte, que é hoje o maior instituto de fontes renováveis de energia

do País. A expectativa é de que a costa do Nordeste consiga gerar energia solar para suprir a demanda nacional. Outros institutos citados foram: instituto de desenvolvimento no Ceará, responsável pelo capacete Elmo, para apoio ao tratamento de covid-19; instituto de inovação e mineração no Pará; instituto do setor eletroeletrônico no Amazonas; também em Manaus, em fase de estudos finais e de projetos, o novo instituto da biodiversidade. São 28 institutos de inovação e 63 institutos de tecnologia implantados em todo o Brasil, com o apoio de recursos do BNDES na ordem de R\$ 1,5 bilhão. Hoje é a maior rede de institutos de inovação no Brasil, em parceria com o Instituto Fraunhofer, da Alemanha, e com o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), dos Estados Unidos.

Concluindo, o convidado defendeu que a qualificação profissional e o desenvolvimento da tecnologia, aliados aos projetos de infraestrutura nas regiões Norte e Nordeste, farão com que as empresas industriais nacionais e estrangeiras tenham interesse em investir nos estados.

Romildo Carneiro Rolim, presidente do Banco do Nordeste

O convidado apresentou o Banco do Nordeste, que tem como missão ser o banco de desenvolvimento da região Nordeste, como um braço do governo federal, para fazer as políticas públicas de governo, tendo em vista dois pilares prin-



cipais: o crédito produtivo de longo prazo, com recurso principal do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para financiar o agronegócio, a indústria, o comércio, os serviços e a infraestrutura; e os microcréditos Crediamigo e Agroamigo, urbano e rural, com a disponibilização de R\$ 15 bilhões e R\$ 3 bilhões no ano de 2021, respectivamente.

Segundo discorreu, o Banco do Nordeste atua em todos os nove estados do Nordeste e no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, abrangendo 1.990 municípios. Atualmente, contabiliza 292 agências, o que representa 8,6% das agências bancárias na área de atuação específica do banco, representando cerca de 62,6% das atividades de crédito de longo prazo nessa área de atuação; 69% de financiamento de longo prazo industrial e comercial; 55,7% do crédito para o agronegócio, financiamento rural e agroindustrial; 72% das contratações do PRONAF na região Nordeste; e 20% dos financiamentos para a micro e pequenas empresas. Afirmou que o orçamento de 2021 perfaz em torno de R\$ 42 bilhões; até junho, alcançou 20 bilhões. Ressaltou que, desde 2018, sempre foi ultrapassada a programação orçamentária feita pelo FNE. Para o ano de 2021, está aprovado o orçamento de R\$ 24,1 bilhões. No que diz respeito ao rateio por setor, disse que a maioria dos financiamentos foi em comércio e serviços, seguido pela pecuária, agricultura e indústria. Ainda informou que o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Ministério da Economia criaram o FNE Emergencial, com linhas de financiamento de 2,5% ao ano, sobretudo para capital de giro, contabilizando R\$ 6 bilhões, sendo R\$ 3 bilhões especificamente para serem distribuídos no Nordeste, dos quais 96,5% foram aportados para mini, micro e pequenos produtores.

O presidente do Banco do Nordeste ainda destacou o histórico de investimentos em infraestrutura, especialmente em energia eólica, fotovoltaica, empreendimentos no setor de comunicações, transmissão e distribuição de energia, saneamento básico e também alguns empreendimentos em logística. Apresentou as ações diferenciadas realizadas para operacionalizar o FNE: planejamento anual participativo, prévio, do ano anterior; as ações do FNE itinerantes; e as Avaliações de Resultados e Impactos. Sobre as operações para micro e pequenas empresas, informou que o banco já as digitalizou para poder facilitar e dar celeridade ao atendimento às operações.

Sublinhou que o Banco do Nordeste realizou parcerias no programa Agromordeste com o SENAC, o Banco do Brasil e outras organizações governamentais, para atender pequenos empreendedores e produtores rurais. Atualmente,

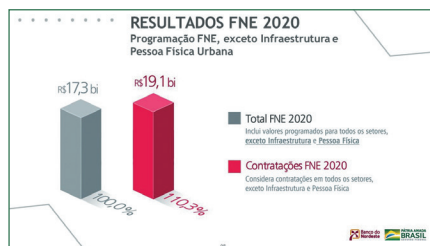
16 territórios são beneficiados com o programa, abrangendo 297 municípios. Outras ações com o objetivo de deixar as cadeias produtivas mais organizadas, dando sustentabilidade tanto à atividade do produtor quanto ao crédito, foram realizadas, tendo como exemplo o financiamento de cerca de R\$ 3,4 bilhões nas cadeias produtivas de aquicultura, apicultura e cajucultura. Destacou ainda parcerias com o MDR, citando o projeto Rotas de Integração Nacional.

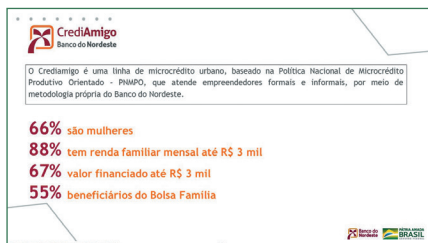
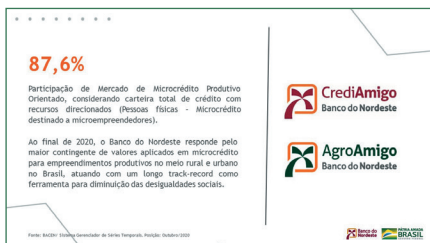
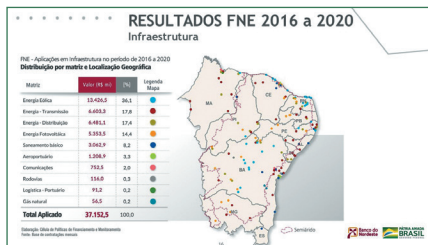
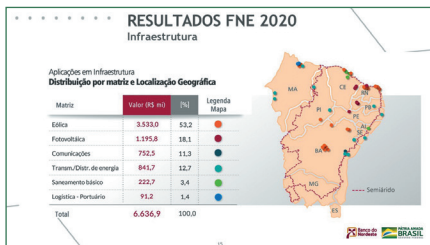
Afirmou que as ações geram impactos positivos: 1,8 milhão de empregos, aumento de massa salarial de R\$ 16 bilhões, incremento de quase R\$ 10 bilhões na arrecadação tributária e de R\$ 103 bilhões de valor bruto da produção. Segundo ele, o banco possui a política de crescimento de empresa: primeiro, microempreendedor urbano e microcrédito; depois, microempresa e pequena empresa, fazendo toda essa migração dos clientes. Às micro e pequenas empresas, em 2020, foram aportados R\$ 4,6 bilhões, um crescimento de 27% em relação ao ano anterior. Os impactos dos investimentos também são medidos por meio da geração de empregos e do aumento da massa salarial.

Por fim, o convidado apresentou as diretrizes estratégicas do Banco do Nordeste: melhorar o FNE; avançar na liderança do microcrédito; e ser o banco da micro e pequena empresa. Para tanto, buscam avançar no FNE, com os valores de R\$ 25 bilhões, em 2022; R\$ 27 bilhões, em 2023; R\$ 29 bilhões, em 2024; e no Crediamigo, o programa maior de microcrédito urbano, além de cumprir as ações do Programa de Apoio ao Turismo Regional (FUNGETUR) e do Programa Nacional de Apoio às Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE). Disse ser preciso fazer todos esses desembolsos, para se ter aderência à missão institucional. Para tanto, conta com o apoio do governo federal.

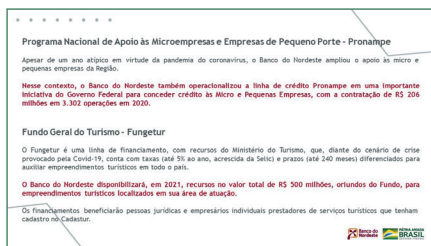
Apresentação do sr. Romildo Carneiro Rolim











Flavio Amary, secretário de Estado de Habitação do Governo de São Paulo e presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano

O convidado destacou que a pandemia trouxe dificuldade na área da economia e da renda, além da dificuldade habitacional, e que a recuperação econômica passa pela área de habitação e construção. Também ressaltou a importância de temas como a regularização fundiária e a melhoria habitacional. Para tanto, segundo ele, é necessária a recomposição orçamentária, com maiores investimentos do governo federal na área habitacional, em parceria com os governos dos estados e municípios, com a iniciativa privada, buscando alternativas para reduzir o ônus excessivo do aluguel, que hoje responde por mais de 50% do déficit habitacional. Considerou que já ocorreu melhora no orçamento, mas é pouco, porque a necessidade é muito maior.

Conforme o secretário, o déficit habitacional é de milhões de unidades, mas os estados estão preparados para dar continuidade às parcerias com o governo federal. Citou ações do governo de São Paulo, como o Programa Cidade Legal; a alocação de recursos do orçamento para assistir uma parcela da antiga Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, atendendo essa população com investimentos e facilitando o acesso a moradia, zerando a taxa de juros e atrelando o financiamento não só ao valor de investimento mas também à prestação relacionada à renda das famílias; a urbanização de áreas de favelas; o Programa Vida Longa, para contemplar a população mais idosa em vulnerabilidade social.

O convidado falou sobre o Nossa Casa do governo de São Paulo, no qual buscam terrenos ociosos do estado e dos municípios, para trazer para a produção habitacional voltada à população de baixa renda habitação de interesse

social, utilizando esse ativo imobiliário. Sugeriu que o governo federal adotasse a mesma diretriz.

Finalizando sua exposição, o secretário reafirmou que o setor de construção e habitação pode, na infraestrutura, trazer a retomada econômica, a geração de emprego e renda e o aumento da arrecadação tributária, para que a economia seja reativada. Assim, pede ao ministro especial atenção ao setor habitacional e apoio ao Senado Federal, para que haja recomposição no orçamento da habitação do MDR.





COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2ª MESA – 28/6/2021

I – IDENTIFICAÇÃO

2ª Mesa do 1º Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional

Finalidade: discutir o “Plano Nacional de Recursos Hídricos e desenvolvimento regional: o desafio de expansão dos serviços de saneamento básico no Brasil”.

II – PARTICIPANTES

1. **Alfredo Assis de Carvalho**, coordenador de Gestão Integrada do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR);
2. **Carlos Motta Nunes**, especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);
3. **Marcus Vinícius Fernandes Neves**, presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE); e
4. **José Patriota**, primeiro-secretário da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

III – RELATO DA EXPOSIÇÃO DOS CONVIDADOS

Alfredo Assis de Carvalho, coordenador de Gestão Integrada do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

O convidado assegurou que o saneamento é uma das prioridades do governo federal por diversas razões, sendo a mais importante o fato de a universalização desse serviço ser fundamental para garantir a saúde e a dignidade da população. Observou que o saneamento básico é um conjunto de serviços essencial e indispensável para garantir a dignidade de cada cidadão brasileiro.

Observou que, no cenário de pandemia, o acesso ao serviço de saneamento se torna ainda mais importante. Enquanto as pessoas em geral se preocupam em ter sempre à disposição uma máscara limpa e um frasco de álcool em gel, milhões de pessoas convivem com esgotos contaminados em valas na porta de casa, e uma parcela considerável dessa mesma população não tem acesso a uma rede de água tratada para lavar as mãos, um hábito básico de higiene.

O expositor asseverou que a universalização do saneamento gera outros benefícios sociais, econômicos e ambientais. Lembrou da relação segundo a qual, a cada R\$ 1 investido em saneamento, economizam-se R\$ 4 no sistema de saúde, destacando que essa é apenas uma das consequências positivas desse investimento. Além dela, citou a redução drástica dos afastamentos do trabalho em razão de infecções intestinais e o aumento considerável da produtividade dos trabalhadores e do aproveitamento escolar das crianças. As comunidades saneadas também experimentam valorização imobiliária, e, em muitos casos, vocações turísticas são potencializadas pelos impactos positivos no meio ambiente local.

Sobre a situação atual do Brasil, mencionou os últimos dados disponíveis do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, de 2019, segundo os quais 54,1% da população do País têm acesso à rede de coleta de esgoto e 83,7% da população têm acesso à rede de água. Isso significa que cerca de 100 milhões de brasileiros não têm acesso a uma rede de coleta de esgoto e 35 milhões não têm acesso a uma rede de água.

Segundo o convidado, a solução desse problema passa pela ampliação dos investimentos em infraestrutura de saneamento, embora reconheça que isso não seja suficiente. Defendeu, nesse sentido, uma reflexão para se compreende-

rem as razões do subinvestimento, considerando não se tratar de mera escassez de recursos públicos. Observou que, apesar de estarmos em um momento em que não ocorre escassez de recursos, houve um período de abundância fiscal que não impactou de forma considerável os índices de saneamento, sendo que diversas fragilidades legais, institucionais e regulatórias dificultavam a aplicação efetiva dos recursos.

Apontou que esse quadro levou, nos últimos anos, a uma ampla discussão para o aprimoramento do marco regulatório do setor de saneamento básico, que originalmente se baseava na Lei nº 11.445, de 2007, atualizada por meio da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, que deu origem à Lei nº 14.026, de 14 de julho de 2020. Explicou que o objetivo desse novo marco legal é estruturar um ambiente regulatório maduro para o setor de saneamento, garantindo segurança jurídica para que ocorra ampliação e efetividade dos investimentos, privados ou públicos, quando estiverem disponíveis, sempre visando à universalização dos serviços.

Entre os principais problemas identificados, destacou: a possibilidade de delegação do serviço sem um procedimento concorrencial e sem comprovação da capacidade econômico-financeira para essa prestação dos serviços; a indefinição quanto à titularidade dos serviços em caso de interesse comum; a dificuldade de habilitar investimentos em municípios pequenos ou isolados; uma grande variedade de agências reguladoras subnacionais e, conseqüentemente, de normas, de modo que alguns prestadores ficavam submetidos a normas diferentes em cada município em que atuavam; e carência de coordenação na política federal, entre vários órgãos que prestavam serviços e apoio ao setor.

Segundo o expositor, o novo marco legal abordou essas questões com a introdução de concorrência no setor por meio da vedação à celebração de novos contratos de programa para prestação dos serviços, de maneira que as empresas estaduais vão poder se manter operando, desde que concorram em condições de igualdade com as outras empresas. Quanto aos contratos de programa existentes, a lei garantiu que permaneçam em vigor até o advento do termo contratual, mas condicionados à comprovação da capacidade econômica e financeira dos prestadores. A metodologia para essa comprovação foi regulamentada pelo Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021.

Quanto às indefinições sobre a titularidade, frisou que a lei adotou, em certa medida, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal como referência e for-

malizou a titularidade dos municípios e do Distrito Federal como regra básica, mas como um exercício conjunto da titularidade entre municípios e estado, nos casos de interesse comum.

Apontou que outro instrumento criado pela nova lei foi o da regionalização dos serviços na forma de unidades regionais de saneamento, microrregiões ou blocos de referência. A ideia desse instrumento, segundo o convidado, é introduzir ganhos de escala para garantir investimentos inclusive nos municípios menores e mais pobres.

Destacou que o novo marco também introduziu um mecanismo para aprimoramento e uniformização da regulação setorial por meio da edição de normas de referência pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Ressaltou que, por fim, como forma de garantir a implementação desses novos instrumentos, a lei estabeleceu uma restrição à alocação de recursos federais para investimentos em municípios que optem por não participar das novas estruturas de regionalização, ou onde as respectivas entidades reguladoras dos serviços não adotem as normas de referência que venham a ser editadas pela ANA.

O debatedor relatou que um dos focos na regulamentação e implementação da lei são as propostas de regionalização que estão sendo apresentadas pelos estados, tendo em vista que a data limite estabelecida pelo novo marco para definição das estruturas regionalizadas é 15 de julho de 2021. Asseverou que alguns estados optaram por criar a figura das microrregiões, cuja adesão é obrigatória pelos municípios. Outros preferiram a via das unidades regionais, de adesão opcional. Observou, no entanto, que cada estado tem adotado a forma que entende mais adequada. Em paralelo, os prestadores estão tomando providências para cumprirem as exigências de comprovação de suas capacidades econômico-financeiras, conforme estabelecido pelo Decreto nº 10.710, de 2021. De acordo com o regulamento, as empresas têm até o dia 31 de dezembro de 2021 para apresentar documentos às suas respectivas agências reguladoras, incluindo estudos de viabilidade e planos de captação de recursos. As agências reguladoras, por sua vez, terão até 31 de março de 2022 para finalizar esses processos.

O expositor afirmou que a Secretaria Nacional de Saneamento tem consciência e que o processo de implementação desses novos instrumentos não é simples. Apontou que a lei trouxe muitas inovações e que todo o setor está se adaptando e procurando alternativas para cumprir as novas exigências. Toda-

via, registrou que alguns resultados animadores já foram alcançados desde a aprovação da nova lei, mencionando quatro grandes leilões, que resultaram em R\$ 61,3 bilhões entre outorgas e investimentos nos serviços. Especificou o leilão da CEDAE, no Rio de Janeiro; da CASAL, em Alagoas; e da SANESUL, do Mato Grosso do Sul. Ressaltou que diversos outros leilões estão sendo preparados para 2021 e 2022, totalizando R\$ 19 bilhões em investimentos.

Questionado sobre a definição do ano de 2033 como meta para a universalização dos serviços de saneamento, esclareceu que essa data é emblemática, designada a partir da publicação do Plano Nacional de Saneamento em 2014, com um horizonte de 20 anos, documento a partir do qual foram estabelecidas as metas. Observou que a meta para o esgotamento sanitário é mais ousada do que a meta prevista na lei: enquanto a lei estabeleceu meta de cobertura de 90% até 2033, o plano nacional previa 93%. Assim, decidiu-se por manter essa data, tendo em vista que o Plano Nacional de Saneamento ainda está vigente. Além disso, mencionou a crença de que os instrumentos e a forma como o novo marco foi montado criam condições para que haja aumento da eficiência na prestação dos serviços, bem como segurança jurídica para que novos investimentos sejam aportados no setor. Assim, trabalha-se com a meta de cumprimento efetivo, considerando-se alcançar a universalização dos serviços até 2033.

Carlos Motta Nunes, especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

O convidado explicou que atuava como coordenador do Grupo de Trabalho em Saneamento Básico criado pela ANA, em fevereiro de 2019, para estruturar a agência para o recebimento das novas competências estabelecidas pelo novo marco legal do saneamento, a Lei nº 14.026, de 2020. Observou que, antes da aprovação dessa lei, o saneamento constou do debate político nacional quando da edição das Medidas Provisórias nº 844/2018 e nº 868/2018, que, embora tenham perdido eficácia, pavimentaram o caminho para a discussão, durante mais de um ano, do PL nº 4.162, de 2019, que resultou na nova lei.

Segundo o convidado, a lei se baseia em quatro grandes pilares. O primeiro pilar é o das metas de universalização até 2033, ou seja, existe um alvo a ser perseguido, o que definiu como algo importante. O segundo é o da concorrência

pelos serviços e a impossibilidade de novos contratos de programa, que passam a ser licitados. O terceiro é a regionalização, que visa ao ganho de escala e aos subsídios cruzados. O quarto é o da uniformização da regulação.

Quanto à uniformização da regulação, o expositor ressaltou que existem mais de 70 agentes infranacionais que regulam o saneamento no Brasil, havendo estados, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em que uma mesma companhia estadual pode ser regulada por quatro ou cinco agentes reguladores. Explicou que, além das agências estaduais, existem agências intermunicipais, no caso dos consórcios de municípios, e agências municipais. Essas agências municipais foram criadas quando da concessão do serviço municipal, diante da necessidade de regulação. Esclareceu que a diferença de regras leva aos chamados risco regulatório e custo regulatório.

Nesse contexto, relatou que, durante o debate, pensou-se em trazer a ANA para apoiar na regulação do saneamento, promovendo a integração da política de recursos hídricos com a política de saneamento. A ANA tem 20 anos de existência e trabalha em áreas como monitoramento hidrológico e pluviométrico e concessões de outorgas de direito de uso da água. Também operacionaliza a cobrança pelo uso da água e o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, além de elaborar planos de recursos hídricos.

Para o expositor, a participação da ANA na regulamentação significa trazer uma visão abrangente de recursos hídricos para o saneamento, ou uma visão global do insumo fundamental do setor, tanto no início da cadeia, com a captação de água, quanto no final, tendo em vista que cerca de metade do esgoto produzido chega aos rios sem coleta ou tratamento. Esclareceu que o papel da ANA se dá em três blocos de atividades básicas.

Conforme discorreu, o primeiro bloco diz respeito à coordenação regulatória do setor, feita por meio da elaboração das normas de referência, que são resoluções não obrigatórias quanto ao cumprimento, mas que estabelecem diretrizes para as regulações. A título de exemplo, mencionou a Norma de Referência nº 1, da ANA, que trata da cobrança pelos serviços de resíduos sólidos (a tarifa do lixo). Ressaltou que a Lei nº 14.026, de 2020, estabeleceu a data limite de 15 de julho de 2021 para que os municípios instituíssem a cobrança pelos resíduos sólidos. A norma de referência da ANA contém diretrizes para que essa cobrança tenha sustentabilidade. Frisou que o Brasil ainda enfrenta o problema dos lixões, que, segundo a avaliação da agência, ocorrem porque

muitas vezes os municípios não têm uma fonte de recursos segura para manter a operação de um aterro sanitário. Em alguns casos, a parte inicial do aterro chega a ser construída, mas ao longo do tempo acaba se transformando em lixão. O convidado afirmou que a norma de referência visa garantir a sustentabilidade do processo ao longo dos anos. Ainda quanto à competência de coordenação regulatória, disse que a ANA recebeu a atribuição de mediação em arbitragem, de caráter voluntário, quando houver conflitos entre agências reguladoras ou prestadores de serviço.

Apontou que o segundo grupo de atividades é a capacitação da regulação, oferecida aos funcionários das cerca de 70 agências reguladoras, dos mais diversos portes e capacidades institucionais. Segundo o convidado, nos últimos 5 anos, a ANA capacitou 100 mil pessoas em recursos hídricos, sendo que cerca de 3 mil pessoas por mês participam das atividades de capacitação. Explicou que a agência vinha criando conteúdos para capacitação quanto à regulação do saneamento.

Sublinhou que o terceiro bloco diz respeito à elaboração de estudos técnicos para o setor. Como exemplo, mencionou o Atlas de Abastecimento Urbano de Águas e o Atlas Esgotos. Explicou que se trata de uma coletânea feita em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o antigo Ministério das Cidades, com o levantamento dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dos 5.568 municípios brasileiros. Esses levantamentos, acessíveis por aplicativo de celular, disponibilizam informações como: população atendida; capacidade do sistema; necessidade de alguma obra; capacidade do rio ou do manancial de atender o município ao longo do tempo, diante do crescimento populacional; o croqui do sistema; e custo de implantação do sistema. O expositor mencionou a intenção de expandir esse levantamento para resíduos sólidos e drenagem urbana, observando se tratar de componentes do saneamento que sempre foram deixados para trás.

Quanto às ações que podem ser adotadas pelas empresas para evitar perdas, ressaltou que seria possível que a ANA editasse uma norma de referência com diretrizes para o controle de perdas. Informou que o assunto estava na agenda regulatória da agência, devendo ser tratado em 2022, a despeito de a agência já estar se preparando para colaborar com o setor nessa área.

O expositor discorreu sobre a norma de referência acerca da cobrança de resíduos. Destacou que existem dois grandes componentes do serviço de re-

sólidos: a coleta de lixo e o serviço de limpeza urbana. Quanto a este último, que envolve ações como varrição e poda de árvores, sendo prestado pela prefeitura para toda a cidade e não uma residência em particular, observou que, por questões legais, não pode ser cobrado, devendo ser custeado por tributos, devido à chamada indivisibilidade, já que não é possível saber quem produziu determinada quantidade de resíduo ou quem se beneficia do serviço de limpeza urbana. O paralelo seria a iluminação pública, uma vez que não se pode cobrar uma taxa de cada pessoa por esse serviço. Destacou que a solução para o custeio da iluminação pública foi uma emenda constitucional que criou a contribuição de iluminação pública, defendendo uma medida semelhante para a limpeza urbana. Assim, a limpeza urbana poderia ser financiada por uma contribuição, e não por impostos, de modo que não concorresse com as diversas despesas que o município tem no seu dia a dia. Em consequência, isso poderia levar à sustentabilidade da prestação dos serviços na área de resíduos sólidos.

Em resposta ao questionamento sobre como a ANA tem enfrentado o problema dos esgotos não tratados nos rios brasileiros, respondeu que, mesmo antes de a Agência Nacional de Águas se tornar a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, o esgoto sempre foi um foco de atuação da entidade. Mencionou que, desde 2001, existe o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), que financia a boa operação de estações de tratamentos de esgotos. Registrou que existem cerca de 80 estações contratadas pela ANA, em todo o Brasil, em que é feito o acompanhamento trimestral das metas de tratamento de esgoto. Esse monitoramento avalia se cada estação está tratando a quantidade de esgoto prevista no seu projeto, tendo em vista que algumas vezes a estação é construída, mas a rede não, o que impede que o esgoto chegue até a estação. Explicou que há metas de quantidade de esgoto que chega até a estação e metas de qualidade do efluente tratado, ou seja, a medida do quanto de poluição foi possível remover.

Apontou que um segundo foco de atuação se dá com as outorgas de direito de uso, cuja emissão depende da verificação do tamanho do lançamento de esgoto e da capacidade do rio de diluir a parcela remanescente do esgoto tratado. Observou que, às vezes, há uma cidade muito grande com um rio muito pequeno, ou seja, mesmo que haja um bom tratamento, o rio não será capaz de diluir. Nesse sentido, existem rios na região Nordeste que são intermitentes, não havendo sequer a capacidade de diluição. Assim, explicou que geralmente a

agência trabalha com a melhoria dos processos de tratamento junto às empresas outorgadas, para que o rio possa ter condições de receber a carga de esgoto.

No que se refere ao comprometimento de córregos e rios em virtude do crescimento das cidades, mencionou que a ANA atua como indutora dos programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a exemplo dos programas produtores de água, que remuneram o agricultor que protege uma área de recarga do aquífero, cuja água chega até o rio. Nesse caso, é mantida a mata natural, a qual não é removida para plantação, o que contribui para o aumento da água que chega ao rio, sendo uma forma de mitigar o impacto do avanço das cidades.

Marcus Vinícius Fernandes Neves, presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE)

O convidado iniciou sua exposição ressaltando que a discussão sobre o novo marco legal trouxe à tona a importância do saneamento para que o Brasil se torne um país desenvolvido, que atende a todos indistintamente. Para ele, enquanto houver situações como o uso de carros-pipa para atender a população, como ocorre na região Nordeste, caberá aos atores das políticas públicas, em sua esfera, agir para que todos tenham sua dignidade assegurada.

Argumentou que muitas vezes o problema do Brasil não é a legislação, e sim como colocá-la em prática. No tocante à integração da Política Nacional de Recursos Hídricos, observou que as vertentes de água e esgotamento sanitário, no que se refere aos recursos hídricos e à operação dos sistemas, são tão importantes quanto a questão dos resíduos sólidos.

Em relação às perdas de água, frisou que se trata de um tema que, ao longo do tempo, foi relegado a segundo plano. Destacou que, na região Nordeste, normalmente se faz um uso comedido da água, tendo em vista locais onde há escassez do recurso. Mencionou as obras para a transposição de água por meio de adutoras, a exemplo da transposição do São Francisco.

Para o expositor, a questão da perda de água passa por uma cultura nacional de que a água é um bem infinito. Defendeu que essa cultura seja modificada, tanto por parte dos operadores quanto por parte dos cidadãos, e que a água seja realmente vista como um patrimônio escasso a ser cuidado, inclusive por empresas públicas e privadas. Observou que algumas regiões recebem excelente

atendimento por parte dos operadores, mas que algumas situações demandam atenção especial, principalmente quanto a perdas aparentes, fraudes e hidrômetros antigos, que fazem com que o balanço hídrico não feche. Argumentou que muitas vezes são necessárias diretrizes para se alcançar um objetivo em relação a esse ponto.

Quanto ao novo marco legal do saneamento, destacou que não há um ponto específico para as áreas rurais. Manifestou sua preocupação com essa ausência, tendo em vista que boa parte das pessoas que não tem acesso ao abastecimento de água se encontra na região do semiárido nordestino, sendo um desafio atender a essa população. Ressaltou, portanto, que o novo marco legal não alcança todos os pontos.

Outro ponto acerca do qual o convidado manifestou preocupação foi o risco de os pequenos municípios que não estiverem regionalizados ficarem entregues à própria sorte, devido à falta de condições para resolver os problemas. Destacou que a questão ambiental perpassa o Plano Nacional de Recursos Hídricos e temas como as políticas públicas de reuso da água.

O expositor reconheceu haver escassez de recursos, mas ressaltou que nem o setor privado nem o público resolvem sozinhos os problemas. Sublinhou que a solução dos impasses não se dá pela mera delegação de atribuições ao setor privado e que as políticas públicas de saneamento devem ser de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais, dentro de suas atribuições, inclusive no que se refere à disponibilização de recursos e à atuação das agências reguladoras. Quanto ao papel das agências reguladoras, lembrou o caso de Manaus, cujo serviço é privatizado desde a década de 1990, embora o município tenha um dos piores índices.

O convidado defendeu a soma de esforços em torno da política pública de recursos hídricos, elogiando a participação da ANA no processo, por permitir uma análise integrada do cenário.

No que se refere ao marco legal, afirmou que a falta de uma regra clara sobre saneamento entre 1984 e 2007 teve grande impacto, já que somente em 2007 houve um marco legal. Defendeu que os decretos que regulamentam o setor coloquem em prática o que a lei estabelece, somando os valores públicos e privados.

Para o expositor, não é fácil resolver os problemas, já que cada estado tem uma realidade. Mencionou o caso da Paraíba, onde existem 2,5 mil km de adutoras administradas pela companhia, projetadas ou em execução. Citou a trans-

posição do São Francisco chegando à cidade de Monteiro, que é a porta do Eixo Leste. A água é levada desse ponto a 189 km, até o município Frei Martinho. Segundo o convidado, esse exemplo demonstra que não basta alocar recursos, sendo necessária a capacidade de entender o território e as suas peculiaridades.

José Patriota, primeiro-secretário da Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

O convidado recordou que a primeira versão do Plano Nacional de Recursos Hídricos foi aprovada em 2006 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com planejamento de 2006 a 2020. Em função da pandemia, o término deste ciclo foi prorrogado para 2021. Uma vez concluído o ciclo do primeiro plano, o MDR está discutindo um novo plano de longo prazo, para o período de 2022 a 2040.

Registrou que, diante da relação intrínseca entre os setores de recursos hídricos e saneamento, a CNM julga oportuno o debate visando integrar esses dois setores, bem como as políticas de água e esgoto, de esgotamento sanitário, de resíduos e de drenagem. Classificou o planejamento integrado como um instrumento indispensável.

Reconheceu que existe uma grande deficiência na prestação dos serviços de saneamento como um todo, principalmente o esgotamento sanitário, que interfere diretamente na qualidade de vida da sociedade brasileira. Por outro lado, o uso da água em atividades econômicas indispensáveis, como indústria, agricultura, pecuária e geração de energia, entre outras, requer disciplinamento e muito cuidado para não comprometer as fontes de recursos hídricos, como rios, córregos e lagos, e, conseqüentemente, prejudicar a prestação de serviço de saneamento, especialmente o abastecimento humano com água potável.

O expositor salientou que o novo marco do saneamento ampliou as atribuições da ANA, que passa a regular também o saneamento básico. Frisou que a CNM entende ser fundamental a regulação. Por mais que haja necessidade de atrair investimentos privados para o setor, entende ser essencial a regulação do Estado, sendo que a ANA, como agência reguladora e com a expertise que tem, carrega uma grande responsabilidade delegada pela lei. O convidado também entende ser fundamental a participação da ANA no plano coordenado pelo MDR, devido à necessidade de maior integração.

O debatedor argumentou que deve haver bom senso para compreender a ampla dimensão do território nacional, com seus 5.568 municípios de diferentes portes, distribuídos em diferentes regiões e diferentes contextos ambientais e econômicos. Defendeu que sejam consideradas as desigualdades regionais, a exemplo dos dados que indicam a desvantagem da falta de cobertura plena nas regiões Norte e Nordeste, inclusive quanto aos índices de precipitação, altos no Norte e baixos no Nordeste.

O convidado destacou que a pergunta-chave da audiência diz respeito a como elaborar um plano visando à contemplação dos quatro serviços de água e saneamento, expandindo esses serviços para beneficiar todos os brasileiros e brasileiras. Para ele, a resposta a esse questionamento passa pela compatibilização entre os planejamentos de água e de esgotamento sanitário. Assim, a participação da ANA e do MDR na coordenação dessa política nacional é fundamental para que haja a integração e a construção conjunta, observando as diferenças. A resposta também inclui a escuta às entidades municipalistas envolvidas no setor saneamento e aos usuários, através dos conselhos de usuários, bem como a integração entre os entes federativos. A condução deve considerar toda a participação, inclusive as diferentes formas de organização dos municípios e dos seus consórcios públicos, de acordo com a realidade regional. A CNM também considera fundamental a capacitação de todos os setores envolvidos, bem como que a ANA amplie sua capacidade nesse sentido e a estenda às agências reguladoras estaduais.

Para o convidado, o novo marco do saneamento define claramente as responsabilidades e desafia todos a fazerem um trabalho integrado, inclusive para a promoção do saneamento rural, tendo em vista que cerca de 15% da população brasileira ainda vive na área rural.

O expositor mencionou o modelo desenvolvido pelo Ceará por meio do SISAR, que definiu como uma grande referência, premiada internacionalmente como modelo de gestão sustentável com sistemas de abastecimento rural atendendo a populações difusas. Defendeu a adoção de tecnologias apropriadas de acordo com a realidade local e o saneamento rural, começando pela disponibilização de água potável, ação que entende ser fundamental e estratégica para garantir cidadania às pessoas do campo e evitar a migração. Nesse sentido, é necessária uma estratégia diferente a ser adotada para o semiárido brasileiro.

O debatedor disse ser preciso definir ações no setor de saneamento cuja cobrança e financiamento não dependam somente de investimentos privados, sobretudo observando os pequenos municípios que, sozinhos, não têm viabilidade. Avaliou que a regionalização é fundamental e que a educação ambiental é estratégica. Propôs que seja considerada a participação efetiva dos municípios na captação de investimentos sob a regulação do Estado brasileiro, valorizando-se, inclusive, as companhias estaduais. Defendeu que essas empresas não podem ser destruídas, por serem um ativo importante, devido aos serviços. Disse ser preciso regular e distribuir o que se chama “carne e osso”, tendo em vista que o setor privado naturalmente se interessa pelo que é viável economicamente, o que exclui os pequenos municípios. Sustentou, ademais, que a estratégia de regionalização considere efetivamente um custo mais unitário e acessível para a população, sobretudo para os mais pobres.



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

3ª MESA – 5/7/2021

I – IDENTIFICAÇÃO

3ª Mesa do 1º Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional

Finalidade: discutir o tema “Aviação regional e seu papel no desenvolvimento regional”, em atendimento ao Requerimento nº 5/2020 – CDR.

II – PARTICIPANTES

1. **William França Cordeiro**, secretário nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Ministério do Turismo (MTur);
2. **Ronei Saggioro Glanzmann**, secretário nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura (MI);
3. **Eduardo Sanovicz**, presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR);
4. **Juliano Alcântara Noman**, diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);

5. **Hélio Paes de Barros Júnior**, presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); e
6. **Jorge Arruda**, presidente da Inframerica.

III – RELATO DA EXPOSIÇÃO DOS CONVIDADOS

William França Cordeiro, secretário nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Ministério do Turismo (MTur)

O convidado apresentou ações desenvolvidas pelo Ministério do Turismo acerca do tema. Mencionou dados relativos à movimentação de passageiros em aeroportos brasileiros a partir de 2004, quando foi iniciada uma série de ações: concessões, parcerias com aeroportos e mudanças na legislação. Nesse sentido, citou como episódios expressivos a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Em 2019, esses dados apontavam curva ascendente, e a projeção indicava crescimento que poderia chegar a 537 milhões de passageiros em 20 anos.

Explicou que esses números foram consequência de ações como: a) isenção de taxa para países estratégicos, como Estados Unidos, Austrália, Canadá e Japão, que indicavam, antes da pandemia, um aumento de até 158% nas reservas de turistas, com *ticket* médio de consumo muito alto; b) melhora do ambiente de negócios, com a flexibilização da franquia de bagagem por meio de resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em 2016, que desregulamentou a franquia, mudando o perfil dos usuários e transformando a aviação num negócio mais interessante para as companhias; e c) extinção da restrição ao capital estrangeiro, por meio da Lei nº 13.842, de 2019, que consolidou a abertura do mercado de aviação civil ao capital estrangeiro e possibilitou que empresas internacionais com até 100% de capital estrangeiro, sobretudo as *low costs*, pudessem atuar no Brasil.

Frisou o bom cenário pré-pandemia, mas apontou que a questão da redução do ICMS sobre Querosene de Aviação (QAV) ainda precisa ser revista. Disse que a maioria dos estados reduziu as alíquotas e citou como exemplo o Rio de Janeiro, que diminuiu de 13% para 7%, medida válida até o final de 2025; e São Paulo, que reduziu de 25% para 12%, consolidando-se como o maior *hub* e principal aeroporto.

Ainda no contexto de ações de melhoria, discorreu sobre o acordo de céus abertos – política internacional de flexibilização para operação de serviços aéreos

de forma bilateral. O Brasil já possui um acordo de céus abertos com os Estados Unidos e, recentemente, com a Suíça; mencionou que conversas com a Argentina estavam avançadas, mas foram interrompidas em função da pandemia.

Detalhou as novas empresas que iniciaram operação ou desejavam ingressar no Brasil: a Sky, empresa chilena de *low cost*, realizaria voos para o Rio de Janeiro e para São Paulo a partir do Chile; a Globalia, empresa espanhola que teria *low cost* no Brasil e traria voos diretos da Europa para o País; a Flybondi, empresa argentina, com planos de voos para São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Florianópolis; e a JetSmart, outra empresa chilena, que operaria em Foz do Iguaçu, no Paraná, e em Salvador. Ressaltou que parte da operação internacional está proibida em virtude da pandemia, mas acredita que essas empresas pretendem continuar seus investimentos no Brasil.

Demonstrou a comparação entre os números de 2019 e 2018, em que todos os aeroportos tiveram crescimento expressivo e, em relação aos aeródromos regionais, esse crescimento foi maior, o que sugere a existência de espaço para ampliação da malha regional.

Apresentou dados que mostraram comparação entre o mês de fevereiro de 2021 e de 2020: a Azul teve uma diminuição de 27,2% na movimentação de passageiros; a Gol, 51,7%; e a Latam, quase 60%. Destacou que a expectativa era um crescimento de 35%, se tudo tivesse dado certo.

Frisou que há um grande potencial de crescimento do setor aéreo brasileiro. Esclareceu que, no momento atual, o mercado está concentrado em quatro empresas, incluindo a Itapemirim Transportes Aéreos, que começou a operar em 1º de julho de 2021. Considerou esse um número pequeno para um país de tamanho continental e com grande potencial de turismo.

Reforçou que a taxa de viagens *per capita* reflete essa possibilidade de crescimento. Atualmente, a taxa brasileira é de 0,46; ou seja, de 210 milhões de habitantes, apenas em torno de 100 milhões viajam. Falou que o País tem 0,43% do fluxo internacional de turistas de todo o mundo. E, dos passageiros que se servem da malha brasileira, apenas 3% dos turistas vêm do exterior, os demais são nacionais. Dessa forma, repetiu que o Brasil, com seus potenciais, tem capacidade de ampliar esses números.

Citou ações implementadas com o intuito de mitigar os efeitos da pandemia: a) regras excepcionais de reembolso e remarcação, que foram objeto de lei específica; b) extinção do adicional da tarifa de embarque internacional de US\$

18, que não ocorreu em função da pandemia, mas irá ajudar na retomada das atividades; e c) postergação de pagamento de tarifas e de outorgas, sobretudo para as empresas concessionárias de aeroportos.

Frisou que o trabalho do Ministério visa ao reequilíbrio econômico-financeiro; a despeito do que já foi feito, disse que há muito o que fazer nesse sentido. Mencionou que o Ministério da Economia anunciou nova rodada do PRONAMPE e que o Congresso Nacional votará um projeto relacionado ao REFIS ampliado, o qual incluirá vários segmentos do turismo.

Sobre o programa de modernização das regras da aviação, que trabalha com foco em empresas de pequeno porte, citou como ações: requisitos diferenciados para ILAS; redução dos custos de treinamento; simplificação de registros; e ampliação da comercialização de serviços. Isso favorece que as empresas menores atuem, sobretudo nos voos regionais.

Comentou acerca das rodadas de concessões aeroportuárias – são 7, das quais 6 foram concluídas –, em que, de 61 aeroportos, 44 já foram concedidos. Ao longo dessas 6 rodadas, o governo federal já conseguiu captar US\$ 5 bilhões; há mais US\$ 4 bilhões provenientes de investimentos nos próximos anos. Falou sobre a expectativa de atrair 144 milhões de passageiros por ano, e que, a partir de 2022, os 200 milhões de passageiros estimados serão atendidos por malha aérea com gestão privada, o que reflete uma saída expressiva do governo federal na gestão dos aeroportos.

Destacou que, em algumas cidades, são necessárias ações para aumentar a satisfação dos usuários, como a modernização dos terminais e a expansão da capacidade. Segundo o convidado, o Ministério acredita que a chegada dos parceiros internacionais irá mudar esse panorama.

Afirmou que tudo isso resultará em melhoria dos índices de eficiência operacional, porque, quanto melhor a malha aérea funcionar – com menos atrasos e mais segurança –, mais atrairá novas oportunidades de parcerias comerciais. Citou a empresa alemã Fraport, que já está operando em Fortaleza e Porto Alegre; a empresa francesa Vinci Airports, que vai operar em Salvador; a Changi Airport Group, de Singapura, que já opera o Galeão; a empresa espanhola Aena, que vai operar em Recife, Maceió, João Pessoa, Aracaju, Juazeiro do Norte e Campina Grande; e a Zurich Airport, que já trabalha em Florianópolis, irá operar em Macaé, Vitória e no Espírito Santo. Frisou que, desses 22 aeroportos concedidos em 12 estados, por um período de 30 anos, foram obtidos cerca de US\$ 5 bilhões.

Mencionou que nas parcerias futuras estão incluídos os aeroportos de: Manaus, Tabatinga, Tefé, Porto Velho, Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Boa Vista, no bloco norte; Goiânia, Palmas, São Luís, Imperatriz, Teresina e Petrolina, no bloco central; e Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Navegantes, Joinville, Pelotas, Uruguaiana e Bagé, no bloco sul.

Acerca dos aeroportos da aviação regional, informou que o segmento é caracterizado geralmente pela oferta de voos de menor distância e com menos passageiros. Os aeroportos têm uma menor demanda e costumam interligar cidade de pequeno ou médio porte a aeroportos maiores. Atualmente, a malha brasileira inclui aeroportos regionais em 112 municípios, mas havia, antes da pandemia, expectativa de alcançar 200 cidades, com oferecimento de voos regulares. Em 2019, 128 aeroportos operavam de forma regular, mas houve um pequeno decréscimo com a pandemia.

Comentou que está sendo discutida pelo governo uma Parceria Público-Privada (PPP) para a região Amazônica, cuja condução vem sendo feita pela equipe econômica, e, em breve, será levada ao Comitê de Parcerias Público-Privadas, coordenado pela Casa Civil. Adicionalmente, disse que o governo está apoiando estados e municípios para estruturar concessões e até investimentos. Nesse aspecto, citou a Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões (SNAIC), do Ministério do Turismo, que tem um portal de atração de investimentos; e a prestação de assessoria para empresas aéreas e aeroportuárias interessadas em se estruturar.

Sobre o trabalho feito nos aeroportos regionais, comentou sobre ações que estão sendo feitas em Dourados (MS); Caxias do Sul (RS); Parintins (AM); Alcântara (MA); Barreiras (BA); Cascavel (PR); Angra dos Reis (RJ); Bonito (MS); e Fernando de Noronha (PE).

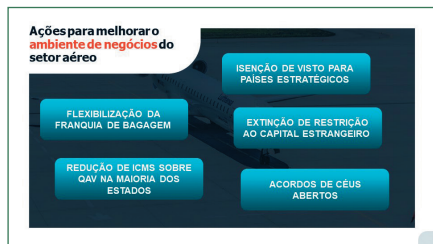
Informou que 43% dos investimentos da INFRAERO foram em aeroportos com perfis regionais. Novas ações pretendem incluir melhoria na infraestrutura de aeroportos em Parintins, Carauari, Coari, Eirunepé, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Lábrea e Maués – cidades da região Amazônica e que devem receber R\$ 380 milhões de investimentos. Dessas, nem todas são cidades turísticas; mas citou a cidade de São Gabriel da Cachoeira, que tem como atrativo turístico um conjunto de cachoeiras, destacando que o turismo no local será estimulado com a melhoria do aeroporto.

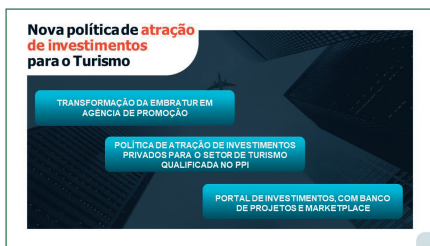
Sobre os desafios do pós-pandemia, comunicou que o Ministério do Turismo tem acompanhado a discussão que passa pela questão do combustível de aviação. Apresentou dados acerca do custo da aviação: 29,6% vêm dos combustíveis; 16,5%, do pessoal; 13%, da depreciação; cerca de 12%, das despesas operacionais; e dos seguros, 11%. Repetiu que alguns estados diminuíram as tarifas de ICMS, o que movimentou o setor, mas hoje há uma discussão no governo sobre a mudança do padrão do combustível. Atualmente, é utilizado o JET-A1 – que trabalha com o ponto de congelamento do combustível para rotas polares –, mas o setor aéreo entende que não há necessidade dessa mistura de octanagem tão alta, o que permitiria a utilização do JET-A, trazendo uma economia de 0,6% no valor do combustível.

Por fim, mencionou que haverá ações também na padronização internacional da legislação trabalhista do setor aéreo e na desoneração tributária do *leasing* de aeronaves.

Quanto à sugestão de utilização de ferrovias, disse acreditar que o brasileiro prefere viajar de avião, sobretudo para as médias distâncias.

Apresentação do sr. William França Cordeiro





Ronei Saggiaro Glanzmann, secretário nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura (MI)

O convidado informou que, a despeito do impacto da pandemia no setor da aviação, o Ministério aproveitou o período de baixa demanda por transporte aéreo para realizar obras nos aeroportos do País, inclusive os regionais.

Reconheceu que a aviação regional no Brasil carece de muitos investimentos e que o brasileiro ainda voa pouco. Passageiros de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) viajam pelo menos três vezes o índice brasileiro, e países mais desenvolvidos, como Estados Unidos, Austrália e os europeus, chegam a viajar seis vezes mais. Isso acontece porque eles têm infraestrutura, tarifas mais baratas, e a população tem maior renda. Comentou que os preços altos praticados em passagens no Brasil são o resultado de diversos fatores, entre eles: combustível de aviação, tributação e infraestrutura deficitária. Essas questões fazem parte de uma agenda maior de infraestrutura que vem sendo implementada por diversos órgãos do governo federal.

Discorreu sobre uma série de investimentos feitos no País com o objetivo de atingir a meta de 200 cidades atendidas pelo transporte aéreo regular. Recordou que, no passado, o Brasil chegou perto dessa meta, mas em outro contexto, com muita intervenção estatal e subsídio, o que a economia não comporta mais. Em passado recente, o País alcançou o índice de 140 cidades atendidas; atualmente, para chegar a mais de 200, são necessários infraestrutura disponível nos aeroportos e modelos de negócio sustentáveis.

Expôs novo modelo que está surgindo no Brasil, chamado sub-regional. Trata-se de aviões de pequeno porte, com nove assentos – avião Cessna Grand Caravan, por exemplo –, que conectam com aeronaves maiores, como o ATR-72, o Boeing 737, o ATR 42-300/320, o Embraer 190 e 195. Os programas de

incentivos estaduais de redução do ICMS – mais cidades atendidas no interior do estado impactam em menor alíquota do ICMS em toda a malha estadual, inclusive na capital – viabilizam as operações da aviação sub-regional. Essa aviação permite a chegada em várias cidades, enquanto que a remuneração da companhia aérea ocorre por meio da desoneração dos grandes voos, que geralmente partem da capital do estado. Mencionou, como exemplos exitosos, o Rio Grande do Sul, o Paraná, o Ceará, a Bahia, o Rio de Janeiro e São Paulo, além de outros estados do Norte e do Nordeste. Destacou que o Brasil é muito diversificado, sendo impossível atendê-lo com um único tipo de avião; são necessários aviões de 9 a 300 assentos.

Na sequência, o convidado palestrou sobre a questão da infraestrutura aeroportuária brasileira. Em número de passageiros transportados, o Brasil saiu de 30 milhões para 120 milhões, em 2019, antes da pandemia. Essa grande demanda por transporte aéreo no País saturou a infraestrutura, que foi construída na década de 1980 e início dos anos 1990. Para recompor essa infraestrutura foi necessária uma série de investimentos importantes, feitos pelas concessões. Reforçou a informação de que atualmente existem 44 aeroportos concedidos no Brasil e 16 em processo de concessão, o que viabilizou muitos investimentos. Citou como exemplos de sucesso os aeroportos de Brasília, Florianópolis, Confins e Viracopos. Afirmou que esse é um modelo consolidado, bem-sucedido e que, ao longo da última década, entregou uma infraestrutura de qualidade para a população brasileira.

Conforme o convidado, neste governo serão investidos R\$ 8,6 bilhões em aeroportos no Brasil, em quatro anos; 65% desse recurso é capital privado proveniente dessas concessões. Mencionou como futuras entregas importantes os aeroportos de Porto Alegre, Fortaleza e Salvador; e, como futuras obras, os aeroportos de Recife e outros do Nordeste. Desses R\$ 8,6 bilhões, R\$ 2,5 bilhões serão investidos em aeroportos regionais, 65% realizados pela iniciativa privada e 35%, pelo Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Citou aeroportos regionais que foram concedidos em conjunto com os de capitais: Tefé, Tabatinga e Cruzeiro do Sul, junto com o aeroporto de Manaus; e Bagé, Uruguaiana, Pelotas e Londrina, junto com o aeroporto de Curitiba. Reforçou que esse é um modelo consagrado e exitoso implantado no Brasil.

Além dos dados citados, recordou os investimentos feitos pela INFRAERO, por meio do FNAC, e as parcerias com estados e municípios. Nessa carteira,

exemplificou como obras importantes: o aeroporto de Macapá, que foi entregue em 2019; Navegantes, em Santa Catarina; Uberlândia; Montes Claros; Campo Grande; Marabá, no interior do Pará, entre outros. Destacou que viabilizar a operação regional muda a dinâmica da cidade e sua economia.

Por fim, falou do modelo de parceria público-privada para aeroportos de pequeno porte. Essa iniciativa começará pelo bloco amazônico: são oito aeroportos na região Amazônica que devem receber cerca de R\$ 380 milhões de investimento do FNAC, por meio de parcerias público-privadas. Atualmente, há cerca de 112 cidades recebendo investimentos do Fundo Nacional de Aviação Civil ou de concessões federais em todo o País.

Eduardo Sanovicz, presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR)

O convidado iniciou a exposição informando que iria se ater ao tema da regulamentação alinhada ao modelo internacional e como ela é fundamental para o crescimento do setor.

Comentou sobre o impacto da pandemia no setor, particularmente sobre a demanda. Enquanto a malha aérea diminuiu para 7% da malha pré-pandemia, o câmbio explodiu. Frisou que, no fim da pandemia, o setor enfrentará o câmbio e o custo do querosene.

Informou que este mês de junho foi o primeiro no qual metade da malha esteve no ar, e há melhores expectativas para julho e agosto. Concluiu que isso está absolutamente vinculado ao avanço da imunização. Nesse sentido, solicitou ao Senado o compromisso com a aceleração da vacinação, para que esses números possam ser cada vez melhores, com o atendimento de mais passageiros e destinos, a preços cada vez mais competitivos.

Mencionou contribuição na pandemia por meio do transporte gratuito de profissionais, equipamentos e vacinas por todo o País.

Especificamente sobre a aviação regional, disse que é um dos cinco temas mais importantes para a retomada do setor, ao lado de protocolos sanitários, dos novos temas, tipos e projetos de turismo.

Esclareceu que foram pesquisados os modelos de aviação regional na América, na Europa e na Ásia. Segundo argumentou, todos os modelos apontam

para a necessidade de coordenar ações e programas entre o setor público e o privado. Frisou que a aviação regional e a sub-regional, cujo destino final é uma pequena cidade, não têm os custos cobertos apenas com a demanda de mercado sustentada pela capacidade econômica de consumo dessa cidade.

Dessa forma, alertou para a necessidade de duas agendas: a redução de custos e o incremento à renda e à atividade econômica. A segunda agenda é resultado de um conjunto articulado de políticas de governo, não está na governabilidade exclusiva da área de aviação. Portanto, é tema de debate permanente em desenvolvimento regional.

Discorreu sobre as questões ligadas à governabilidade. Mencionou o Sistema Integrado de Transporte Aéreo Regional (SITAR), na década de 1980, no qual o País foi dividido em regiões, as empresas se candidataram e cada uma assumiu uma região. Recordou que, nessa oportunidade, houve o crescimento da empresa TAM. Entretanto, o desenvolvimento da economia mostrou que a política de subsídios não era o caminho. Posteriormente, houve o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), e, agora, foram iniciados os investimentos em sistemas e infraestrutura na região da Amazônia. Informou que todas as empresas da aviação regional atualmente são associadas à ABEAR.

Destacou como ponto positivo e favorável no ambiente regulatório a proposta do programa Voo Simples, que conta com o apoio da Associação. Nesse aspecto, registrou o mérito da Secretaria de Aviação Civil (SAC) e da ANAC pelo desenvolvimento desse processo e pela prática de debate amplo. Somado ao Voo Simples, citou a simplificação da regulação que já vem gerando movimentação importante na aviação regional.

Sobre os investimentos de infraestrutura que vêm sendo feitos, demonstrou apoio, mas afirmou que, na medida em que a INFRAERO se retirar da gestão dos aeroportos concessionados, é importante que o País aproveite o patrimônio técnico e intelectual da empresa. Destacou a necessidade de um programa que aproveite esse capital humano em aeroportos que seguem com a INFRAERO e em aeroportos regionais que podem vir a fazer parte de operação implementada por ela.

Disse que a associação também apoia um programa que a SAC já está implementando, para treinar equipes em pequenas cidades, de forma que os funcionários que operam o aeroporto sejam capacitados e fiquem atentos às novas demandas de segurança e de técnicas para que possam se credenciar a receber

voos. Por exemplo, uma empresa sub-regional, com avião de nove lugares que estiver operando em *code-share* com uma empresa que trouxe passageiro do exterior, tem que estar com padrões auditados internacionalmente. Para empresas pequenas, isso é chamado de ISSA e, nas grandes, de OSA, e é demandada, inclusive, uma série de atenções e de detalhes em solo. Portanto, segundo ele, é preciso treinamento e investimento nas equipes dos aeroportos pequenos para credenciar algumas regiões do interior do País para o turismo internacional.

Discorreu sobre a necessidade de revisão de custos, tributos e insumos. Confirmou que, do ponto de vista de custo, o maior deles é o do querosene. A maior bandeira para equalizá-lo com o custo internacional tem sido a redução de ICMS, tema sobre o qual seria muito importante avançar. Nesse contexto, citou o avanço das negociações com o estado de São Paulo, que reduziu o imposto, com o compromisso de que 490 voos semanais fossem adicionados à malha do estado. Informou que o círculo virtuoso gerado a partir da redução acabou por incrementar 709 voos semanais na malha aérea paulista. Acrescentou que já foram construídos acordos em 26 das 27 unidades federativas e a última que está em debate fica na Amazônia.

Além do ICMS, lembrou que o PIS/COFINS também é um tributo unicamente cobrado no Brasil. Comentou que, em relação aos acordos internacionais, na aviação, quando não se cobra um tributo de um avião que vem de fora para o País, não se pode cobrar dele daqui para fora. Isso faz com que visitar Maragogi, em algumas situações, seja mais caro do que ir para Santiago ou para Buenos Aires. Se o PIS/COFINS for eliminado do querosene de aviação, o custo no País fica mais próximo do internacional. Recordou que, em 2017, um projeto sobre o tema obteve, sem aprovação, apenas 46 votos no Senado. Frisou que essa é uma segunda agenda acerca de tributos para o setor.

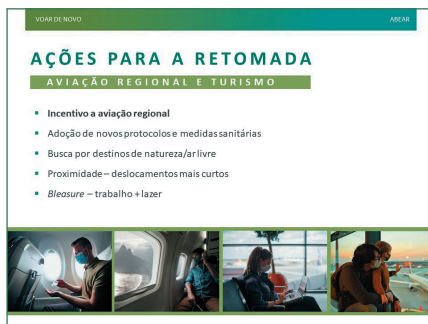
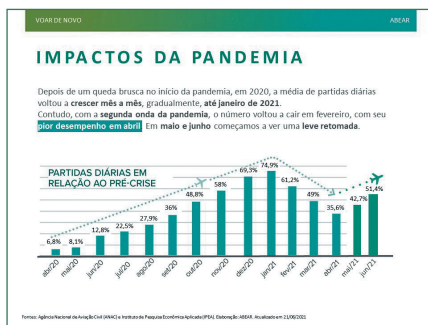
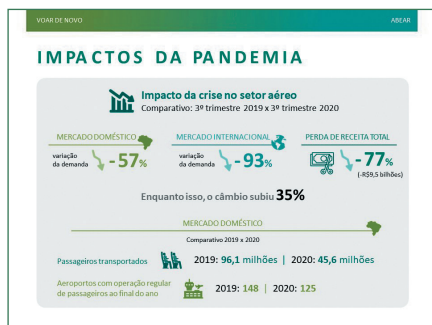
Informou que, enquanto o querosene corresponde a 32%, 33% do custo do bilhete aéreo no Brasil, a média americana é de 20% a 22%, e a média europeia é de 22% a 24%.

Em relação aos insumos, afirmou que a narrativa é rigorosamente a mesma, pois todos os custos ligados ao avião, à aeronave e ao seu *leasing* são impactados pelo câmbio.

Finalizou a exposição registrando a parceria e o resultado construído pelas equipes da Secretaria de Aviação Civil, da Agência Nacional de Aviação Civil, da INFRAERO e do Ministério do Turismo e do Departamento de Controle do

Espaço Aéreo (DECEA) durante a pandemia. Frisou que a única agenda que segue em aberto e inconclusa são demandas ao Ministério da Economia, ligadas ao imposto de renda do *leasing*.

Apresentação do sr. Eduardo Sanovicz



contexto, afirmou que a redução de custo e o aumento de investimentos são muito importantes.

Comentou que, além do custo de tributo – que é direto –, há o custo regulatório que depende da quantidade e da dificuldade de requisitos a cumprir. Esse faz parte da agenda da ANAC. Antes da pandemia, a aviação regional incluía 97 localidades; em maio de 2020, esse número diminuiu para 15. Foi montada, junto com as empresas aéreas, uma malha aérea essencial, incluindo todas as capitais e essas 15 localidades. A previsão para julho de 2021 é de que o número suba para 65 localidades que não sejam capitais. Isso demonstra o forte potencial da aviação regional. Nesse aspecto, a ANAC vem tomando uma série de medidas para facilitar o acesso à aviação regional.

Entre essas medidas, mencionou a permissão de operações em áreas isoladas da Amazônia Legal. Conforme o convidado, estão permitidos pousos em áreas não homologadas, para extração de pessoal, para levar medicamento e em casos de emergência de saúde. Outra questão, que será discutida em audiência pública, é permitir operações em aeródromos que não têm estação meteorológica. Uma série de aeródromos tem uma boa infraestrutura, como a situação de pavimento e sinalização, mas falta estação meteorológica no aeroporto. Poderá ser utilizada uma estação meteorológica na cidade, que não é do aeroporto, e haverá medidas operacionais adicionais para permitir o pouso e a operação regular nessas localidades. Isso ampliará a possibilidade de voos e de novas ligações e serviços para a aviação regional.

Falou também da “operação anfíbia”, que deve ser regulamentada até o final de 2021. Nela, será permitido o pouso em mares, lagos e rios. O País tem mais de mil rios que poderiam ser utilizados para pouso e decolagem de aeronaves, ampliando o acesso para várias localidades. Explicou que essa opção está sendo estudada e que houve parceria com autoridade do Canadá – país que já opera com esse modelo há muitos anos. A questão também será submetida a audiência pública.

Outra medida importante, segundo ele, foi permitir venda de passagens por empresas de táxi aéreo, sob certas condições; isso é chamado de “venda de assentos em táxi aéreo”. Apesar de não ser um voo regular, há uma empresa de táxi aéreo operando na localidade, num limite de até 15 voos por semana, em aeronave de até 19 assentos. Isso possibilita a inclusão de mais localidades atendidas na aviação regional. Acredita que essa medida tem potencial e vem ganhando força.

Mencionou que, em 2020, foi ampliado o número de salas de provas, para fazer os exames teóricos para o pessoal da aviação. Até então, esses trabalhadores precisavam se deslocar para algumas localidades nas capitais. Isso foi ampliado para 49 cidades em todo o País.

Esclareceu que todas essas medidas estão incluídas no programa Voo Simples, que visa ao ajuste regulatório no mundo da aviação, incluindo a simplificação de medidas e de cobrança de requisitos. Isso reduz o custo da aviação e da passagem, além de viabilizar destinos. Disse que o Voo Simples é uma medida ampla que inclui mais de 200 ações – algumas já implementadas.

Finalizou pedindo apoio dos parlamentares para uma Medida Provisória (MP) que está sendo apreciada pelo presidente da República. Ela foi elaborada com o auxílio da ANAC e da SAC. Considerou que a MP do Voo Simples fará ajustes no Código Brasileiro de Aeronáutica, permitindo implementar mudanças infralegais maiores a fim de democratizar e universalizar o acesso à aviação.

Hélio Paes de Barros Júnior, presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO)

O convidado iniciou argumentando que, no contexto do programa Voo Simples, é preciso também direcionar atenção à infraestrutura portuária, não apenas às empresas aéreas. Recordou que o Ministério da Aeronáutica, quando foi criado em 1941, tinha dois vieses: a Força Aérea e o desenvolvimento da aviação civil. Nesse contexto, foram criados a EMBRAER, o Departamento de Aviação Civil (DAC), a INFRAERO, entre outros. Inicialmente, o governo assumiu o setor que ainda era incipiente. Posteriormente, a ANAC foi criada, a EMBRAER foi privatizada e o mesmo deverá ocorrer com a INFRAERO.

No âmbito da aviação regional, destacou a falta de cultura para a administração de aeródromos pequenos em prefeituras e nos governos estaduais, que consideram saúde e educação mais importantes. Exemplificou com a hipótese de que, apesar de investimento numa localidade, a Agência Nacional de Aviação Civil pode fechar um aeroporto em função de um pequeno problema na cerca. Argumentou que a INFRAERO perde a gestão dos grandes aeroportos agora, mas, no futuro de médio prazo, pode se tornar uma incubadora de pequenos aeroportos, fazendo sua gestão. Nesse sentido, citou os aeroportos em Caruaru,

Foz do Iguaçu, Navegante, Fernando de Noronha, Angra dos Reis, Guarujá e Parintins. Frisou que, após a pandemia, as viagens de turismo serão mais fortes do que as de trabalho, por isso é preponderante que pequenas cidades possam gerar turismo, abastecendo os grandes centros.

Destacou a necessidade de regulação que permita prospecção de infraestrutura, como autorizar que aviões pequenos, da aviação executiva e privada, possam fazer a prospecção desses voos. Disse que o custo só diminuirá mediante redução de custo dos insumos, todavia é importante que a demanda aumente, para que haja o barateamento dos custos.

Sobre a utilização das linhas férreas, afirmou que há locais, como na Amazônia, em que esse tipo de atividade se torna quase impossível em função da distância, da demora e dos acidentes geográficos. Argumentou que os milhões de recursos em outorgas deveriam ser aplicados em reinvestimento nos aeroportos pequenos.

Comentou que, no contexto das rodadas de concessões, a INFRAERO tem executado mais de R\$ 600 milhões em obras, seja em aeroportos grandes, seja em pequenos. Ao final da sétima rodada, a INFRAERO tem a possibilidade de alavancar os pequenos aeroportos. Frisou que, a partir de 2022, a INFRAERO deverá mudar seu foco. Mencionou a realização de um grande programa de demissão voluntária para reduzir o efetivo da empresa, que se propõe a entrar no mercado de forma competitiva e com uma visão comercial, ou seja, só serão aceitos trabalhos na medida em que sejam recuperados em termos de custo.

Finalizou sua exposição comentando sobre a dificuldade enfrentada durante a pandemia, pois, diferentemente dos que foram concessionados – que tiveram apoio do *standstill* do BNDES e puderam rever as outorgas –, a INFRAERO não teve possibilidade de apoio financeiro, mas teve que pagar todos os funcionários, mesmo com apenas 5% da quantidade de voos, o que impactou também nas lojas e em outras organizações comerciais dentro do aeroporto. Frisou que é muito importante que a aviação regional não seja tratada de maneira secundária.

Jorge Arruda, presidente da Inframerica

O convidado registrou elogio aos recursos humanos envolvidos no setor, seja no Ministério de Infraestrutura, seja na Secretaria de Aviação Civil, seja na

ANAC. Considerou o programa Voo Simples uma excelente iniciativa, cujas ações qualificou como corretas.

Ressaltou que há agora um desafio de longo prazo que tem sido tratado quase que semanalmente com agentes do governo. No setor de aviação, disse que a Inframérica opera em 7 países, com 52 aeroportos. Argumentou que o setor de infraestrutura é totalmente correlacionado ao PIB. Nesse sentido, para fomentar o setor, o governo precisa implementar medidas e reformas que possibilitem o crescimento do PIB.

Mencionou como importantes dois outros aspectos: o desenvolvimento do turismo e o crescimento do tráfego regional e sub-regional. Utilizou o exemplo das operações na Argentina, onde 90% da outorga paga ao governo federal é utilizada para reinvestir no desenvolvimento de aeroportos, de forma mandatatória, com previsão em contrato de concessão. Uma parte desse recurso é aplicada para desenvolver aeroportos que não são viáveis financeiramente, como os aeroportos regionais. Mencionou também que na Europa existe um consentimento entre os países, para o desenvolvimento de estrutura em aeroportos pequenos – que comportam até 5 milhões de passageiros. Disse que o aeroporto de Firenze – que junto com o aeroporto de Pisa constitui o sistema nacional da Toscana – recebeu um *grant*, equivalente à doação de 50% do investimento necessário à infraestrutura, para que esta fosse desenvolvida.

Argumentou que o crescimento é fundamental para o desenvolvimento da aviação regional no País. Nesse sentido, acredita que todas as ferramentas apresentadas ao longo desta audiência deveriam ser implementadas. Entre elas, mencionou a questão do ICMS, utilizando o exemplo do governo do Distrito Federal, onde, em 2017, foi aprovada nova regulamentação, permitindo que o tráfego internacional crescesse 26% ao ano, nos últimos três anos pré-pandemia. Citou ainda o incentivo às prefeituras ou aos estados para investir ou licitar novos aeroportos e ajudá-los a conduzir esses processos; e a PPP de aeroportos da região da Amazônia, em relação à qual demonstrou interesse em participar da licitação.



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

1º CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

4ª MESA - 12/7/2021

I - IDENTIFICAÇÃO

4ª Mesa do 1º Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional

Finalidade: discutir o tema “Política Nacional de Irrigação: fixação do homem no campo e desenvolvimento regional”, em atendimento ao Requerimento nº 5/2020 – CDR.

II - PARTICIPANTES

1. **Tiago Pontes**, secretário nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional;
2. **Frederico Cintra Belém**, coordenador-geral de Irrigação e Drenagem do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
3. **Raimundo Gomes de Matos**, diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE);

4. **Jordana Gabriel Sara Girardello**, assessora técnica da Comissão de Irrigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e
5. **Jorge Dantas**, prefeito do município de Pão de Açúcar, do Alto Sertão das Alagoas.

III – RELATO DA EXPOSIÇÃO DOS CONVIDADOS

Tiago Pontes, secretário nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional

O convidado iniciou sua exposição discorrendo sobre a importância da agricultura irrigada como forma de potencializar o desenvolvimento regional e a agricultura em geral, que tem sido um pilar da recuperação do PIB brasileiro. Exemplificou com o impacto positivo da transposição do rio São Francisco na agricultura no Nordeste.

Apontou que a irrigação é imprescindível em regiões áridas e semiáridas, a exemplo do semiárido brasileiro, onde a segurança produtiva é bastante afetada pela escassez contínua de água, minimizada apenas no período mais úmido entre dezembro e março, quando algumas culturas de sequeiro ainda podem se desenvolver. Já em regiões afetadas pela escassez de água, em períodos específicos do ano, como na região Sudeste e, principalmente, no Centro-Oeste, algumas culturas e safras só se viabilizam com a aplicação suplementar de água nesses períodos, embora a produção possa ser realizada com menores riscos no período chuvoso.

Observou que o Brasil detém 12% da água doce do mundo, com possibilidade de irrigar mais de 29,5 milhões de hectares. É o país com o maior potencial para atender ao aumento da demanda mundial, garantindo o abastecimento interno e produzindo excedentes para exportação. Na opinião do convidado, o Brasil desempenhará um papel estratégico na produção e distribuição de alimentos, sendo necessário investir em planejamento, pesquisas, estudos, projetos e infraestrutura.

Frederico Cintra Belém, coordenador-geral de Irrigação e Drenagem do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

O expositor iniciou sua participação observando que a produção de alimentos será tarefa cada vez mais difícil, dado o grande crescimento da população. Mencionou dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) segundo os quais, até o ano de 2050, a população mundial deve ter acréscimo de aproximadamente 2 bilhões de pessoas, o que demandará aumento aproximado de 50% a 60% da quantidade de alimentos. Essa desproporção dos aumentos deve ocorrer do fato de a população melhorar suas condições de vida e começar a comer melhor.

Segundo o convidado, a agricultura irrigada é a principal ferramenta para atender a essa demanda por alimentos, ao permitir produtividade maior em uma mesma área. Alguns alimentos produzidos com irrigação podem alcançar produtividade três a quatro vezes maior do que a da produção de sequeiro, em um regime somente de chuvas.

O orador apresentou um programa de agricultura irrigada que está sendo construído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com previsão de disponibilização em setembro de 2021. Também apresentou dados sobre a irrigação no Brasil.

Registrou que o Brasil tem área irrigada de aproximadamente 8,2 milhões de hectares, segundo dados recentes da Agência Nacional de Águas (ANA). Explicou que existem no Brasil alguns polos de irrigação bem determinados, em regiões com aglomerados de irrigação. Destacou estudos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), que apontam potencial de crescimento da área irrigada de 55 milhões de hectares.

O expositor apresentou mapas com estratificação das áreas prioritárias para o crescimento da irrigação, por meio de expansão e intensificação. Essa priorização inclui áreas atualmente destinadas a pastagens e áreas onde ocorre agricultura de sequeiro, as quais somam aproximadamente 15 milhões de hectares.

Também foram mostrados alguns mapas aleatórios de estados onde já ocorre irrigação, com as possibilidades de ampliação, sempre com base nos estudos da ESALQ/USP. Como exemplo, citou o estado de Mato Grosso do Sul, que está iniciando a produção irrigada, em uma área de cerca de 265 mil hectares, atualmente, com potencial de alcançar 4,7 milhões de hectares.

Para o convidado, o potencial de expansão é muito alto, mas há um problema de gestão. Observou que algumas bacias enfrentam conflitos, mas que a gestão pode superar essa questão.

Os dados apresentados foram divididos em classes de agricultura de expansão e entre estados com possibilidades de crescimento. Segundo o expositor, existe a intenção de rápida ampliação da área irrigada, dos atuais 8,2 milhões de hectares para 15 milhões de hectares. Ressaltou, no entanto, que o incremento anual no Brasil é pequeno, entre 200 e 250 mil hectares ao ano, embora exista potencial de crescimento de 450 mil hectares, conforme dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) sobre a capacidade instalada da indústria.

Para o convidado, a irrigação promove o desenvolvimento regional, o que pode ser comprovado em vários municípios do Nordeste, principalmente Petrolina e Juazeiro, que definiu como “cidades espelho”, que tiveram crescimento em razão da agricultura irrigada.

Segundo apontou, o programa de irrigação tem como objetivo principal incentivar a ampliação das áreas irrigadas e, ao mesmo tempo, promover a melhoria da gestão institucional. Concomitantemente, as ações previstas são pautadas nos seguintes eixos principais: infraestrutura, principalmente energia elétrica; proposta de melhoria de atos normativos, tidos como um grande gargalo; conservação do solo e da água; e instrumentos da lei de irrigação, que são pesquisa, capacitação e assistência técnica.

Frisou que o objetivo do programa seria dobrar a área irrigada no País, com crescimento de pelo menos 1,2 milhão de hectares até o final de 2023. O expositor mencionou a intenção de adotar ações de incentivo energético, com oferta de suporte para implantação de usinas fotovoltaicas e de linhas de distribuição para regiões ainda carentes. São previstas ações conjuntas com estados para que melhorem suas práticas de emissão de outorgas e de construção de barramentos, além de empreendimentos para ampliar a irrigação com água de reuso, principalmente na região Nordeste. Pretende-se também trabalhar modelos de gestão em bacias hidrográficas onde ocorre muita competição.

Entre as ações em andamento no MAPA, o convidado listou: a) aceleração da implementação de redes de distribuição de energia em territórios selecionados (MT, GO, MS, BA, MG, SP e RS), com mapeamento dos locais onde é necessário melhorar o suporte energético; b) estudos sobre: b.1) impactos econômicos e

financeiros da agricultura irrigada na economia local e nacional; b.2) análise dos custos na agricultura irrigada e dos custos da energia elétrica; e b.3) proposta de modelagem para suporte e implantação de usinas fotovoltaicas, com evento de divulgação para mostrar os benefícios da medida, bem como implantação de usinas fotovoltaicas até 2023; c) tratativas sobre barramentos, inclusive com projeto de lei ou decreto regulamentador do Código Florestal para caracterizar barramentos como de utilidade pública e interesse social, bem como resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); d) sistema informatizado de outorga para estados; e) acordo de cooperação técnica com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) sobre outorgas, com previsão de replicar o modelo de outorga coletiva do estado de Minas Gerais para outros estados e bacias federais por meio da ANA; e f) apoio e construção de projetos de irrigação com água de reuso no Nordeste brasileiro com apoio do Instituto Federal da Paraíba e do Instituto Nacional do Semiárido (INSA).

Sobre as tratativas a respeito das condicionantes para implantação e construção de infraestruturas de reservação de água, o convidado afirmou que se trata de grande gargalo. Observou que o Brasil tem regime de chuvas bem determinado, citando como exemplo a região Centro-Oeste, em que há seis meses de chuvas intensas e seis meses de quase nenhuma chuva. Nesse contexto, é preciso reservar o excesso de água e conseguir utilizá-lo de modo racional e sustentável em períodos de escassez. Defendeu, assim, avanços em relação às condicionantes e ao licenciamento ambiental para a construção de barramentos. Manifestou a intenção de dar suporte à sistematização de outorgas, que também disse ser outro gargalo nos estados, que não conseguem atender à demanda de pedidos de outorga.

O convidado relatou ter apresentado ao Ministério do Meio Ambiente os principais pontos sobre o licenciamento ambiental que considera que atrapalham o crescimento da agricultura irrigada no Brasil. Destacou que o licenciamento ambiental para a atividade agropecuária não tem lei federal específica, embora exista projeto de lei sobre o assunto tramitando no Congresso Nacional, já aprovado pela Câmara dos Deputados. Não havendo lei, observou que a atividade agropecuária é regulada pela Resolução do CONAMA nº 237, de 1997, sendo que especificamente para a agricultura irrigada existe a Resolução do CONAMA nº 284, de 2001, que contém algumas condicionantes para essa atividade. Para o expositor, isso não é necessário, porque o agricultor tem a outorga, que rege

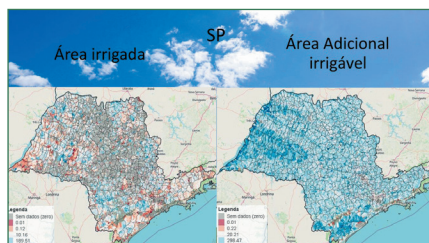
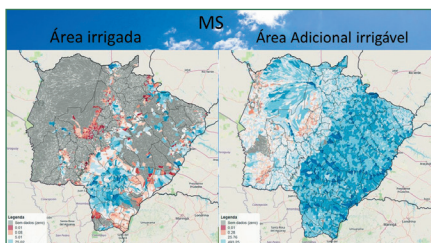
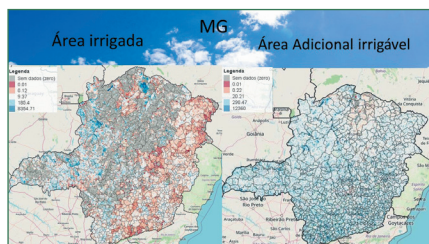
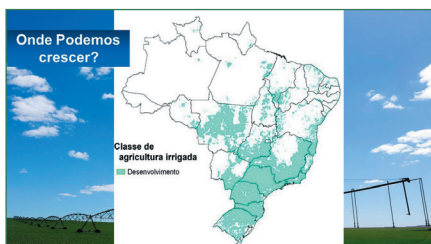
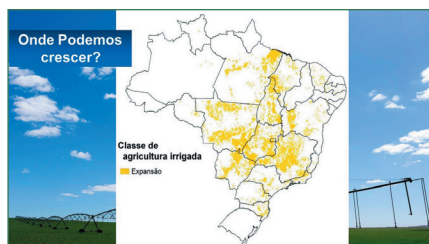
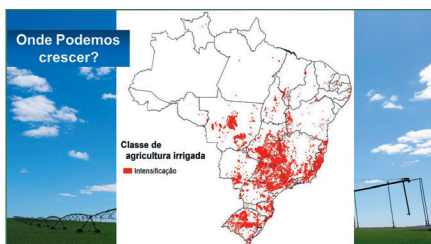
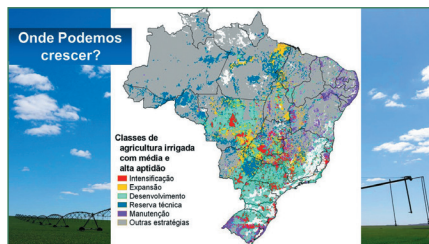
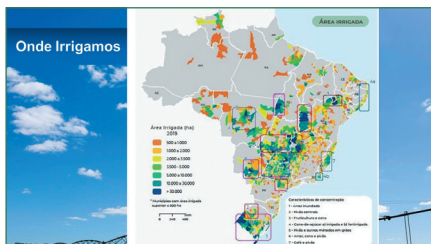
as condicionantes para a captação de água no manancial hídrico ou no subsolo. Entende haver excesso de licenciamento ambiental para a agricultura irrigada. Disse também estar trabalhando para destravar a construção de barramentos.

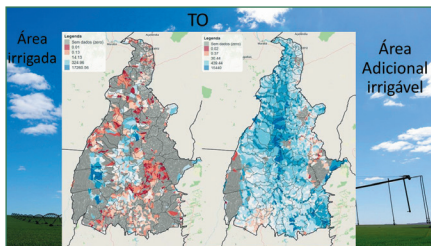
O convidado discorreu sobre a irrigação, argumentando que se trata de ferramenta muito sustentável, não sendo uma vilã, mas uma aliada da população. A atividade consegue oferecer aos brasileiros vários alimentos que são produzidos somente com essa tecnologia, principalmente frutas e hortifrúti. Sem a irrigação, não seria possível ter alimentos na mesa dos brasileiros durante o ano todo. A atividade também regula preços, potencializa a produção e regula a cadeia de produção do País.

Durante os debates, o convidado reconheceu que o Brasil promoveu bastantes programas de irrigação desde a década de 1980, sendo que alguns não tiveram êxito. Todavia, relatou que está no governo desde o ano de 2010 e vem trabalhando desde então com a Política Nacional de Irrigação. Afirmou que houve amadurecimento na implantação dessa política. Observou que, inicialmente, o governo federal tinha foco em projetos públicos de irrigação. Embora tenha reconhecido que esses projetos foram os principais indutores de desenvolvimento regional no Nordeste, ressaltou que eles representam apenas 2% da área irrigada no País. Disse que o governo vem amadurecendo o seu posicionamento, tendo traçado algumas estratégias desde 2019 junto à iniciativa privada, que permitiram avanços na implementação dos instrumentos da política de irrigação.

Assegurou que o programa nacional de irrigação que o Ministério da Agricultura planeja deve institucionalizar ações que realmente têm tido sucesso, de modo que se trate de programa de Estado, que permita consolidar e dar sequência às ações, para que, nas próximas mudanças de governo, elas tenham continuidade.

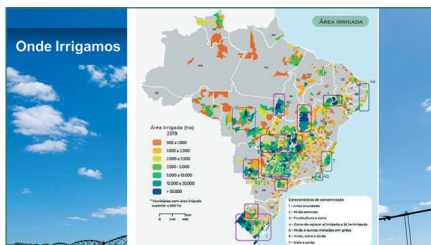
Segundo ele, o governo federal tem consciência do que atrapalha o crescimento da agricultura irrigada e vem traçando ações efetivas desde o ano de 2019. Acredita que o programa deve ser um ponto a mais para que se tenha êxito na implantação da política de irrigação.

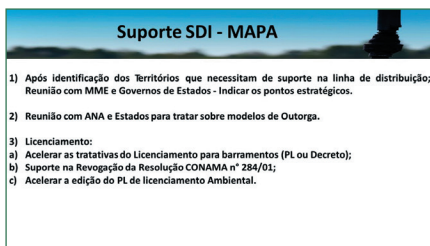




Onde Podemos crescer?

UF	Intensificação	Expansão	Reconstrução	Reativação	Reconstrução	Reativação	Total
AC	27.380	56.071	3.291.131	3.075.182	3.991	286.770	6.499.671
AL	—	—	—	—	—	—	—
AP	—	—	—	—	—	—	—
BA	3.333	3.334	3.041	3.040.997	761	131.772	6.480.448
CE	3.034	3.034	3.034	3.034.000	3.034	3.034	12.139
DF	—	—	—	—	—	—	—
ES	93.390	396.776	232.178	232.178	23.396	23.396	768.934
GO	81.179	214.188	112.123	112.123	112.123	238.041	558.654
MA	3.130	3.130	45.222	45.222	23.396	3.034	90.857
MG	14.440	21.440	77.747	77.747	77.747	77.747	264.691
MS	14.440	21.440	22.222	22.222	22.222	22.222	82.546
MT	32.171	4.011	6.330	6.330	6.330	6.330	51.162
PA	20.000	20.000	77.747	77.747	77.747	77.747	264.691
PB	4.011	4.011	3.333	3.333	3.333	3.333	13.688
PE	4.011	4.011	3.333	3.333	3.333	3.333	13.688
PI	4.011	4.011	3.333	3.333	3.333	3.333	13.688
PR	4.011	4.011	3.333	3.333	3.333	3.333	13.688
RJ	187.834	300.440	307.375	307.375	307.375	307.375	1.210.776
RN	187.834	300.440	307.375	307.375	307.375	307.375	1,210,776
RS	187.834	300.440	307.375	307.375	307.375	307.375	1,210,776
SC	187.834	300.440	307.375	307.375	307.375	307.375	1,210,776
SE	187.834	300.440	307.375	307.375	307.375	307.375	1,210,776
SP	187.834	300.440	307.375	307.375	307.375	307.375	1,210,776
TO	187.834	300.440	307.375	307.375	307.375	307.375	1,210,776
Total	1,878,340	3,004,400	3,073,750	3,073,750	3,073,750	3,073,750	12,107,760





Raimundo Gomes de Matos, diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

O convidado ressaltou que a SUDENE tem a missão de fazer estudos de políticas voltadas ao Nordeste e destacou o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), objeto do Projeto de Lei nº 6.163, de 2019, que “institui o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste para o período de 2020-2023”, em tramitação na Câmara dos Deputados. O programa é baseado em eixos como inovação, educação, segurança pública, segurança hídrica e ambiental. O convidado sugeriu articulação entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados em prol do debate e da aprovação do PRDNE.

Mencionou pactuação entre governadores e prefeitos em torno dos eixos de desenvolvimento, abrangendo 51 municípios polo, chamados G51, aptos a irradiar o desenvolvimento naquela região. Relatou que, em virtude da pandemia, o plano passou por reformulação, conferindo prioridade a ações de inovação.

Quanto à inovação, um dos eixos do plano de desenvolvimento, o convidado informou que, em uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Senado Federal, houve impedimento para a liberação de recursos devido à falta de conectividade rural que permitisse a oferta de capacitação. Mencionou articulações com o Instituto do Semiárido (INSA), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, para garantir que haja conectividade e seja possível transferir as tecnologias aos agricultores, inclusive na área de irrigação.

O expositor discorreu sobre o fundo constitucional de apoio ao Nordeste. Explicou que o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), operacionalizado pelo Banco do Nordeste, oferece as várias linhas do PRONAF, objetivando fortalecer a agricultura familiar. Segundo ele, a maioria dos recursos foi repassada a pequenos e médios agricultores, mencionando ações na área de tecnologia e de

eletrificação. Ressaltou que a SUDENE publicou edital em busca de alternativas de produção de energia a partir de biomassa, em uma demanda apresentada pelo setor sucroalcooleiro, e está propondo que seja autorizada a utilização dos recursos dos fundos constitucionais para esse tipo de geração de energia. Apontou, ainda, proposta da Federação das Indústrias do Estado do Ceará para utilização do chamado hidrogênio verde, em fomento a avanços tecnológicos.

Quanto à conectividade, frisou a destinação de recursos e a realização de estudos. Apontou que, na bacia do Parnaíba, há estudo sendo feito em 38 municípios e que a agricultura poderá ser fortalecida através da irrigação, possibilidade existente em mais 222 municípios do Piauí.

O debatedor defendeu ações de fortalecimento da conectividade e das relações intragovernamentais entre os Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente e com a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, inclusive para rever a legislação sobre outorgas e lidar com o gerenciamento da transposição do rio São Francisco, que não tem ainda modelo definido.

Registrou que, no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), há 50 municípios de Alagoas em que serão estudados o esgotamento sanitário e o tratamento de resíduos sólidos, de modo a gerar diagnóstico sobre a situação da transposição do São Francisco e da bacia do Parnaíba. Também há 114 municípios da Bahia, 98 do Ceará, 69 de Minas Gerais, 157 da Paraíba, 69 de Pernambuco e 87 do Rio Grande do Norte. Essa documentação deverá ser entregue até o final de 2021, de modo a obter incremento orçamentário para 2022 e promover interligação com programas como o AgroNordeste e o Nordeste Forte, bem como fortalecimento das cadeias produtivas. Explicou que o Nordeste Forte consiste em proposta da Confederação Nacional da Indústria em parceria com a SUDENE, que busca promover o fortalecimento da indústria na região.

O expositor destacou parcerias da SUDENE com a EMBRAPA e o INSA, para promoção do reuso de águas, argumentando que o Congresso Nacional pode atuar nessa pauta. Também defendeu que o Parlamento atue na medida provisória de renegociação dos débitos dos agricultores, na revisão de vetos apostos pelo presidente da República, já que essa renegociação pode contribuir para o fortalecimento do sistema de irrigação.

O convidado também observou a necessidade de ações conjuntas entre regiões rurais e urbanas do Nordeste, com o avanço do 5G, que deve facilitar

a instalação de cidades inteligentes, permitindo aos prefeitos monitorar suas ações nos municípios.

Durante os debates, relatou que, na cidade de Recife, onde fica a sede da SUDENE, existem alguns consulados, cujos cônsules procuram a entidade com pautas de exportação. Por isso, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) atua juntamente com a SUDENE para facilitar essa interlocução. No mesmo sentido, defendeu que haja sinergia e interlocução entre todas as entidades de classe, produtores, e gestores, em prol das medidas de desenvolvimento discutidas na audiência.

Apresentação do sr. Raimundo Gomes de Matos



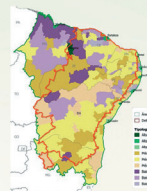
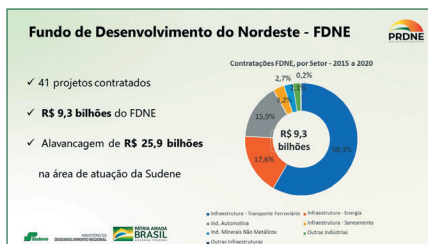
O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE E O PAPEL DA SUDENE

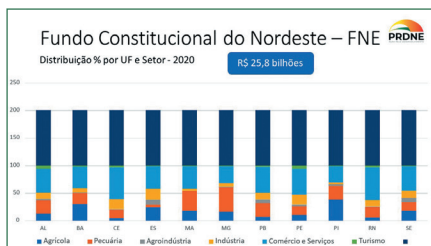
Raimundo Gomes de Matos
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

www.gov.br/sudene/pt-br

Área de Atuação da SUDENE

- Total de municípios: 1990
- Área (em km²): 1.789.582,1
- População: 60,7 milhões
- PIB (2016): R\$ 953,5 bilhões



O Plano Regional do Desenvolvimento do Nordeste

PRDNE



Parceiros envolvidos

Acordo de Cooperação Técnica Internacional

Ministério do Desenvolvimento Regional

PÁTRIA AMADA BRASIL



Regiões Intermediárias

A abordagem territorial para o PRDNE utilizou como quadro de referência as Regiões Geográficas Intermediárias do IBGE. Na área de atuação da Sudene, estão presentes 48 regiões intermediárias. Foram consideradas como prioritárias 51 municípios.

Objetivos:

- Fortalecimento das cidades nordestinas de articulação intermediária;
- Desconcentração e interiorização do desenvolvimento regional;
- Consolidação e fortalecimento de uma rede policêntrica de cidades.

O PRDNE

Abordagem territorial: cidades polo

AL	Maceió	Fortaleza	Monte Claro	Teresina
AP	Aracaju	CE	Crato	Corrente/Bom Jesus
BA	Salvador	ES	Ilheus	PI
BR	Barragem	MA	Quilombo do Norte	Parnaíba
CE	Feira de Santana	MS	Quilombo do Sul	Picos
ES	Guanambi	PE	Sobral	São Raimundo Nonato
GO	Itapicuru	PI	Campana Grande	Natal
MA	Itapicuru	RN	Patos	Caicó
MS	Itapicuru	SE	Souza/Cajazeiras	Missão
MT	Itapicuru	TO	Petrolina	Aracaju
PA	Itapicuru	BA	Serra Talhada	Itabaituba
PE	Itapicuru			
PI	Itapicuru			
RN	Itapicuru			
SE	Itapicuru			
TO	Itapicuru			

Ações Específicas

- ✓ Projetos de reuso de águas cinzas
- ✓ Pesquisa sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 na área de atuação da Sudene
- ✓ Capacitação Prefeitos no curso Liderando para o Desenvolvimento – parceria com a ENAP
- ✓ Capacitação em saúde digital – parceria com o NUTES/UFPE
- ✓ Cidades Inteligentes
- ✓ Inventário de saneamento básico nos 51 municípios do G51
- ✓ Estudo de Complexidade Econômica

Projetos de reuso de águas cinzas

- 1) TED Sudene e Embrapa
 - ✓ Instalação e avaliação de sistema integrado de reuso de águas cinzas em áreas de agricultores rurais localizados nos municípios de Petrolina (PE) e Lauro (BA)
 - ✓ Serão implantados 21 sistemas de reuso
 - ✓ Valor total: R\$ 326.467,00
- 2) Convênio São Raimundo Nonato/PI e Sudene
 - ✓ Implantação de 28 sistemas de tratamento e reuso de águas cinzas domiciliares em atividades produtivas no semiárido piauiense
 - ✓ Público-alvo beneficiário se caracteriza por serem as Comunidades Quilombolas
 - ✓ Valor Total: R\$ 477.011,69

PRDNE

AÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO

Jordana Gabriel Sara Girardello, assessora técnica da Comissão de Irrigação da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A convidada iniciou sua exposição afirmando que a irrigação tem muitos desafios e oportunidades para ser implantada no País. Mencionou estudos que comprovam que a irrigação está presente na história humana desde 4.500 a.C., que era prática utilizada por diversos povos, como assírios, caldeus e babilônios, e destacou os cultivos no rio Nilo, no Egito, onde a agricultura se desenvolveu e se firmou, de fato. Esse processo foi fundamental para a fixação do homem, de modo que ele deixasse de ser nômade, e faz parte da evolução da sociedade.

Explicou que a irrigação no Brasil tem história de destaque no Rio Grande do Sul, a partir das décadas de 1970 e 1980, quando houve incentivos governamentais, projetos de fomento e programas de combate à seca, permitindo expressiva ocupação de áreas irrigadas, especialmente para a cultura de arroz.

Segundo dados da FAO apresentados pela convidada, o Brasil, com 8,2 milhões de hectares irrigados, está entre os dez países com maior área irrigada; porém, tem uma área irrigada muito aquém do seu potencial e ocupa uma posição muito inferior à dos primeiros colocados. A China e a Índia têm 70 milhões de hectares irrigados cada uma; na sequência, os Estados Unidos alcançam 30 milhões de hectares; o Paquistão, 20 milhões; e o Irã, 8,7 milhões.

Afirmou que o potencial imediato de ampliação da área irrigada é de 13,7 milhões de hectares, sendo que, com a atualização da indústria de instalação de equipamentos, é possível chegar a 15 milhões, com incremento de 250 mil hectares por ano, ainda que exista possibilidade de duplicação, chegando a 400 mil hectares por ano.

Entre as principais atividades irrigadas no País, segundo a CNA, existem o arroz, com quase 16%, a cana-de-açúcar com 9%, o café com 5,5% e outras culturas irrigadas por pivô central, que representam 17%, incluindo produtos como cebola, alho, batata e cenoura.

Sublinhou que, no caso do trigo, a irrigação permitiu que esse grão pudesse ser plantado nas regiões do cerrado. A estimativa da CNA é de que nessa região existam 125 mil hectares irrigados de trigo, que tem se mostrado produto de alta qualidade, muito importante para a indústria de panificação.

Segundo discorreu a convidada, o café irrigado representa 12% da área total plantada com café, mas é responsável por 30% da produção nacional, o que

indica a capacidade da irrigação de promover aumento da produtividade. Além disso, a irrigação permite a produção de café de melhor qualidade, porque plantas sujeitas ao déficit hídrico (quando a planta não tem água suficiente para desenvolver todos os seus processos metabólicos) produzem grãos pequenos (peneira menor) e com níveis de defeitos maiores.

Disse que o caso do arroz também exemplifica o aumento de eficiência ao longo dos anos, com estudos e tecnologia. A área irrigada é responsável por 90% da produção nacional de arroz, embora represente 77% da área total. O arroz é produzido majoritariamente no sistema de inundação (método superficial), estando presente em todas as regiões brasileiras, mas principalmente no Rio Grande do Sul e no Tocantins.

Quanto à eficiência, a convidada explicou que, quando teve início o cultivo do arroz, no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, eram utilizados 18 mil metros cúbicos de água por hectare para produzir 4,5 toneladas de arroz. Com desenvolvimento, manejo e integração, atualmente, usam-se 12 mil metros cúbicos por hectare para a produção de 9 toneladas de arroz. Em algumas áreas, a média no Rio Grande do Sul chega a 12 toneladas. Enquanto o uso da água foi reduzido, a produção mais do que dobrou, graças ao implemento de tecnologia pelo produtor. A média mundial é de 2,5 metros cúbicos por quilo de arroz produzido. O Brasil está muito abaixo dessa média, utilizando de 1 a 1,3 metro cúbico por quilo de arroz, ou seja, são usados 52% menos água.

Conforme asseverou, o caso do feijão é outro exemplo de como a irrigação garante disponibilidade de alimentos. A terceira safra ou safra de inverno de feijão, com irrigação, ocupa 10% da área plantada no País e representa 20% da produção nacional, permitindo controlar o processo inflacionário do preço desse produto, já que mantém o preço mais estável ao longo do ano.

No que se refere às hortaliças, afirmou que a irrigação se faz mais presente e mais necessária, pois o déficit hídrico é o principal fator limitante para essas culturas. No entanto, a hortaliça, por vir principalmente da agricultura familiar, nos grandes cinturões formados em volta das grandes cidades, que abastecem as feiras e as CEASAs dos estados, é importante indutor social e de renda.

Destacou que a agricultura familiar também tem participação significativa na fruticultura. Há produção de itens como o morango (81%) e a uva, para vinho ou para suco (79%). A média da participação da agricultura familiar na produção de hortaliças e na fruticultura é muito alta e importante. Por isso, observou, o

fomento aos agricultores familiares, o acesso a linhas de crédito e a facilitação do crédito para implantar tecnologias são importantes indutores sociais e de renda.

Outro exemplo citado foi o das olerícolas, como o tomate industrial, utilizado em produtos como molhos e ketchup, que é 100% produzido com irrigação. Na fruticultura, há o exemplo do Polo de Petrolina e Juazeiro. Apontou que, no início do processo de instalação do Polo de Fruticultura do Vale do São Francisco na região, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,69; uma década depois, com o sistema implantado, o IDH de Petrolina teve aumento de 47%, enquanto, em Juazeiro, o aumento foi de 71%. Para a convidada, isso deixa evidente que a tecnologia da irrigação é política de inclusão, apta a melhorar a qualidade de vida e a aumentar a renda das regiões e das populações locais.

A expositora discorreu sobre a cultura da cevada, observando que, para se obter a qualidade exigida pela indústria de malte, entre outras coisas, é necessário que a cevada seja cultivada durante o período das secas, com o uso de irrigação, para que a colheita possa ser feita antes do início das chuvas.

Em relação ao algodão, disse que, apesar de ser uma planta bastante adaptada ao clima seco, a baixa quantidade de chuva ou o déficit hídrico podem ser impeditivos para a produtividade, o que torna a irrigação uma grande aliada, que, inclusive, melhora a qualidade da fibra. A irrigação também possibilita a produção de fibras especiais, longas e extralongas, com maior valor agregado para venda.

Quanto à cana-de-açúcar, também de acordo com os últimos dados disponíveis, a área plantada com irrigação chegou a 3 milhões de hectares. Trata-se de cultura voltada tanto à produção de açúcar quanto à de etanol veicular, que também utiliza a fertirrigação, por meio da qual os resíduos do processamento da produção, como o vinhoto, são aplicados na lavoura para adubação.

Segundo a expositora, a pecuária também tem grandes ganhos com irrigação. A complementação de água nas pastagens aumenta a capacidade de suporte delas, permitindo mais animais dentro da mesma área. E esse aumento de locação permite tanto o incremento de arrobas, na pecuária de corte, quanto maior quantidade de litros de leite, na produção leiteira. Registrou que 80% da produção de leite vêm da agricultura familiar.

A expositora informou que, em nível mundial, a demanda do uso da água para irrigação, em média, é de 70%. No Brasil, as outorgas do setor estão em 49,8%, o que indica nível abaixo da média mundial. Quanto à relação entre o volume utilizado para irrigação e a disponibilidade de água, chega-se a um uso

de 0,6% da água disponível, o que, segundo a convidada, é uma percentagem pequena. Para ela, esses dados demonstram que o problema da irrigação é a falta de gestão, porque, se houver gestão eficiente tanto da disponibilidade quanto da demanda hídrica, o Brasil tem capacidade de ser referência e de desenvolver todos os usos múltiplos que a lei prevê, sem precisar enfrentar as crises que têm sido registradas todos os anos.

Segundo a expositora, 35% dos reservatórios são atualmente destinados à irrigação. Porém, o volume de água que eles armazenam representa menos de 0,1% do total, porque os grandes reservatórios de água são destinados tanto para energia elétrica quanto para saneamento. A irrigação precisa dos reservatórios, porque eles trazem segurança hídrica, principalmente para irrigação em períodos de seca; porém, em volume armazenado, ainda são muito poucos.

Em outra vertente, a convidada afirmou que a irrigação também é estratégica para a preservação ambiental. Ela é promotora da segurança alimentar mundial; otimiza a produção agropecuária; aumenta a produtividade em até três vezes, dependendo da cultura; eleva a qualidade de vida e a renda da região; torna acessíveis os preços dos alimentos, devido ao aumento e à regularidade de oferta desses produtos nas prateleiras dos supermercados, promovendo controle inflacionário; e evita expansão sobre novas áreas. Mencionou, ainda, que 17% de toda a área agrícola do mundo é irrigada, contemplando 40% de toda a produção mundial de alimentos.

Sobre esse ponto, a convidada destacou que todo o potencial de crescimento da irrigação, informado pelos dados do MAPA, durante a audiência, é referente a áreas já abertas, que estão destinadas tanto para agricultura quanto para pecuária. Desse modo, a irrigação é aliada à questão ambiental, porque evita aumento da área plantada e garante segurança alimentar. No caso do Brasil, esse papel de garantia se estende ao mundo, porque, segundo a FAO, o País precisa aumentar sua produtividade para auxiliar na garantia da segurança alimentar mundial.

Por essas razões, a convidada defendeu políticas públicas de desenvolvimento da irrigação e retirada dos entraves enfrentados pela atividade, para que seja promotora de desenvolvimento. Para ela, a irrigação é fator importante em todos os quesitos da sustentabilidade, seja ambiental, seja social, seja econômico.

O primeiro desafio enfrentado, segundo a convidada, está na reservação de água, ou seja, na acumulação de água nos períodos chuvosos para uso na irrigação no período seco. Atualmente, a reservação de água para irrigação não é

tida como de interesse social e utilidade pública; é assim considerada apenas a reserva para geração de energia e para saneamento básico. Por isso, defendeu a revisão desse ponto, devido à importância nacional da irrigação, atividade que garante produção de alimentos, regularização de rios e segurança hídrica, aliada à segurança alimentar.

Segundo estudo de cenário de campo futuro realizado pela CNA, na parte do custo de produção, foi detectado aumento de 80% do custo da energia elétrica em relação a 2020, o que é ponto decisivo para a agricultura irrigada no País. Outro ponto abordado é a questão do reuso de água para a agropecuária. A expositora ressaltou haver resoluções do CONAMA sobre o reuso de água para outros usos, como abastecimento ou devolução ao próprio corpo hídrico, mas não regras para o reuso na agricultura. Para fins de comparação, observou que, em Israel, 93% do esgoto é tratado, e 87% da água residual tratada são aplicados tanto na irrigação quanto no fornecimento de água para manter a vazão ambiental dos rios. Assim, o reuso de água na agricultura pode ser forte aliado para amenizar a crise hídrica e utilizar a água que seria depositada nos corpos hídricos.

Nesse sentido, mencionou dois projetos em tramitação no Congresso Nacional. O primeiro é um projeto de decreto legislativo (PDL) que revoga o Decreto nº 9.642, de 2018, o qual reduz em 20% ao ano os descontos concedidos à tarifa de energia elétrica dos consumidores rurais, começando em 2019. Atualmente, já ocorre impacto muito forte sobre a irrigação, porque houve aumento de custo de 60% com as reduções graduais.

O outro projeto destacado é o que trata do licenciamento ambiental (PL nº 2.159/2021). Sobre esse ponto, a convidada defendeu que a outorga deve balizar a agricultura irrigada, pois é o instrumento que mede a disponibilidade e a demanda para o uso.

A oradora ressaltou que a regularização fundiária é muito importante, principalmente para o Nordeste e para o Norte do País, porque, sem a titulação da terra, o produtor não pode acessar linhas de crédito; e, sem captar os recursos direcionados para a irrigação, acaba sem acesso à tecnologia.

A convidada mencionou o Plano Nacional de Recursos Hídricos, que prevê a compatibilização de todos os usos. Defendeu um Plano Nacional de Irrigação para poder traçar políticas públicas, principalmente as estruturantes, como rodovias, escoamento, ferrovias e linhas elétricas, a fim de que se possa atingir todo o potencial do País.

Informou que o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), desde 2019, começou a atuar na assistência técnica e gerencial junto aos produtores rurais, inclusive quanto ao manejo. Em face de questionamentos sobre como manejar a irrigação ou implantar uma atividade, sustentou que o produtor veja a atividade agrícola como uma pequena empresa. Relatou que a assistência técnica do SENAR alcança mais de 20 mil produtores e defendeu seu fortalecimento, pois a transferência do conhecimento ao produtor rural permitirá a ele desenvolver a tecnologia dentro das especificações científicas, produzindo resultados e evitando frustrações e prejuízos.

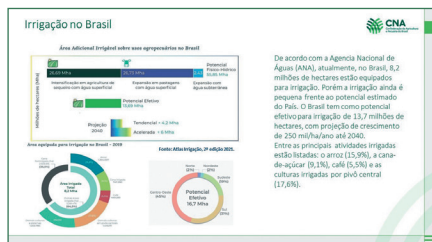
No que se refere à questão energética no País, a CNA defende melhorias na gestão, bem como diversificação da matriz, tendo em vista que 60% da matriz energética brasileira são de origem hidráulica, enquanto outros países, mesmo tendo disponibilidade de energia hidráulica, investem em fontes renováveis, como a solar e a eólica.

Segundo a convidada, em vários países o uso da água para irrigação é considerado uso prioritário, ao contrário do Brasil. Nesse sentido, sustentou a necessidade de compatibilização de todos os usos, porque existe água suficiente. Observou que há países com precipitação anual em torno de 500 mm por ano que irrigam mais do que o Brasil, o qual, apesar de possuir áreas com 1.500 mm de precipitação, ainda precisa fazer reservação de água para gestão hídrica. Nesse processo, alertou para impeditivos que precisam ser revertidos, situação para a qual solicitou apoio do Congresso Nacional. Também defendeu ações de fomento e incentivo, acompanhadas de assistência técnica e de forma coordenada, principalmente para os agricultores familiares. Frisou que não adianta disponibilizar crédito e tecnologia se o agricultor não for assistido.

Outra questão apontada foi a discussão sobre o custo da energia elétrica, que coloca em xeque a irrigação no País, porque, apesar do subsídio que existe para a irrigação e para a apicultura, é preciso buscar fonte que não a Conta de Desenvolvimento Energético.

Por fim, afirmou ser um ponto primordial a revitalização de bacias hidrográficas. Disse haver bons projetos, mas que eles não chegam ao produtor rural. Defendeu ações para concretizá-los, sendo que tanto a CNA quanto o SENAR estão à disposição para trabalhar estratégias, via comitês de bacia, buscando o melhor formato para que a revitalização ocorra, com melhoria na qualidade e na quantidade de água, de modo que haja gestão integrada de todos os usos.

Apresentação da sra. Jordana Gabriel Sara Girardello



Olericultura



CNA

Fruticultura



CNA

A fruticultura irrigada tem se mostrado como uma das atividades agrícolas que mais se expande nos últimos anos. A irrigação na produção de frutas permite colheitas durante quase todo o ano, em grandes quantidades e em escala comercial.

Cevada



Para se obter a qualidade exigida pela indústria da malta, entre outras coisas, é necessário que a cevada seja cultivada durante o período das secas, com o uso de irrigação, para que a colheita possa ser feita antes do início das chuvas.



CNA

Algodão

Grande parte da produção mundial de algodão é feita sob irrigação. Planta é bem adaptada ao clima quente e seco de algumas regiões semiáridas, mas a baixa quantidade de chuvas impede uma produtividade viável. Irrigação viabiliza plantio nessas regiões, aumenta a produtividade e a tráfegoria na qualidade da fibra, com a possibilidade de produção de fibras especiais (fibras longa e extralonga).



CNA

Cana-de-açúcar



De acordo com dados da ANA, quase 3 milhões de hectares de cana-de-açúcar são irrigados no país. A cana é irrigada principalmente pelo método de aspersão por canaletas enterradas, por sistemas lineares e por pivô central. Para a cultura da cana, a irrigação pode ser feita de dois modos: irrigação para produção e irrigação de salvação. A produtividade da lavoura e irrigação de salvação complementam o uso da água apenas por um período curto ou estágio de cultivo.



CNA

Pecuária

A irrigação permite um aumento na capacidade de suporte das pastagens, UAT/ha. O aumento da irrigação permite maior retorno para o pecuarista, ao trabalhar com lotações acima de 10 unidades animais incrementando na produção de arrobas por hectare ou em litros de leite por hectare. Além de atender a necessidade de água pelas culturas forrageiras, nos períodos de estiagem e veranico, a irrigação permite em regiões onde a temperatura não limita o crescimento das forrageiras tropicais, a manutenção dos animais a pasto durante todo o ano.



CNA

Demanda do setor

- Equipamento mundial de uso de água na irrigação está em 70%, no Brasil a demanda de outorgas do setor é de 49,8%;
- No Brasil, a quantidade de água utilizada pela agricultura irrigada representa menos de 0,06% da água disponível nos nossos rios;
- Maioria dos reservatórios são destinados à irrigação (34,7%), porém seu volume representa menos de 0,1% de todo volume de água armazenado;



CNA

Irrigação e meio ambiente



- Estratégico para promover a segurança alimentar;
- Otimiza a produção agropecuária;
- Aumentar a produtividade em até três vezes;
- Elevando a qualidade de vida e renda da região;
- Preço dos alimentos mais acessível - aumentando a oferta e regularidade dos produtos;
- Não é preciso expandir sobre novas áreas para aumentar produção, basta aumentar a produtividade;
- 17% da área agrícola do mundo é irrigada e corresponde a 40% da produção de alimentos;

CNA

Desafios

- Reservação de água
 - PL 2294/2019
 - PL 2168/2021
- Energia elétrica
 - PL 2045/2021 (forte alternativa aos recursos da CDE)
 - PSL 7720/19 (Inovação decreto 9.642/2018 - redução dos descontos aos consumidores rurais)
- Reuso de água na agropecuária
- Desburocratizar licenciamento ambiental e outorga
- Plano Nacional de Recursos Hídricos
- Plano Nacional de Irrigação



CNA

Obrigada!

Jordana G. Sara Girardello
Assessora técnica de irrigação da CNA

jordana.girardello@cna.org.br
62 9 9903-9680

CNA

Jorge Dantas, prefeito do município de Pão de Açúcar (AL)

O convidado destacou que, como prefeito, convive com o problema, circunstancialmente, mas que não é especialista em irrigação nem em agricultura irrigada, embora tenha adquirido alguma experiência por suas vivências e por ter sido, durante quatro anos, secretário de Agricultura do estado de Alagoas.

Para discorrer sobre suas percepções em relação à agricultura no Nordeste, especialmente em Alagoas, recitou os seguintes versos: “Que Jesus é muito bom, / não discuto, pois é fato. / Ele ajuda o agricultor, / no roçado dá um trato / Mas só ajuda de longe, / não arranca um pé de mato”. Com essa imagem, argumentou que os agricultores carecem de políticas públicas de assistência, de crédito e de subsídio, especialmente nos casos em que são necessárias condições especiais para garantir a fixação do homem no campo. Mencionou as dificuldades da região do Baixo São Francisco, que abrange municípios de Alagoas e Sergipe, e que definiu como “o esgoto do sistema de geração de energia elétrica do rio São Francisco”, sofrendo as consequências do que acontece no percurso anterior do rio.

O prefeito discorreu sobre o município de Pão de Açúcar. Disse que ele já foi um grande centro de referência de transporte, em um momento em que todo escoamento da produção acontecia pelo rio São Francisco. Foi também um centro de agricultura irrigada rudimentar, feita basicamente por inundação, por exemplo, para produção de arroz, a partir das cheias anuais do rio São Francisco. Registrou que a região sente falta das cheias, porque eram fonte de renovação do rio, possibilitavam a inundação das várzeas e permitiam a cultura do arroz irrigado. A região também era berçário natural de peixes, tendo em vista que o rio São Francisco era um rio altamente piscoso naquele ponto. Alegou que, com a falta das cheias, os peixes praticamente desapareceram. Relatou que a região também tinha pecuária nessas várzeas, desenvolvida quando a água baixava aos poucos, liberada ou evaporada para garantir a produção de arroz, havendo sempre grande umidade nesses locais. O prefeito contou que o município de Pão de Açúcar chegou a ter três indústrias de beneficiamento de arroz na década de 1960, porque a produção era significativa, mas que atualmente não tem nenhuma.

Para ele, isso foi resultado da intervenção feita no rio São Francisco, cujas águas sempre tiveram como uso prioritário a geração de energia elétrica. Mesmo

entendendo essa importância, o prefeito defendeu que se tenha em mente que, historicamente, há 500 anos, as populações dependeram do rio São Francisco para sobreviver, para produzir e para se alimentar. Observou que, quando da implantação do Sistema Chesf, de geração de energia elétrica, eram propagandeadas medidas compensatórias ao Baixo São Francisco, para compensar o lucro cessante, ocorrido a partir da atividade ecologicamente desastrosa que foi feita no rio.

Argumentou que essas medidas nunca foram implantadas, pelo menos como deveriam, e o município de Pão de Açúcar regrediu a partir da implantação do Sistema Chesf. Ressaltou que até hoje as cidades do Baixo São Francisco não são saneadas e que não foi desenvolvida uma atividade compensatória para a produção. Mesmo concordando que o progresso depende disso, sustentou que era necessário ter havido maior preocupação com os ribeirinhos, especialmente através da irrigação.

Discorreu sobre o projeto de barramento das várzeas do rio São Francisco, porque ocasionalmente ainda ocorrem cheias e os produtores não têm a devida proteção. De sua própria experiência, na atividade de produção de peixes, mencionou prejuízo de cerca de R\$ 400 mil com a cheia de 2004. Defendeu, assim, um projeto de barramento e de incentivo à produção nas várzeas, que antes produziam por inundação, para que passem a produzir por irrigação. Embora se mostre a favor das obras do Canal do Sertão e da transposição, o convidado argumentou a favor de ações no canal natural do rio, por onde ele sempre correu.

O expositor ressaltou que o sertão, especialmente de Alagoas, tem solos pobres e rasos, não propícios à irrigação, mas o homem do campo pode se fixar em suas origens se tiver água para fornecer aos seus animais.

Pontuou que, em Alagoas, as áreas irrigáveis são poucas, porque, além de serem terras muito rasas, as águas disponíveis rapidamente salinizam o solo se não houver aplicação muito criteriosa desse insumo. Ainda assim, defendeu essa medida, já que não existem áreas suficientes para todos às margens do rio, nos solos de aluvião, que são mais profundos e propícios.

Quanto à agricultura empresarial e familiar, o prefeito destacou o progresso que Petrolina e Juazeiro experimentaram a partir da implantação do polo de irrigação Nilo Coelho, mas observou que o projeto enfrentou cinco ou seis grandes crises e só não findou devido ao socorro do governo federal, especialmente em relação ao preço da energia elétrica. Em sua opinião, o preço da energia elétrica

para irrigação não pode ser o mesmo que o da energia gerada para residências. De sua própria experiência, relatou que não conseguiu arcar com a conta de energia atuando em um desnível de cerca de 20 metros em relação ao leito do rio, e sustentou que a conta seria impagável para quem estivesse a uma distância de 500 metros acima do nível do rio. Por isso, disse que a transposição, embora seja projeto de grande alcance social, jamais servirá para irrigação se não atentar para o preço da energia elétrica.

No que se refere ao contraponto entre agricultura empresarial e agricultura familiar, observou que, nos polos de Juazeiro e de Petrolina, existe combinação de lotes empresariais e de lotes da agricultura familiar onde são desenvolvidas as atividades agrícolas. Para ele, os lotes empresariais devem servir de modelo para os lotes menores, que não têm os mesmos níveis de informação, de conhecimento e de capital para investir. Assim, defendeu que os setores empresarial e familiar sejam combinados, para que cada um se valha da capacidade e das potencialidades do outro.

O prefeito frisou que a agricultura irrigada é complexa, não sendo fácil implantá-la, mesmo com assistência de agrônomos, zootecnistas e veterinários. Ela demanda conhecimento e dedicação, especialmente em solos altamente sujeitos à salinização. Assistência técnica, portanto, é necessária, e sem ela não há possibilidade de a atividade dar certo. Apontou também a necessidade de capacitação, principalmente dos agricultores familiares, para que possam produzir a partir de tecnologia complexa.

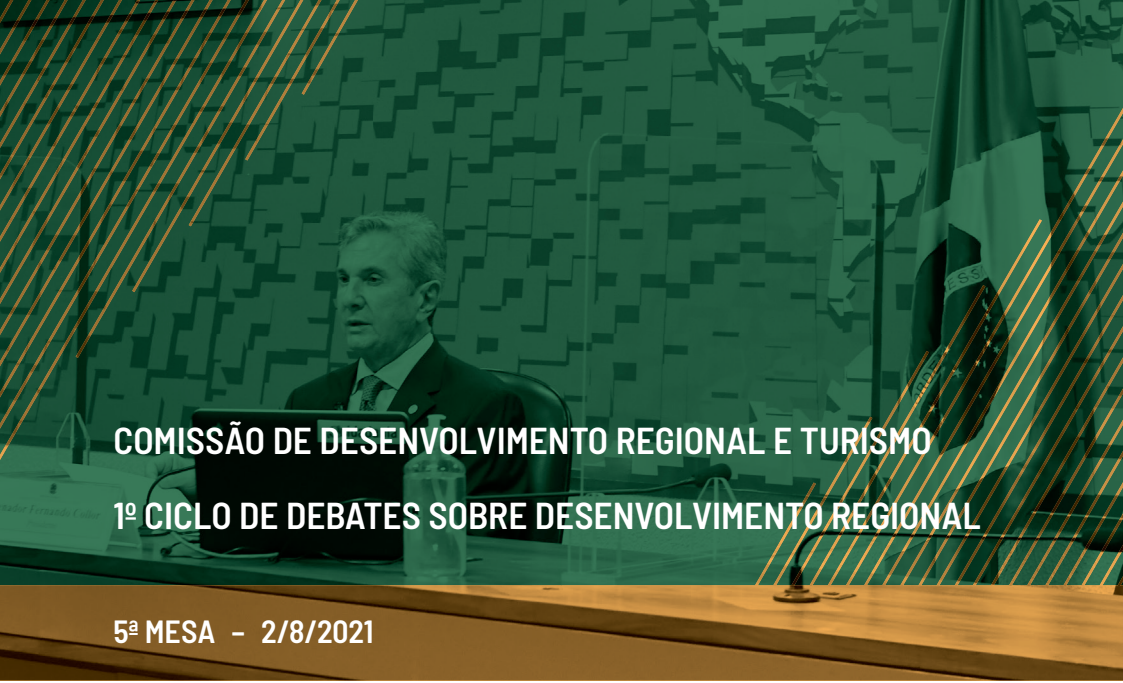
Sustentou ainda a necessidade de atenção ao planejamento e à continuidade, atentando para o problema dos projetos que são iniciados, mas logo encerrados, questão que identifica em praticamente todos os governos. Defendeu que exista planejamento, porque a irrigação demanda muitos recursos e cuidados, seja com a salinização, seja com o meio ambiente, seja ainda para evitar que as pessoas se frustrem com experiências malsucedidas.

Em suas considerações finais, o orador criticou políticas de subsídios, que considera inoportunos, defendendo uma política de preços que possibilite que a irrigação seja efetiva.

Quanto ao problema das cidades do rio São Francisco que não têm água encanada, mencionou que a cidade de Pão de Açúcar é considerada uma grande cidade para os parâmetros de Alagoas. A área do município é de mais de 700 km², mas a cidade é muito larga, no sentido do rio São Francisco. Ainda assim,

relatou que, nos primeiros quatro meses de 2021, foi necessário fornecer mais de 2 mil carradas d'água de carro-pipa, sendo mais de 500 por mês, a um custo de aproximadamente R\$ 150 a unidade. Ou seja, o custo do município no período relatado foi de mais de R\$ 300 mil para levar água a pessoas que poderiam estar até mesmo vendo o rio São Francisco. Explicou que Pão de Açúcar fica na divisa entre a área de cânions do rio São Francisco, na direção de Piranhas, e a área de várzeas. Assim, há moradores do município que, com um desnível de até 200 m, mesmo podendo ver o rio, não têm acesso a ele.

O prefeito observou que é difícil explicar essa situação àquelas pessoas: como pode o governo levar água ao Ceará, mas as pessoas que podem até mesmo ver essa água não têm acesso a ela? Ressaltou que é difícil explicar essas situações aos ribeirinhos, que não têm o nível de conhecimento necessário para entender a questão.



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

1º CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

5ª MESA - 2/8/2021

I - IDENTIFICAÇÃO

5ª Mesa do 1º Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional

Finalidade: discutir o tema “O SUS como instrumento de redução das desigualdades sociais e regionais”.

II - PARTICIPANTES

1. **Renata Maria de Oliveira Costa**, diretora do Departamento da Saúde da Família DESF/SAPS do Ministério da Saúde; e
2. **Dr. Leonardo Moura Vilela**, assessor parlamentar do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS).

III – RELATO DA EXPOSIÇÃO DOS CONVIDADOS

Renata Maria de Oliveira Costa, diretora do Departamento da Saúde da Família DESF/SAPS do Ministério da Saúde

Ao iniciar sua apresentação, a convidada destacou que a Secretaria de Atenção Primária foi recentemente implantada no Ministério da Saúde, contemplando três departamentos: o Departamento de Saúde da Família, o Departamento de Ações Programáticas Estratégicas e o Departamento de Promoção da Saúde. Disse que as desigualdades no atendimento à saúde não se restringem apenas à atenção primária.

Enfatizou que, no novo organograma do Ministério, que criou a Secretaria de Atenção Primária, existe, dentro do Departamento de Saúde da Família, uma coordenação que teria um olhar mais específico para as desigualdades sociais.

Comentou que o Brasil possui um território de base continental, com regiões que têm características bem singulares e incomparáveis. Observou que as regiões Norte, Sudeste e Nordeste têm características específicas, mas que existem, do ponto de vista do cuidado na saúde, em cada um desses territórios, populações que exigem um maior cuidado, uma maior atenção.

Inicialmente, para contextualizar o tema em discussão, em relação ao conceito de igualdade e de equidade, destacou que o SUS traz a igualdade como um conceito estabelecido na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990: igualdade da assistência à saúde sem preconceito ou privilégio de qualquer espécie. Entretanto, sublinhou que é preciso considerar as desigualdades e as iniquidades que existem, tanto do ponto de vista de saúde como do social e do econômico. Asseverou que no SUS se trabalha com o princípio da equidade, tratando-se cada usuário dos serviços segundo suas necessidades de saúde. Assim, a atuação do SUS vem contemplando esse princípio de equidade, pensando no tratamento desigual para os desiguais e buscando a justiça social.

Continuou argumentando que se trabalha também com o conceito ampliado de saúde e que as iniquidades são observadas em função desse conceito, considerando todos os fatores que impactam a saúde das pessoas. Entre eles, mencionou a estrutura política, socioeconômica e ambiental, além de outras questões estruturais. Citou também as condições de vida como fatores determinantes da saúde, que vão desde os ciclos de vida até as questões de renda e

de proteção social, e enfatizou que o SUS trabalha com a perspectiva de garantir equidade no atendimento.

Dando continuidade, apresentou dados do cenário atual da rede de atenção primária, que tem uma maior capilaridade no SUS, estando presente em todos os 5.570 municípios do País, embora exista também a atenção especializada e as ações de vigilância das outras áreas do Ministério da Saúde.

Informou que, atualmente, existem 46.364 equipes de saúde da família e 2.676 equipes de atenção primária. Estas últimas são equipes em que a composição da equipe de saúde da família foi flexibilizada para que fosse possível expandir a cobertura, garantindo um melhor acesso das pessoas ao cuidado nesse nível de atenção.

Também existem 27.450 equipes de saúde bucal, 262.827 agentes comunitários de saúde, 2.871 laboratórios regionais de prótese dentária, 1.178 centros de especialidades odontológicas, 302 equipes de atenção básica da saúde prisional e 148 equipes de consultório na rua. Destacou que as equipes de consultório na rua representam uma estratégia para cuidar de uma população que está crescente no País em decorrência da crise sanitária e socioeconômica.

A convidada continuou listando a existência de 94 unidades odontológicas móveis, 183 equipes de atendimento das populações ribeirinhas e 29 unidades básicas fluviais. Fazendo referência a estas últimas, mencionou que na região Norte há comunidades que vivem dispersas e que precisam dessas unidades para ter acesso à saúde.

Destacou que a Atenção Primária à Saúde (APS) é ordenadora dessa rede de cuidado e coordenadora do cuidado, com a perspectiva de promover a equidade. Ressaltou que esse não é um trabalho exclusivo do Ministério, sendo um trabalho tripartite que depende da ação tanto do gestor estadual como, e principalmente, do gestor municipal, que está mais próximo dessas necessidades. Com isso, o SUS estabelece, por meio da atenção primária, mas com uma atenção integral também, a garantia de que qualquer cidadão, em qualquer lugar, possa acessar as ações de saúde de que tiver necessidade.

A respeito da equidade, chamou a atenção para a questão da diversidade cultural existente no País, o que exige um olhar específico. Informou que já existem algumas políticas voltadas para a promoção de equidade, que estão publicadas, regulamentadas e implantadas, exemplificando com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Apontou a existência de uma

portaria que implantou a Política Nacional de Saúde Integral à População LGBTQI+, assim como outra portaria direcionada para o cuidado das pessoas das populações do campo, da floresta e das águas.

Citou também a Política de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani, populações que, historicamente, apresentam maior vulnerabilidade social por conta de características específicas, do ponto de vista laboral ou de situação de costumes, de cultura. Com esses exemplos, mostrou a existência de políticas específicas para tratar dessas populações e tentar respeitar essa singularidade ao se cuidar da saúde dessas pessoas.

Ao falar sobre outros grupos populacionais dos quais se tem buscado cuidar, citou as pessoas com albinismo, uma população que vem sofrendo bastante, porque acessa o SUS já com complicações de saúde, seja de câncer de pele, de problema oftalmológico, de perda de visão. Comentou sobre a população de imigrantes, refugiados e expatriados, que precisam de atenção junto com as comunidades que abrigam esses grupos.

Mencionou a população indígena que vive em meio urbano e que necessita de uma atenção especial devido a suas especificidades culturais. Também citou a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Frisou serem vários grupos populacionais para os quais a Rede de Atenção à Saúde deve ter um olhar singular, de modo que se diminuam as iniquidades e se consiga garantir uma melhor qualidade de vida e uma melhor saúde para essas pessoas.

A convidada falou a respeito de algumas portarias lançadas especificamente para essas populações, que vivem em situação de vulnerabilidade:

- Portaria GM/MS nº 2.405, de 16 de setembro de 2020, voltada para o fortalecimento das equipes e serviços de Atenção Primária à Saúde no cuidado às populações específicas e em situação de vulnerabilidade social, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da covid-19;
- Portaria GM/MS nº 3.396, de 11 de dezembro de 2020, que trata da transferência de incentivo financeiro federal de custeio para o fortalecimento das ações de equidade na Atenção Primária à Saúde, considerando o cadastro de povos e comunidades tradicionais;

- Portaria GM/MS nº 3.354, de 16 de dezembro de 2020, que institui incentivo financeiro federal de custeio para o fortalecimento das ações de equidade na Atenção Primária à Saúde, considerando as pessoas com albinismo;
- Portaria GM/MS nº 894, de 11 de maio de 2021, que institui incentivos financeiros federais de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, a serem transferidos, em parcela única, aos municípios e ao Distrito Federal, para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da covid-19;
- Portaria GM/MS nº 1.253, de 18 de junho de 2021, que institui incentivo financeiro federal de custeio aos municípios e ao Distrito Federal com equipes de Consultório na Rua, para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da covid-19;
- Portaria GM/MS nº 1.255, de 18 de junho de 2021, que reviu os critérios para os cálculos do número de equipes a serem implantadas, aumentando a possibilidade de os municípios implantarem mais equipes para que essa população tenha melhor atendimento.

A oradora observou que há outras estratégias, não só da Secretaria de Atenção Primária, mas de outras secretarias, visando à correção dessas desigualdades, dessas iniquidades existentes nas diversas regiões. Como exemplo, citou o acompanhamento das condicionalidades do programa Bolsa Família, que é feito pelo Departamento de Promoção da Saúde. No Departamento de Ações Programáticas, existe a Rede de Saúde Mental. Citou também a Rede Cegonha.

Ponderou que há muitos desafios pela frente, considerando que o pós-pandemia também traz demandas importantes em relação à questão da equidade. Nesse sentido, mencionou a covid-19 longa, que são os sintomas persistentes da doença, com problemas respiratórios e psicossociais, assim como a existência de uma demanda reprimida, visto que, em decorrência do enfrentamento da covid-19, muitas doenças, inclusive crônicas, ficaram menos assistidas, e isso irá se refletir na demanda futura de atendimento.

Destacou o fato de que o Ministério da Saúde está empenhado em manter uma rede de atenção fortalecida, retomando o credenciamento de novas equipes para ampliação e implantação de novos serviços na rede. Com a pandemia, foram feitos todos os esforços para que não houvesse nenhum prejuízo do ponto

de vista financeiro para os gestores municipais, de modo que pudessem manter a assistência e os serviços funcionando.

Por fim, comentou que há uma perspectiva de serem feitos repasses de recursos por desempenho para os municípios, justamente a fim de que haja um incentivo para que essa assistência se dê da melhor forma e com muita qualidade, não só levando em conta as desigualdades do ponto de vista socioeconômico, mas também reconhecendo aqueles que se esforçam para prestar o melhor atendimento no SUS.

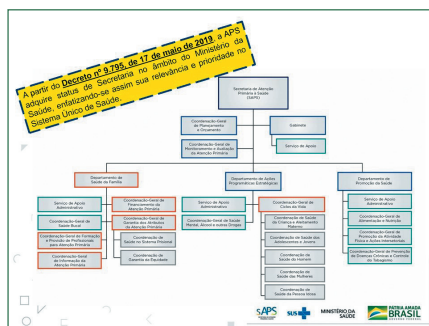
Apresentação da sra. Renata Maria de Oliveira Costa

DEPARTAMENTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA
Coordenação de Garantia da Equidade



Brasília – DF, 12 de julho de 2021

S.APS MINISTÉRIO DA SAÚDE GOV. DO BRASIL



IGUALDADE E EQUIDADE EM SAÚDE

- Os conceitos de igualdade e equidade têm significados diferentes;
- Igualdade** aparece como princípio do SUS na lei nº8080, de 19 de setembro de 1990, como: **“igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie”;**
- A igualdade assegura o mesmo tratamento para todos os indivíduos do SUS;
- O conceito de equidade está atrelada à ideia de justiça social e traz a necessidade de reconhecer as necessidades de grupos específicos, a fim de diminuir diferenças;
- As iniquidades em saúde constituem diferenças evitáveis e injustas;

Fonte: Conselho da Organização Pan-Americana da Saúde sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas. Sociedade Justa: Equidade em saúde e vida com dignidade. Relatório do Conselho da Organização Pan-Americana da Saúde sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas, Washington, D.C.: OPS/2019.

S.APS MINISTÉRIO DA SAÚDE GOV. DO BRASIL

IGUALDADE E EQUIDADE EM SAÚDE

- A equidade pressupõe que as demandas de serviços e necessidades de saúde variam de pessoa para pessoa, de contexto para contexto;
- A equidade em saúde pode ser interpretada como o resultado de políticas de saúde que visam tratar indivíduos que não são iguais de forma diferente;
- O artigo *Equidade no Sistema de Saúde Brasileiro: uma teoria fundamentada em dados*, traz a seguinte categoria analítica para o conceito de Equidade:
 “Equidade é tratar cada usuário dos serviços segundo suas necessidades de saúde, priorizando no atendimento os mais necessitados, por critérios clínicos ou epidemiológico-sociais, depois de garantir acesso igualitário e sem discriminação a todos”.

Fonte: Conselho da Organização Pan-Americana da Saúde sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas. Sociedade Justa: Equidade em saúde e vida com dignidade. Relatório do Conselho da Organização Pan-Americana da Saúde sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas, Washington, D.C.: OPS/2019.

S.APS MINISTÉRIO DA SAÚDE GOV. DO BRASIL

FATORES ESTRUTURAIS DE INEQUIDADES EM SAÚDE

- As questões sociais e a saúde estão entrelaçadas, de forma que não basta apenas ampliar o acesso para melhorar as condições de saúde, mas é necessário gerir ações que atuem sobre os determinantes sociais;
- O que são os determinantes sociais da saúde? "São os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população";
- Definição da OPAS: "Os determinantes sociais da saúde estão relacionados às condições em que uma pessoa vive e trabalha"
- Segundo o documento organizado pela OPAS *Sociedades Justas: Equidade na saúde e vida digna*, há questões estruturais que impactam diretamente na saúde;



FATORES ESTRUTURAIS DE INEQUIDADES EM SAÚDE



Fonte: Conselho da Organização Pan-Americana da Saúde sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas. *Sociedades Justas: Equidade na saúde e vida com dignidade*. Relatório do Conselho da Organização Pan-Americana da Saúde sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas. Washington, D.C.: OPAS, 2013.



ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE BRASIL

- 46.364 Equipes de Saúde da Família
- 2.676 Equipes de Atenção Primária
- 27.450 Equipes de Saúde Bucal
- 262.827 Agentes Comunitários de Saúde
- 2.881 Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias
- 1.178 Centros de Especialidades Odontológicas
- 302 Equipes de Atenção Básica de Saúde Prisional
- 148 Equipes de Atenção Básica do Consultório na Rua
- 94 Unidades Odontológicas Móveis
- 183 ESF para populações Ribeirinhas
- 29 UBS Fluviais



ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)

- Cabe à APS, como a **ordenadora da rede e coordenadora do cuidado**, promover a atenção integral à saúde e atenuar as situações de inequidades, promovendo a equidade.
- A **promoção da Equidade** no SUS depende, portanto, do comprometimento de gestores federais, estaduais e municipais do SUS, bem como de prefeitos e governadores, para a articulação de políticas intersetoriais que visem melhorar as condições de vida e saúde dessas populações.
- Portaria 940, de 28 de abril de 2011 e a **Lei 13.714, de 2018**, asseguram o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social, mesmo que eles não apresentem comprovante de residência e que proíba expressamente a recusa de atendimento pelo SUS nesses casos.

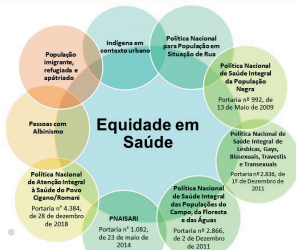


EQUIDADE EM SAÚDE

- A equidade em saúde visa **dirimir injustiças** em saúde, **reconhecendo as especificidades** e as **situações de vulnerabilidade** nas quais algumas populações se encontram;
- Deste modo, a premissa do respeito à **diversidade cultural** e ao modo de vida das populações específicas e em situação de vulnerabilidade social, devem ser referência para ações e políticas públicas que lhes são direcionadas;
- O **princípio da equidade** é importante para que gestores de políticas públicas e todos os profissionais de saúde **reconheçam a história**, as **dinâmicas de discriminação** e o **racismo institucional** que barram o acesso dessas populações aos serviços de saúde.



POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE



ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DA EQUIDADE NA APS

- ✓ **Política Nacional de Promoção da Equidade em Saúde (PNPES)** – em construção;
- ✓ **Portarias de Financiamento** da Política Nacional de Promoção da Equidade em Saúde (PNPES);
- ✓ **E-book da EQUIDADE** para profissionais, gestores e usuários do SUS;
- ✓ **Cursos EAD (45h) da EQUIDADE** para profissionais, gestores e usuários do SUS;
- ✓ **Divulgação dos materiais a respeito do tema equidade:** <https://aps.saude.gov.br/ape/equidade>;
- ✓ **Observatório Nacional de Equidade em Saúde e Selo da Equidade no SUS** - TC 98 OPAS.



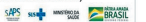
ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DA EQUIDADE NA APS

- ✓ **Acordo de Cooperação Técnica** que entre si celebraram o **Ministério da Saúde** e o **Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos**, que tem por objeto a elaboração de estratégias e ações intersetoriais voltadas à promoção da Equidade, a fim de enfrentar os determinantes sociais e melhorar as condições de saúde da **população negra, da população albinos, povos e comunidades tradicionais e demais populações em situação de vulnerabilidade social**;
- ✓ Construção de **Indicadores de Equidade em Saúde** para as populações específicas e em situação de vulnerabilidade social;
- ✓ **Georreferenciamento de serviços** para as populações específicas e em situação de vulnerabilidade social;
- ✓ Construção da **Política Nacional de Saúde Integral das Pessoas com Albinismo**;



ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DA EQUIDADE NA APS

- ✓ Publicação da **Política Nacional de Saúde Integral da População em situação de rua**;
- ✓ **Cartilha sobre Proteção Social** às pessoas com Tuberculose – parceria dos técnicos da COGE/DESF/SAPS e CGDR/DCCI/SVS.
- ✓ **Acordo de Cooperação Técnica** que entre si celebram o **Ministério da Justiça e Segurança Pública** e o **Ministério da Saúde**, que tem por objeto estabelecer a cooperação técnica e assistência mútua entre o MISP e o MS, nas ações de **fortalecimento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas** (Decreto nº 5.948/2006).
- ✓ Publicação da **Política Nacional de Saúde Integral da População de Imigrantes, Apátridas e Refugiados**;
- ✓ **Campanha Nacional Interministerial de Equidade em Saúde** para as populações específicas e em situação de vulnerabilidade social;



ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DA EQUIDADE NA APS

- ✓ **Edital de chamamento público COGE/CGGAP/DESF/SAPS**, de projetos propostos por instituições de ensino superior, para fortalecer ações de Equidade em Saúde no Brasil.

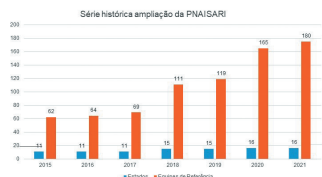


ESTRATÉGIAS PARA FOMENTAR A PNAISARI

- ✓ Publicação do Instrutivo para a implantação e implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei - PNAISARI em formato de E-book;
- ✓ Monitoramento e avaliação dos indicadores de saúde dos adolescentes nos sistemas socioeducativos;
- ✓ Reuniões semestrais com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde dos municípios habilitados na PNAISARI;
- ✓ Publicação da Nota Técnica nº 42/2021 em conjunto com o Ministério da Cidadania que contém orientações para a implementação da PNAISARI para o meio aberto;
- ✓ Oficinas virtuais para apresentação dos principais elementos presentes na Nota Técnica nº 42/2021 para indução da implantação da PNAISARI no meio aberto.



Expansão da PNAISARI no Brasil Meta PNS (2020-2023): 241 Equipes de Referências



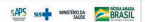
PORTARIAS DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE

- ✓ A **Portaria GM/MS nº 2.405**, de 16 de setembro de 2020, institui o incentivo financeiro, em caráter excepcional e temporário, aos municípios e Distrito Federal para o fortalecimento das equipes e serviços de Atenção Primária à Saúde no **cuidado às populações específicas e em situação de vulnerabilidade social**, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.
- ✓ Esse valor perfaz **R\$ 319.000.000,00** (trezentos e dezenove milhões de reais) e os municípios que receberam o incentivo estão especificados na portaria em questão. Os valores, de acordo com o tipo de equipe, variam conforme exposto abaixo:
 - R\$ 6.640,00 (seis mil seiscentos e quarenta reais) por eSF;
 - R\$ 3.320,00 (três mil trezentos e vinte reais) por eAP – Modalidade I 20h;
 - R\$ 5.980,00 (cinco mil novecentos e oitenta reais) por eAP – Modalidade II 30h;
 - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por eSFH;
 - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por eCR;
 - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por UBSEF;
 - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por eAPP;



PORTARIAS DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE

- ✓ **Portaria GM/MS nº 3.396**, de 11 de dezembro de 2020, que institui, em caráter excepcional, incentivo financeiro federal de custeio para o fortalecimento das ações de equidade na Atenção Primária à Saúde, consoante à Ação Orçamentária 20Y, considerando o cadastro de povos e comunidades tradicionais. **Esse valor perfaz R\$ 20.874.000,00** (vinte milhões oitocentos e setenta e quatro mil reais).
- ✓ **Portaria GM/MS nº 3.354**, de 16 de dezembro de 2020, que institui, em caráter excepcional, incentivo financeiro federal de custeio para o fortalecimento das ações de equidade na Atenção Primária à Saúde, considerando as **pessoas com albinismo**, correspondente à Ação Orçamentária 20YM. **O valor desse incentivo totaliza R\$ 7.125.000,00** (sete milhões cento e vinte e cinco mil reais).
- ✓ **Portaria GM/MS nº 894**, de 11 de maio de 2021, que institui, em caráter excepcional, incentivos financeiros federais de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, a serem transferidos, em parcela única, aos municípios e Distrito Federal, para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19. **O valor desse incentivo totaliza R\$ 909.016.799,53** (novecentos e nove milhões, dezesseis mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos).



PORTARIAS DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE

- ✓ **Portaria GM/MS nº 1.253**, de 18 de junho de 2021, que institui, em caráter excepcional, incentivo financeiro federal de custeio aos municípios e Distrito Federal com **equipes de Consultório na Rua**, para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da Covid-19. **Esse valor perfaz R\$ 2.813.812,52** (dois milhões, oitocentos e treze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta e dois centavos).
- ✓ **Portaria GM/MS nº 1.255**, de 18 de junho de 2021, que dispõe sobre as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua e **os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua**, por município e Distrito Federal, por meio da alteração da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017.



OBRIGADA

Coordenação de Garantia de Equidade (COGE)
Departamento de Saúde da Família
<https://aps.saude.gov.br/ape/equidade>



Dr. Leonardo Moura Vilela, assessor parlamentar do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)

O convidado iniciou a apresentação dizendo que o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) representa os gestores estaduais na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

Explicou que a Comissão Tripartite, responsável pelas políticas de saúde no Brasil, pelo rumo que o Sistema Único de Saúde (SUS) toma no País, é composta pelo Ministério da Saúde, representando a União; pelo CONASS, representando o conjunto das secretarias estaduais e do Distrito Federal, e pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), representando os 5.570 municípios.

Teceu breve comentário sobre o fato de estar representando o presidente Carlos Eduardo Lula, secretário de Saúde do Maranhão, que não pôde estar presente.

O orador lembrou que 160 milhões de brasileiros dependem exclusivamente do SUS, desde a atenção primária até a alta complexidade, passando pela atenção especializada. A grande maioria, a quase totalidade dos transplantes renais, hepáticos, cardíacos e de pâncreas no Brasil é realizada pelo SUS, inclusive nos melhores hospitais existentes no País, nos hospitais de excelência, além dos hospitais públicos, que também são de excelência na sua grande maioria.

Ressaltou que a totalidade dos brasileiros, de alguma forma, depende do SUS, citando como exemplo o Plano Nacional de Imunizações (PNI), por meio do qual a população está tendo acesso à vacinação contra a covid-19. Todos os brasileiros, sem exceção, têm acesso a cerca de 20 vacinas contra as mais variadas doenças pelo SUS. Da mesma forma, todos são beneficiados pela Vigilância Sanitária, que é feita pelos municípios, pelos estados, pelo governo federal, pela União, pelo Ministério da Saúde.

O convidado também citou o fato de que os medicamentos de alto custo, que muitas vezes custam dezenas de milhares de reais, são bancados pela União para os pacientes de qualquer faixa social, econômica ou etária. Salientou a resposta do SUS à pandemia, lembrando que foram injetados recursos e dadas condições aos estados e municípios para que se preparassem. Com isso, o Brasil resistiu bravamente a essa pandemia, exceto em casos pontuais, como o de

Manaus, por questões muito particulares da região, que enfrenta dificuldades logísticas, foi a primeira a ser atingida pela pandemia e a ter a segunda onda.

Enfatizou que o sistema de assistência do Brasil não colapsou, ao contrário de países desenvolvidos, como ocorreu na Itália, na França, na Suíça e em outros países de primeiro mundo, ricos, com recursos abundantes e que tiveram problemas em adaptar sua rede de assistência diante de uma pandemia tão avassaladora.

O convidado afirmou que o SUS é cada vez mais respeitado pelos brasileiros e é tido como uma grande conquista. Sobre a criação do SUS, considerou que, talvez, tenha sido a maior conquista do povo brasileiro nos últimos 30 ou 40 anos. Disse não ter dúvida de que o SUS é o maior programa social e de distribuição de renda do governo federal. Além de ser um sistema único de saúde público e gratuito, é um programa social de extrema relevância.

Lembrou a importância desse sistema citando como exemplo os Estados Unidos, que são o país mais rico do mundo, o maior PIB, a maior potência econômica, militar e tecnológica do planeta. Conforme argumentou, os casos de saúde nas famílias americanas são dramáticos. As pessoas têm que tirar dinheiro do próprio bolso para bancar seus planos de saúde ou tratamento direto na rede privada. Isso leva a situações terríveis, como a venda de bens ou a venda, inclusive, da casa onde moram. Surge uma situação de falência de famílias por problemas de saúde. Asseverou que o SUS evita, na grande maioria das vezes, que isso aconteça no Brasil. Apontou que as pessoas estão tão acostumadas com o SUS que não percebem a vantagem que é ter um sistema bancado por todos que pagam impostos para que todos tenham acesso à saúde.

Segundo observou, o fortalecimento da atenção primária à saúde contribui para diminuir as desigualdades sociais, econômicas e regionais do povo brasileiro. O fortalecimento da atenção especializada, da atenção de alta complexidade – normalmente feitas pelos estados por meio das secretarias estaduais de saúde –, contribui para reduzir as desigualdades regionais, sociais e econômicas do País. O convidado lembrou que a forma de fortalecer o SUS é por meio do fortalecimento do financiamento do SUS.

Destacou que o SUS tem um subfinanciamento crônico, que vem desde sempre. Segundo ele, passou por todos os governos, de todos os partidos, de todas as ideologias, mas, quando se investe dinheiro no SUS – com controle, fazendo todo o monitoramento –, há uma resposta muito rápida. O exemplo

maior foi nesta pandemia de covid-19. Nesse aspecto, o convidado disse que o Senado tem um papel fundamental ao lidar com o orçamento geral da União, por meio da lei orçamentária, tendo a possibilidade de aumentar os recursos para o Sistema Único de Saúde.

Em resposta a questões formuladas pelos telespectadores, argumentou que a redução das desigualdades por meio do SUS é algo muito claro.

Um telespectador perguntou como evitar a politicagem. Em resposta, o orador disse que a gestão do SUS é revolucionária, única e um exemplo não só para outras áreas no Brasil, mas também para o mundo inteiro. Conforme discorreu, a gestão do SUS é compartilhada entre os três níveis da Federação – estados, municípios e União – e tem um controle social por meio dos conselhos de saúde em nível nacional, estadual e municipal, que é exercido pela população, pelos usuários, pelos prestadores de serviços, pelos trabalhadores na saúde. Enfim, é um sistema em que os recursos são controlados pelos tribunais de contas, pelas controladorias da União e dos estados. Sublinhou que a gestão do SUS tem barreiras, proteções, blindagem contra a politicagem apontada como deletéria pelo telespectador.

Outro cidadão perguntou como humanizar o atendimento. Em resposta, o convidado afirmou que esse tem sido um grande desafio e que, segundo sua experiência, têm ocorrido avanços na humanização do atendimento do SUS. Lembrou que essa é uma preocupação dos municípios, dos estados e do governo federal, além de uma exigência da população.

Quanto ao questionamento de que a rede privada seria melhor, o orador apontou que pesquisas de opinião mostram que a avaliação do SUS é igual ou melhor que a da rede privada. Ponderou que não existe sistema perfeito e que o SUS tem melhorado constantemente.

Em resposta a uma pergunta sobre o que pode ser feito para melhorar o SUS, o convidado ressaltou existirem dois pilares. O primeiro, já mencionado, é o financiamento, que passa, obrigatoriamente, pelo Congresso Nacional. Nesse sentido, fez um apelo aos senadores para que o orçamento seja condizente com a importância do SUS no exercício de suas funções. O segundo pilar é a gestão, que tem sido aprimorada permanentemente.



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

1º CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

6ª MESA - 9/8/2021

I - IDENTIFICAÇÃO

6ª Mesa do 1º Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional

Finalidade: discutir o tema “Educação como estratégia de redução das desigualdades sociais e regionais”.

II - PARTICIPANTES

1. **Myrian Caldeira Sartori**, diretora de Políticas e Diretrizes da Educação Básica do Ministério da Educação;
2. **Getúlio Marques Ferreira**, secretário de Estado da Educação do Rio Grande do Norte; e
3. **Andréa Cristhina Brandão Teixeira**, secretária de Educação do município de Santana do Ipanema (AL).

III – RELATO DA EXPOSIÇÃO DOS CONVIDADOS

Andréa Cristhina Brandão Teixeira, secretária de Educação do município de Santana do Ipanema (AL)

A convidada iniciou a apresentação identificando-se como pedagoga, mestre em educação na linha de formação de professores, técnica em assuntos educacionais da Universidade Federal de Alagoas e professora dos anos iniciais da rede estadual de Alagoas, atualmente atuando como secretária municipal de Educação no município do qual é natural, Santana do Ipanema.

Para contextualizar seu discurso, disse que o município está localizado no sertão alagoano, na região do semiárido, possui cerca de 48 mil habitantes e um território de 437 km², ficando distante da capital, Maceió, 210 km. A rede municipal atende 6,3 mil alunos, em 3 creches localizadas na zona urbana e 19 escolas, sendo 13 na zona rural e 7 na zona urbana.

Lembrou que, nesse contexto de pandemia e ausência física dos alunos dos espaços escolares, é ainda mais significativo pensar em educação como estratégia de redução das desigualdades sociais e regionais, pois esse tem sido um período ainda mais difícil, do ponto de vista do município, para garantir o atendimento aos alunos.

Considerando os quase 18 meses de atividades pedagógicas não presenciais que o município vem promovendo, assim como os demais municípios do País, passou a expor sua experiência.

Mencionou que a rede municipal não parou de acompanhar os alunos em nenhum período, desde o início da pandemia. Não houve nenhum interstício entre as aulas presenciais, que ocorreram até o dia 20 de março de 2020, e o início das atividades remotas, que começaram a partir de 23 do mesmo mês.

Afirmou que não poderia dizer que foram pegos de surpresa pela pandemia. Já se sabia o que vinha ocorrendo em todo o mundo. Mas, inicialmente, imaginou-se um período de 15 dias de ausência dessas aulas presenciais, depois 30 dias, 2 meses, até chegar a este ponto em que havia a previsão de aulas híbridas a partir de 16 de agosto.

Lembrou que a escola é o espaço social que garante não somente a escolarização de crianças e jovens, mas também a socialização, eventuais descobertas de maus-tratos e até de violência física, psicológica e sexual de que os alunos

são acometidos em seus próprios lares, a garantia nutricional de ao menos uma refeição balanceada de acordo com a faixa etária. Mas, para que essas garantias de direitos sejam realmente asseguradas, é preciso repensar a distribuição dos recursos destinados à educação pública.

Conforme discorreu, a grande maioria dos municípios brasileiros tem como principal fonte de renda os repasses da União e de seus estados, assim como acontece com Santana do Ipanema. Então, nessa volta às aulas presenciais, muitas famílias não desejam enviar seus filhos para a escola; muitas famílias procuraram as escolas dizendo ainda da sua insegurança, apesar de toda a segurança que se procurou dar às escolas, com todos os equipamentos necessários, conforme instruções das autoridades de saúde.

Relatou que o Ministério Público estadual já perguntou aos municípios como será feito o acompanhamento desses alunos. Apontou que os recursos são escassos e não é possível garantir a contratação do contingente necessário de novos profissionais para assegurar o acompanhamento mínimo a esses alunos.

Pensando, por exemplo, na questão da alimentação saudável e balanceada, que é outro importante instrumento de redução das desigualdades, a expositora relatou que se recebe em todo o País R\$ 0,36 por dia de aula para cada aluno do ensino fundamental. Nesse período de ausência das aulas presenciais, o município entregou uma cesta mínima, que custou uma média de R\$ 60,25, para cada aluno, recebendo R\$ 7,20 por mês. Ressaltou que, evidentemente, não houve entrega da alimentação escolar com a periodicidade que os alunos precisam. O município, diante dessa realidade, não tem como garantir alimentação saudável para seus alunos durante todos esses meses de ausência das escolas, pois não há recursos.

Segundo a convidada, é preciso olhar com mais carinho e cuidado para essas crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Eles formam quase a totalidade dos alunos matriculados nas redes municipais, principalmente nas zonas mais afastadas de centros urbanos, em todo o País. É preciso garantir não somente que esses alunos sejam aprovados, que passem de ano, mas principalmente que recebam o mínimo de conteúdos escolares para garantir seu prosseguimento na vida escolar, acadêmica e, conseqüentemente, profissional. Conforme argumentou, fazê-los avançar a qualquer custo só servirá para mascarar, maquiagem nossas mazelas. Isso trará prejuízos incalculáveis para a nossa nação.

A convidada mencionou que muitos falam em prejuízos escolares irreparáveis pós-pandemia, mas que acredita que só se pode utilizar esse adjetivo

se houver a disposição de aceitar que nada há a ser feito. Disse que as visíveis desigualdades intelectuais em nossa sociedade não são causadas por questões cognitivas, mas principalmente por falta de estímulos adequados promovidos nas idades adequadas.

Relatou que no ano passado foi instituído no município, como projetos integradores na rede municipal, a educação socioemocional, nos anos iniciais, e a educação empreendedora, nos anos finais do ensino fundamental. O objetivo é realizar atividades em que toda a família seja convidada a participar, para que possa desenvolver o autoconhecimento e, nos anos finais, principalmente, desenvolver um projeto de vida com metas claras e possíveis, que os leve a planejar, a acreditar e, principalmente, a realizar seus sonhos.

A expositora disse que somente com ações de engajamento e protagonismo dos próprios alunos será possível evitar a evasão escolar. Afirmou ser preciso fazer com que esses jovens sejam protagonistas de suas vidas, as personagens principais. Só assim, segundo ela, eles terão motivação pessoal para continuar estudando e, assim, tornar-se-ão cidadãos participativos da vida social, econômica e política de suas próprias comunidades e do País.

No entanto, ponderou que é preciso ser bem realista quanto ao que pode ser realizado com os recursos atuais. Enfatizou que são necessárias políticas públicas que garantam a utilização desses recursos, mas é preciso que eles cheguem em maior quantidade, sobretudo nos lugares mais longínquos, porque esses lugares não têm outras fontes de recursos a não ser os repasses das políticas de grande abrangência.

Informou que, nos últimos 12 meses, foi realizado um projeto chamado Educando nas Ondas do Rádio, em que audioaulas eram gravadas por professores da própria rede de ensino e veiculadas pela rádio local. Destacou que ouvir pela internet estava fora de questão, pois o projeto foi pensado justamente para atender àquelas famílias que não tinham acesso às aulas via redes sociais ou aplicativos de mensagens. Infelizmente, muitas famílias comunicaram que não possuíam sequer um aparelho de rádio para ouvir essas aulas; outras moravam em regiões em que o sinal não alcançava. Diante desse quadro, a convidada questionou como seria possível equiparar as condições de aula, nesse período de aulas remotas, desses alunos em extrema vulnerabilidade com aqueles que têm seus próprios celulares e notebooks para acompanhar suas aulas e ainda pesquisar novas informações além daquelas enviadas por seus professores.

Informou que há uma grande extensão no município que abrange quatro escolas da zona rural em que nem mesmo o sinal de internet via satélite tem alcance – não há cobertura.

Por fim, ressaltou que a educação é o caminho mais seguro e eficaz para neutralizar as desigualdades sociais e regionais, mas precisa ser complementada com saúde e assistência social, para trabalhar em conjunto com cada uma dessas comunidades.

Getúlio Marques Ferreira, secretário de Estado da Educação do Rio Grande do Norte

O convidado iniciou sua fala ressaltando que o período da pandemia tem sido muito difícil. Foi um período em que foi possível perceber quão distantes andam os mais abastados, que têm melhores condições de vida, e aqueles menos favorecidos, que às vezes não conseguem nem sua refeição diária. Frisou que, por isso, o desafio é muito grande e que a solução depende da articulação de diferentes instâncias de poder, enfatizando o papel do Congresso e do Ministério da Educação.

Falou sobre a importância do Congresso nesse período de dificuldades, com as boas respostas aos que trabalham com educação, destacando a votação quase unânime para a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O orador ressaltou a importância da atuação direta do Estado como agente promotor da educação como forma de evitar que muito mais gente se veja em condição da miséria. Ponderou que, quando todos estiverem num patamar de condições educacionais, de condições de saúde, de condições de renda, muitas políticas que existem hoje poderão deixar de existir, citando como exemplo as cotas e sua importância para os grupos beneficiados com essa política.

O convidado informou que foi diretor do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET) do Rio Grande do Norte quando foram criadas as cotas em 1995. Lembrou a necessidade de convencimento de algumas pessoas para que essa política fosse implementada. Considerou um sucesso o projeto de reserva de 50% das vagas para alunos da escola pública.

Lembrou o fato de que os alunos mais abastados podiam, à tarde, depois da aula, fazer aulas de piano, de natação e outras atividades fora da própria escola, mas os cotistas foram para dentro da escola como se aquilo fosse o prato de comida de que eles precisavam todo dia.

O orador disse que os institutos federais são um dos caminhos para que se possa promover o desenvolvimento regional por meio da educação. Ressaltou a importância dos institutos federais para a educação profissional no Brasil e mencionou que o projeto era construir mil *campi* de institutos federais, de modo que a cada cinco ou seis cidades existiria um local para que se pudesse fazer educação profissional.

Apontou que havia duas unidades no Rio Grande do Norte: CEFET Natal e outra na maior cidade, que era Mossoró, e que atualmente são 22. Em Alagoas são 14; em São Paulo eram 3 e agora são 35.

Lembrou as motivações para o projeto de aumento do número de unidades de ensino profissionalizante e a importância desse tipo de instituição para a promoção do desenvolvimento regional. Quando foi iniciado esse projeto, verificou-se que os 140 municípios que, à época, tinham unidades de agrotécnica, de escola técnica ou CEFET tinham Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto. Ao mesmo tempo, os municípios vizinhos apresentavam IDH baixo. Era perceptível a importância da educação.

Ressaltou que, no caso das escolas técnicas, o fato de os alunos saírem profissionalizados faz com que eles se sintam pertencentes à escola e que depois eles poderão seguir em frente. Aqueles que não conseguem ir para a universidade têm essa formação profissional, e a percepção dessa realidade faz com que a escola tenha algum significado para o aluno.

Voltando a comentar os efeitos da pandemia, relatou que, dos 167 municípios de seu estado, 40 não têm acesso à internet de banda larga, o que dificultou o atendimento aos alunos.

Sobre o acesso à internet de banda larga nas escolas, lembrou a aplicação de R\$ 3,5 bilhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e a expectativa de que isso representaria uma grande solução. Mas ponderou que a distribuição desses recursos pelo governo federal seria feita para 20 milhões de pessoas, sendo 18 milhões de alunos em situação de vulnerabilidade e 2 milhões de professores de educação básica. Então, essa divisão resultaria em R\$ 175 *per capita*, ou seja, esse recurso viria para resolver

apenas parte do problema da conectividade, sendo suficiente para cerca de seis meses de contrato com o provedor da internet. Então, esse seria o alcance da aplicação desses recursos.

O convidado comentou sobre a importância da atuação conjunta de órgãos e entidades, como União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e Ministério da Educação, visando à elaboração de projetos para atuação do governo federal no sentido de buscar soluções para esse período crítico.

Ressaltou que o retorno às aulas presenciais deveria se dar de acordo com as especificidades de cada região, considerando que em um mesmo estado poderia haver uma microrregião com níveis mais altos de contaminação, o que impossibilitaria o retorno às aulas nessa localidade específica. Sublinhou a necessidade de avaliação periódica das condições epidemiológicas.

Sobre o uso da internet, lembrou que a escola “invadiu” a casa também dos professores e que os alunos hoje entram na sala de aula com muito mais capacidade de utilização do equipamento do que uma boa parte dos professores.

O convidado comentou sobre o tempo que passou na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, quando estavam sendo implantados os *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, também chamado simplesmente de Instituto Federal de Brasília (IFB), em Samambaia, Planaltina e Gama. Discorreu sobre o aumento do número de unidades do IFB depois dessa fase inicial de implantação.

O expositor relatou a experiência de utilização da internet como meio alternativo de acesso ao material de ensino. Citou a contratação do canal 3.4 de televisão, em que foram disponibilizadas 11 horas de aula por dia em todos os dias da semana, sendo 4 horas pela manhã, 4 à tarde e 3 à noite.

Comentou sobre a utilização do rádio como meio de transmissão de conteúdo educativo, ressaltando que está tentando fazer com que o uso do rádio seja ampliado.

Por fim, frisou que a possibilidade de avanço no uso de novas tecnologias é um legado deixado por esse período de trabalho num contexto de pandemia. Assim, além da construção de novas escolas, seu estado está colocando internet banda larga em todas as escolas, inclusive na área rural, usando o rádio para chegar a esses alunos. Destacou que os R\$ 3,5 bilhões do FUST ainda representam muito pouco e que seria necessário garantir os recursos por meio do Plano

Nacional de Educação. Lembrou que, em 2019, o Plano Nacional de Educação previa disponibilidade de recursos equivalentes a 7% do Produto Interno Bruto (PIB), mas o montante atual equivale a pouco mais de 5% do PIB. Em 2024, deverá ser 10%. Então, se o Plano Nacional de Educação fosse cumprido, não haveria necessidade de buscar recursos adicionais. Os recursos do FUNDEB, da forma como ele foi concebido, e os recursos do Plano Nacional de Educação seriam suficientes.

Myrian Caldeira Sartori, diretora de Políticas e Diretrizes da Educação Básica do Ministério da Educação

A convidada iniciou sua apresentação comentando que tem sido bastante desafiador desenvolver as políticas e apoiar os municípios, os estados e as escolas no momento de retomada das aulas, ainda com muita insegurança. No entanto, disse que espera que, juntos com a UNDIME, o CONSED, o Congresso e as redes de ensino, seja possível achar caminhos para a retomada e para a recomposição dos aprendizados dos estudantes que passaram um longo tempo em isolamento social.

Falando sobre o Programa Brasil na Escola, instituído pela Portaria MEC nº 177, de 30 de março de 2021, ressaltou que foi desenvolvido nesse período de gestão e que foi pensado como uma estratégia de atender o público dos anos finais do ensino fundamental, olhando para as desigualdades sociais e regionais.

Enfatizou que o MEC tem a preocupação de elaborar as políticas olhando para os dados, para o que deu certo, para as evidências científicas, mas principalmente para dados estatísticos, para o que está acontecendo na rede de ensino, e também em conversas com os municípios e com os estados por intermédio da UNDIME e do CONSED.

Segundo a expositora, o Programa Brasil na Escola tem o objetivo de fomentar, de induzir estratégias de permanência e aprendizagem, considerando a necessidade de progressão escolar com equidade na idade adequada dos estudantes. Salientou que o programa está organizado em três eixos: apoio técnico e financeiro; valorização de boas práticas; e inovação.

A respeito do eixo apoio técnico e financeiro, relatou que, quando foi feito o diagnóstico e o desenho do programa, verificou-se que os índices de evasão,

reprovação e abandono eram muito superiores nos anos finais em relação aos anos iniciais do ciclo escolar. Mencionou o fato de que existe uma desigualdade muito grande no aprendizado de estudantes das mesmas escolas, dentro da mesma sala de aula, e essa desigualdade ocorre também entre as macrorregiões brasileiras e entre os estados. Além disso, comentou que existe um ambiente escolar com uma estrutura curricular muito rígida, fragmentação da aprendizagem, causando impactos na saúde mental dos estudantes que estão entrando na fase de adolescência.

Mostrou que entre os alunos que estão no 5º ano há uma concentração nos níveis de proficiência médios. Já no 9º ano, há uma concentração de estudantes nos níveis de proficiência mais baixos, de 0 a 3. Ponderou que essa desigualdade de aprendizagem tem que ser considerada dentro da sala de aula. Sublinhou que, no âmbito do Programa Brasil na Escola, algumas estratégias têm sido adotadas para superar esse problema, entre elas o acompanhamento personalizado da aprendizagem, com intervenções pedagógicas no nível de proficiência dos estudantes. Apontou que, no decorrer da trajetória escolar, há uma perda significativa de estudantes.

A respeito da desigualdade em termos de repasse de recursos, revelou dados do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que evidenciam diferenças entre estados e entre municípios. Comentando sobre o PDDE Qualidade, lembrou que o MEC tem estado atento a essas desigualdades no repasse dos recursos. O mesmo se aplica ao PDDE Educação Integral.

No tocante aos indicadores do Brasil na Escola, informou que foram definidos pensando sempre na permanência e na aprendizagem.

A convidada comentou que foi feito um estudo para escolher as escolas que vão receber recursos financeiros do Brasil na Escola, com várias simulações utilizando-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o percentual de estudantes matriculados que a escola tem e que são de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. Os resultados ajudaram a identificar escolas com grande vulnerabilidade social, que foram priorizadas no âmbito do programa. Com isso, foram identificadas escolas que têm pelo menos 80% de alunos ganhando Bolsa Família e verificou-se que são escolas com indicadores educacionais muito baixos, principalmente se comparadas com o geral das escolas do ensino fundamental 2. Essas escolas também têm muitas deficiências em termos de infraestrutura, com um percentual altíssimo de escolas que não

têm esgoto, energia elétrica, água, coleta de lixo, banheiro, internet. No caso do acesso à internet, 95,5% dessas escolas não contam com esse serviço para alunos.

A expositora asseverou que, com base nesses estudos, foram selecionadas as escolas a serem priorizadas. Assim, foram escolhidas escolas que tinham Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) igual ou menor que 3,5 e que contavam com pelo menos 70% – percentual aumentado posteriormente – de alunos de famílias beneficiárias do Bolsa Família. A convidada disse que, se houver disponibilidade orçamentária, poderão ser incluídas escolas sem IDEB, mas que apresentam deficiências em termos de infraestrutura e gestão escolar também.

Segundo a convidada, o público-alvo do Brasil na Escola é composto por 23.483 escolas elegíveis para o eixo de apoio técnico e financeiro, o que significa que vão receber um aporte financeiro maior. Desse conjunto, 9.804 escolas foram priorizadas. Após a abertura para adesão ao programa, as secretarias de educação fizeram a indicação das escolas, o que reduziu o número de escolas para 7,8 mil, aproximadamente. Algumas secretarias excluíram escolas por não terem unidade executora ou por serem de difícil acesso. A partir da indicação, foram contempladas 6.843 escolas. Com esse número, houve disponibilidade orçamentária e foram incluídas escolas com IDEB igual ou inferior a 3,2.

A convidada comentou sobre o repasse e a utilização do orçamento, enfatizando que o MEC autoriza o repasse, mas o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não consegue realizá-lo por causa das pendências das escolas. O MEC tem tentado controlar esse problema para não perder orçamento da educação nesses repasses.

Tendo em vista a realidade de falta de acesso à internet em 79,6% das escolas validadas para receberem recursos do Brasil na Escola, ressaltou que é necessário ter estratégias que alcancem também essas escolas, mesmo que elas não tenham a internet. Em termos de dependência administrativa, há uma concentração enorme de escolas municipais: 87,6%.

Conforme discorreu a convidada, os indicadores educacionais das escolas priorizadas mostram alta taxa de reprovação e de abandono. Outro indicador muito preocupante é o percentual de estudantes nessas escolas que estão nos níveis de 0 a 4 de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Há uma concentração enorme de estudantes no 9º ano que não con-

seguem passar do nível 4 de proficiência. Esse indicador já é problemático em todas as escolas nos anos finais do ciclo escolar, mas para as escolas que foram priorizadas pelo Brasil na Escola é muito mais preocupante – 91,3% desses estudantes estão nesses baixos níveis de proficiência.

A respeito da vulnerabilidade da população atendida, disse que 89,6% dessas escolas estão em municípios com o IDHM muito baixo, o que mostra que foram alcançadas escolas que estão com muita carência, muita dificuldade.

Falando sobre o repasse financeiro, informou que se pretendia que esse repasse pudesse ser realmente significativo para essas escolas. Seria desejável repassar ainda mais, porque a educação precisa de recurso, sobretudo essas escolas com tantas dificuldades em termos de infraestrutura. Quanto ao impacto que o Brasil na Escola vai ter nessas escolas, a convidada mostrou que, considerando o PDDE Qualidade, as ações agregadas que foram depositadas no PDDE Qualidade, tirando o auxílio emergencial que foi repassado o ano anterior e o novo ensino médio, que é disponibilizado para as escolas do ensino médio, haverá 400% a mais de impacto de repasse no Brasil na Escola para essas escolas. Então, elas vão receber uma quantidade muito maior de recursos do que têm recebido.

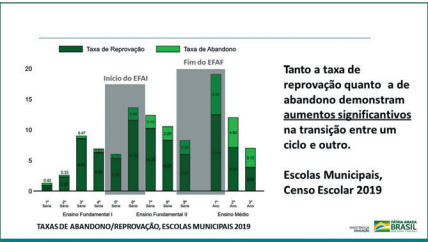
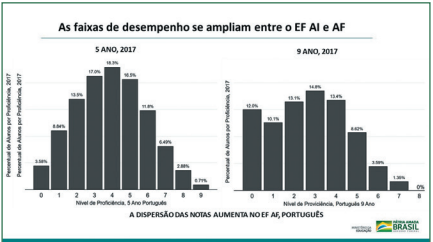
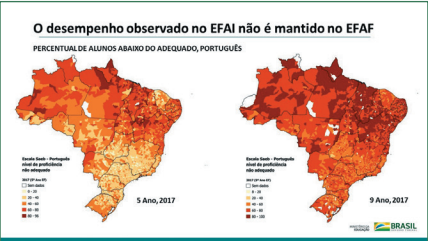
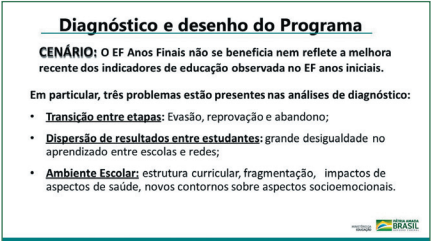
Se for considerado todo o PDDE – PDDE Básico, PDDE Qualidade, PDDE Educação Integral –, haverá um aumento de 17% nos repasses para essas escolas.

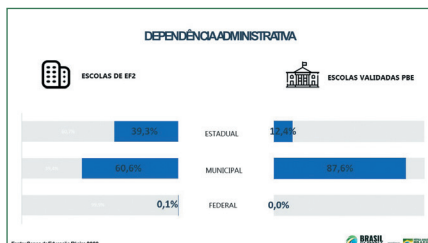
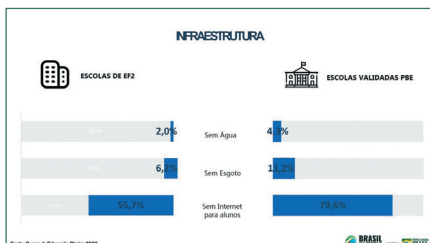
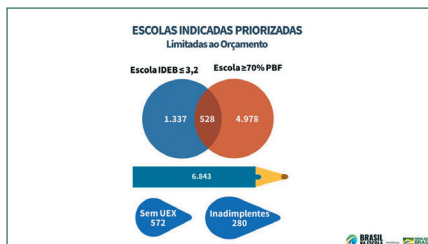
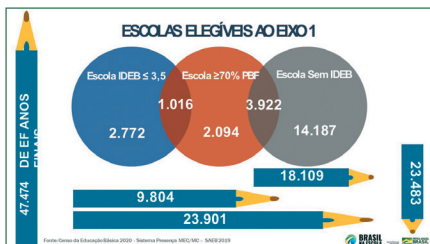
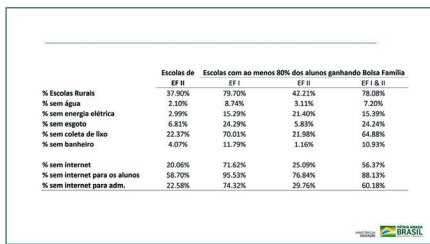
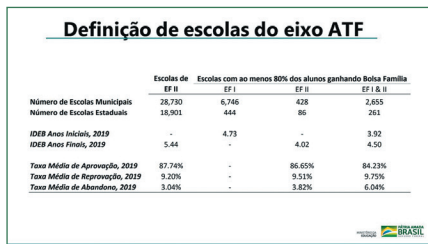
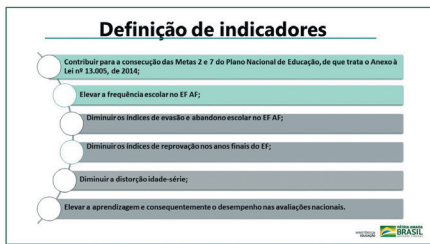
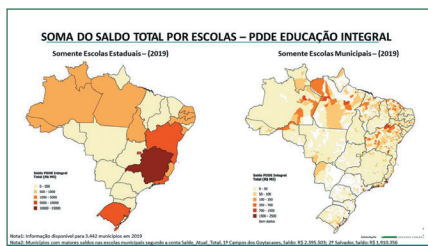
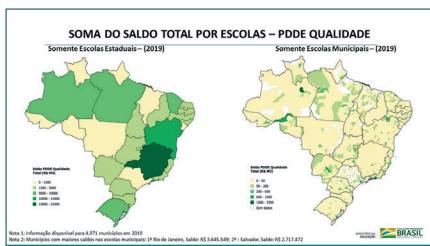
Conforme a expositora, os repasses previstos nesse programa atingem R\$ 200 milhões para essas escolas no período de dois anos. Existe uma parcela inicial, que é de R\$ 10 mil por escola, e, depois, R\$ 150 por aluno matriculado nos anos finais, que é dividido em três parcelas.

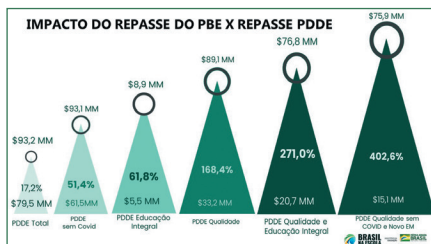
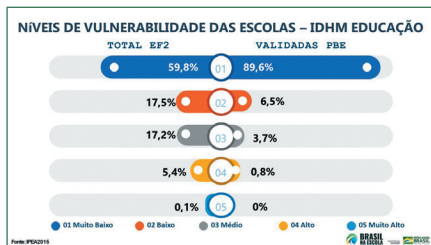
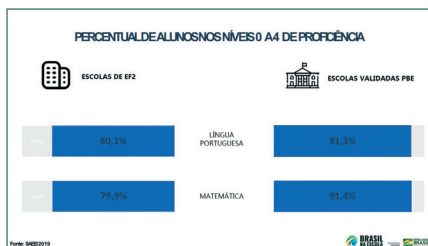
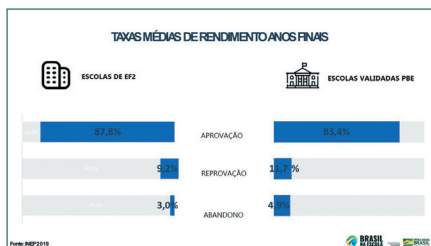
A convidada lembrou que tem havido uma preocupação muito grande de identificar escolas que estão sem unidades executoras ou que estão com pendências de prestação de contas com o PDDE. Elas não recebem nenhum repasse dentro do PDDE. São escolas que tiveram, às vezes, dificuldades de gestão e não conseguiram prestar contas. Isso mostra que é preciso também resolver essas questões dentro do MEC, que tem tentado desburocratizar o processo para auxiliar os estados e os municípios na utilização e na execução dos recursos. Informou que, dentro do PDDE Qualidade, há quase R\$ 1 bilhão em conta nas escolas que ainda não foram executados. Para resolver o problema, o MEC tem tentado apoiar as escolas para resolver essas pendências e utilizar os recursos, principalmente no retorno das aulas presenciais.

Por fim, a convidada comentou que, como o orçamento da educação é relativamente reduzido, os cortes orçamentários subsequentes têm levado o MEC a tentar criar estratégias para que esses apoios financeiros realmente cheguem àquelas escolas que mais precisam dos recursos e para apoiá-las na otimização e realização desses projetos.

Apresentação da sra. Myrian Caldeira Sartori







OBRIGADA!

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- Secretário Mauro Luiz Rabelo
- Secretário Adjunto Heber Ricardo Vieira

DIRETORIA DE POLÍTICAS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- Diretora Marian Sartori

COORDENAÇÃO GERAL DO ENSINO FUNDAMENTAL

- Coordenadora Geral: Denise Regina Maria Dias
- Gilmar Silva
- Edil Silva Pires
- Adrine Juliana
- Cristiane Seibto
- Danilo Escobar
- Milton Mattos

Fone: (61) 2022 8430
E-mail: bas@saebcola@me.gov.br

BRASIL
BRASIL



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

7ª MESA – 16/8/2021

I – IDENTIFICAÇÃO

7ª Mesa do 1º Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional

Finalidade: discutir o tema “Energia e desenvolvimento regional: proposta de marco legal para a geração de energia própria”.

II – PARTICIPANTES

1. **Rodrigo Daniel Mendes Fornari**, diretor de Programas da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME);
2. **Roberto Barbieri**, especialista na área de energia da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE);
3. **Guilherme Susteras**, coordenador do Grupo de Trabalho de Geração Distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR); e
4. **Hugo Lamin**, superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).



III – RELATO DA EXPOSIÇÃO DOS CONVIDADOS

Rodrigo Daniel Mendes Fornari, diretor de Programas da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME)

O convidado iniciou apresentando uma visão geral do setor elétrico brasileiro, que tem, na sua composição, mais de 87 milhões de unidades consumidoras; capacidade instalada de geração de energia elétrica de 182 GW, em usinas geradoras de energia; 166 mil km de linhas de transmissão; e 406 mil MVA de capacidade de transformação. Adicionalmente, são identificados quase 46 GW de geração de energia elétrica em novos projetos, 28 mil km de linhas de transmissão e 75 mil MVA de transformação em subestações novas, na fase de implantação, previstas para entrar em operação até 2026.

Conforme o expositor, assim como no restante do mundo, o Brasil está passando por uma transição energética, e essa transição é impulsionada pela inserção de novas tecnologias, pelo crescimento de fontes renováveis na matriz elétrica e, não menos importante, pelo empoderamento do consumidor de energia elétrica. Esse processo demanda mudanças estruturais e reforça a importância da busca pela maximização de resultados para toda a sociedade.

Nesse contexto, afirmou ser imprescindível dar andamento ao processo de modernização do setor elétrico, para levar energia elétrica aos consumidores de maneira competitiva, zelando pela sustentabilidade da expansão do sistema elétrico, com a promoção da abertura do mercado, fazendo, no seu cerne, a competitividade e a eficiência da alocação de custos e riscos.

Segundo o convidado, nesse processo, é importante corrigir sinais de preço da energia, racionalizar encargos e subsídios, ajustar a expansão da geração aos novos requisitos do sistema, considerando energia e potência, separar os contratos de lastro e energia, com adequada alocação de custos à segurança do suprimento elétrico, e dar continuidade à abertura do mercado livre de forma ordenada. Tais medidas visam preparar o setor para a digitalização das redes, a descarbonização da matriz energética e a descentralização de recursos energéticos distribuídos, entre os quais se destaca a geração de energia elétrica distribuída.

Ressaltou que a geração de energia de maneira distribuída basicamente é aquela conectada à rede de distribuição. A modalidade permite ao consumidor de energia elétrica gerar sua própria energia ou fornecer o excedente de geração para a rede.

Afirmou que a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi o primeiro estímulo para a GD, mais comumente chamada geração distribuída, do sistema elétrico brasileiro, reconhecendo os potenciais benefícios que tal modalidade pode proporcionar ao sistema elétrico. A norma permitiu ao consumidor brasileiro gerar sua própria energia, estabeleceu as condições para o acesso à rede de distribuição e criou o chamado sistema de compensação de energia elétrica. Posteriormente, ela foi revisada, resultando principalmente no aumento do limite de capacidade instalada para essa modalidade de geração e um maior prazo para compensação, que antes era de 36 meses e depois passou para 60 meses.

O convidado comentou que esse arcabouço permitiu, então, a viabilização de quatro modalidades de geração distribuída: a geração junto à carga, que representa atualmente 80% da geração distribuída; o autoconsumo remoto, com 19% de participação na GD; e, por fim, o empreendimento com múltiplas unidades consumidoras; e a geração compartilhada, que, juntas, somam apenas 1% das modalidades de geração distribuída.

Segundo discorreu, juntas, com base nessas regras da regulamentação da ANEEL, a GD iniciou um processo de crescimento, em 2016, que se fortaleceu ainda mais a partir de 2018, distribuído em usinas eólicas, hidráulicas, térmicas

cas e fotovoltaicas. Atualmente, nos aproximamos da marca de 6,5 mil MW de geração distribuída instalados no Brasil, distribuídos em diversos estados da Federação e baseados, em sua grande maioria, na fonte solar, responsável por quase 98% de sua capacidade.

Diante disso, considerando as características próprias da tecnologia de geração fotovoltaica, mas principalmente o grande potencial brasileiro para a geração solar, que chega a 307 GW/pico, as perspectivas de crescimento da GD são ainda maiores.

O convidado destacou que o Plano de Desenvolvimento Energético 2030, que retrata as previsões setoriais num horizonte de dez anos, simulou alguns cenários de crescimento da GD, os quais, dependendo das regras aplicáveis, podem resultar em uma capacidade instalada que varia de 16,7 GW a quase 36 GW, no Brasil, até 2030. Essas perspectivas são muito boas, considerando os benefícios que a GD pode trazer. Esses benefícios podem ser no âmbito setorial, como o adiamento de investimentos em expansão do sistema de transmissão e distribuição, o baixo impacto ambiental, a redução no carregamento das redes, a minimização das perdas, a diversificação da matriz energética, ou no âmbito socioambiental, com a criação de empregos, o desenvolvimento de uma cadeia produtiva, a movimentação da economia e o aumento da arrecadação de impostos.

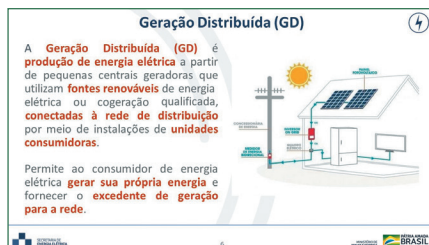
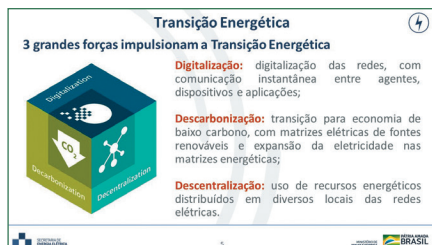
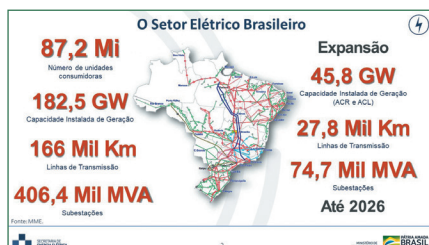
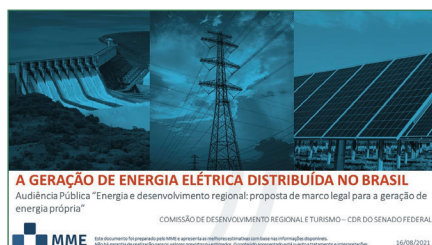
Entretanto, conforme explicitou o convidado, quando é usado o modelo de *net metering*, que é o sistema de compensação de energia aliado a uma modalidade tarifária binômia, como, na sistemática atual, algumas rubricas da tarifa deixam de ser pagas por aquele consumidor que instalou a GD, isso acaba sendo repassado aos consumidores que não têm a GD instalada, porque a base de cálculo de toda a conta de energia foi reduzida e as demais parcelas também o serão. Assim, pela regra atual, os custos de utilização da rede e subsídios acabam sendo redistribuídos aos consumidores que não têm a geração distribuída instalada.

Sublinhou que, para tratar de uma solução com adequada alocação dos incentivos da geração distribuída, que, com seu crescimento, começam a dar sinais de impacto nas tarifas, diversas tratativas foram iniciadas. Em 2018, a ANEEL começou um processo de diálogo com a sociedade, que foi desenvolvido ao longo de 2019. Durante o ano de 2020, o Tribunal de Contas da União e o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) também se debruçaram sobre o tema, manifestando seus respectivos entendimentos; mas, ao fim, diante da importância do assunto, o Congresso Nacional abraçou a pauta como protagonista,

ampliando o debate na busca de uma solução. Tal medida ganhou maturidade com o Projeto de Lei (PL) nº 5.829, de 2019, de autoria do deputado federal Silas Câmara e relatoria do também deputado federal Lafayette de Andrada, que instituiu o marco legal da micro e minigeração distribuída.

Por fim, o orador comentou que, para auxiliar no processo, o Ministério de Minas e Energia (MME) apoiou o Parlamento para que se chegasse a um consenso em relação ao texto do PL, alinhado com as diretrizes do CNPE dispostas na Resolução nº 15, de 2020, as quais consolidam a visão a fim de se garantir um crescimento sustentável de GD, pois, por meio delas, será possível aumentar os investimentos e as novas tecnologias, gerar emprego e renda, aumentando a oferta de energia limpa e renovável, e reduzir a emissão de gases do efeito estufa.

Apresentação do sr. Rodrigo Daniel Mendes Fornari



Normativo para Geração Distribuída (GD)

Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012

- Permitiu ao **consumidor brasileiro gerar sua própria energia**, estabelecendo **condições gerais para o acesso à rede de energia elétrica** e criando **sistema de compensação** de energia elétrica.

Resolução Normativa ANEEL nº 687/2015

- Ampliou a capacidade** limite da microgeração ($\leq 75\text{kV}$) e minigeração ($> 75\text{kV}$ e $\leq 5\text{ MW}$), **aumentou o público alvo** e **alongou de 36 para 60 meses o prazo para compensação dos créditos**.



7

Modalidades de Geração Distribuída (GD)

Geração junto à carga

- Geração e consumo no mesmo local;
- 1 Unidade Consumidora;
- 1 Titular (CPF ou CNPJ);
- Créditos apenas para a UC local.

Autoconsumo remoto

- Geração e consumo locais diferentes;
- + de 1 Unidade Consumidora;
- 1 Titular (CPF ou CNPJ);
- Créditos divididos entre UCs do mesmo titular.

Múltiplas UCs

- Geração e consumo no mesmo local ou localidades diferentes;
- + de 1 Unidade Consumidora;
- Créditos divididos entre UCs do condomínio.

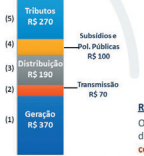
Geração Compartilhada

- Cooperativa ou Consórcio;
- Geração e consumo locais diferentes;
- + de 1 Unidade Consumidora;
- Créditos divididos entre UCs de acordo com Contrato firmado.

8

Composição da Conta de Energia Elétrica

Decomposição Simplificada de uma Conta de Luz de R\$ 1.000



- Tributos (27%) (ICMS, PIS/COFINS)
- Subsídios e Outras Políticas Públicas (10%)
- Distribuição (19%)
- Transmissão (7%)
- Geração de Energia (37%)

Regra Atual GD:
Os custos de utilização da rede (2 e 3) e o custo dos subsídios (4), **são repassados aos demais consumidores sem GD**.

11

Aprimoramentos das Normas

O processo de revisão do mecanismo de compensação de energia no Brasil estava sendo revisto pela **ANEEL em 2019**;

Com a evolução dos debates ao redor do tema, o **Tribunal de Contas da União** e o **Conselho Nacional de Política Energética** (Res. Nº 15/2020 – Diretrizes para GD) se manifestaram sobre a agenda principal;

Mas, diante da relevância das regras para a GD no Brasil, o **Legislativo** tornou-se o protagonista da solução.



12

Evolução da GD (MW)

Capacidade Instalada
6.475 MW

Expansão GD
Capacidade instalada (MW)



Ranking Estados
Capacidade instalada (MW)



A **Geração Distribuída** está baseada na fonte **Solar**, a qual tem **grande potencial no Brasil** (307 GWp), devido à elevada média de irradiação solar e às características topográficas e de temperatura.

Fonte: PDE 2030 da ANEEL

9

Projeção do PDE 2030 (MW)



Projeção do PDE 2030 (MW)

Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Instalada (MW)
6.475	7.904	7.925	9.983	12.558	15.877	16.682	18.303	20.302	22.452
24.544	24.544	24.544	24.544	24.544	24.544	24.544	24.544	24.544	24.544
35.800	35.800	35.800	35.800	35.800	35.800	35.800	35.800	35.800	35.800

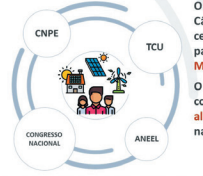
Fonte: PDE 2030

10

Aprimoramentos das Normas

O **Projeto de Lei nº 5829/2019** – Dep. Silas Câmara – Rel. Dep. Lafayette de Andrada centralizou o debate sobre as medidas para instituição do **Marco Legal da Microgeração e Minigeração Distribuída**;

O MME apoiou o **Parlamento** na consolidação da **solução de consenso**, alinhado às **Diretrizes do CNPE**, dispostas na **Resolução nº 15/2020**.



13

Diretrizes para Políticas Públicas de GD

- Acesso não discriminatório do consumidor às redes** das distribuidoras para fins de conexão de Geração Distribuída;
- Segurança jurídica e regulatória**, com prazos para a manutenção dos incentivos dos atuais consumidores que possuem Geração Distribuída;
- Alocação dos custos de uso da rede e dos encargos** previstos na legislação do Setor Elétrico, considerando os benefícios da Micro e Mini Geração Distribuída – MMGD;
- Transparência e previsibilidade** nos processos de elaboração, implementação e monitoramento da política pública, com definição de agenda e prazos de revisão das regras para a Geração Distribuída; e
- Gradualidade na transição das regras**, com estabelecimento de estágios intermediários para o aprimoramento das regras para Micro e Mini Geração Distribuída – MMGD.

14

Muito obrigado!

SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA | MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

RODRIGO DANIEL MENDES FORNARI
Diretor de Programa da Secretaria de Energia Elétrica
+55 61 2032-9925 | 5510
rodolfo.fornari@mme.gov.br

PÁTRIA AMADA BRASIL

15

O convidado iniciou com uma breve explicação do modelo de micro e mini-geração distribuída. O marco regulatório existe desde 2012, quando, a partir de uma iniciativa da ANEEL, foi estabelecida a Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012, criando um modelo chamado de sistema de compensação, que, internacionalmente, é conhecido como *net metering*. Nesse modelo, o consumidor instala sua própria geração, podendo instalar qualquer fonte renovável ou cogeração qualificada – a solar representa a maior parte. Existem dois limites de potência: para micro, que são aquelas pequenas, as menores, até 75 kW; e as maiores, até 5 MW, que são minigeração.

Segundo o expositor, esse modelo do sistema de compensação funciona como um modelo de troca, não é comercialização. Então, quando o consumidor instala a geração na casa dele, há um excedente quando gera mais do que consome. Essa energia vai para a rede da distribuidora e gera um crédito para ele, mas esse crédito não é comercializado, não é vendido, é utilizado para abater a própria fatura ao final do mês, quando se faz a medição líquida, ou também em meses subsequentes.

O convidado comentou que o modelo definido pela Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012 é exatamente o modelo que o Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, quer replicar e até postergar por alguns anos. Nesse modelo, quando o consumidor tem excedente de energia, injeta a energia na rede da distribuidora, passando a ter direito a um crédito para abater a fatura dele.

A respeito do método de cálculo do crédito, explicou que a tarifa tem vários componentes: custos de transmissão, de distribuição, os encargos setoriais, que são definidos por leis e decretos, e o próprio valor da energia. Então, nesse modelo, mesmo o consumidor injetando apenas energia, esse crédito é supervalorado por todos os componentes tarifários.

O convidado enfatizou que, na medida em que essa energia é supervalorada, deixa um custo que é repassado para outros consumidores que não têm esse tipo de geração própria. A perspectiva da ANEEL era que o modelo criado em 2012 fosse revisado em 2019, mas a agência não conseguiu fazer essa revisão, pois foi o momento em que surgiu o debate do projeto de lei. Então, a agência adotou a postura de esperar o avanço do debate no Legislativo para depois

avançar também na regulamentação. O convidado ressaltou que esse modelo foi criado para um estágio inicial e que esse estágio já passou.

Falou sobre as quatro modalidades nas quais quem instala sua própria geração pode utilizar essa energia excedente, como pode usar esses créditos para abater a fatura. Na própria unidade consumidora, tem-se o que se chama de GD junto à carga, geração distribuída instalada no mesmo local onde esse crédito vai ser abatido. Uma segunda modalidade, que é condomínio, podendo ser um condomínio residencial ou comercial, também é comum. A terceira modalidade, chamada de autoconsumo remoto, é quando uma unidade consumidora, uma residência, por exemplo, instala a geração na sua casa e aquele excedente, aquele crédito pode ser utilizado na própria casa ou em outras unidades, em outras casas do mesmo titular, dentro da mesma área de concessão, dentro da mesma distribuidora. Uma casa foi citada como exemplo, mas pode ser um comércio, uma indústria, qualquer tipo de unidade consumidora. E, por último, a quarta modalidade, intitulada de geração compartilhada, em que diferentes pessoas, físicas ou jurídicas, se unem para montar uma geração, e a energia excedente daquela geração é convertida em crédito para essas pessoas que se uniram. Essa união pode ser por meio de consórcio ou cooperativa. Então, cria-se uma cooperativa para poder gerar energia e os cooperados vão usufruir desses créditos.

Discorrendo sobre a situação atual, o convidado relatou a existência de 6,7 GW de potência instalada só no modelo da geração própria de micro e minigeração, basicamente de energia solar fotovoltaica, que corresponde a 97% do total, mas ressaltou que existem outras fontes renováveis: eólica, hidráulica, cogeração, biomassa. Sobre a distribuição das instalações de geração própria, informou que 40% dessas instalações de micro e minigeração são residenciais, 36% são comerciais, 14% estão em unidades rurais e 8% estão em unidades industriais, totalizando 98%. Os outros 2% estão divididos em outras classes: iluminação pública, poder público.

O convidado chamou a atenção para o grande crescimento da micro e minigeração nos últimos dois anos, passando de menos de 1 GW de potência instalada no início de 2019 para 6,7 GW em 2021. O comportamento atual mostra um crescimento exponencial.

Comentou sobre projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que faz o planejamento do setor, que indicam perspectivas de esse crescimento exponencial continuar, e também uma perspectiva de crescimento, mesmo se

o atual modelo, que é o modelo da resolução que a lei quer prorrogar, for revisado e se retirar o subsídio que há no modelo. Mesmo se essa revisão for feita, a EPE ainda espera crescimento acentuado, inclusive com cenários de 400% de crescimento em dez anos.

Ressaltou que, mesmo que o projeto de lei mantenha o modelo atual, é sempre importante estar atento aos reflexos negativos, principalmente os reflexos na tarifa dos outros consumidores. Ainda sobre o projeto de lei, ofereceu uma contribuição iniciando com o argumento de que a lei deveria se concentrar no modelo em si, no sistema de compensação, em definir o subsídio. A energia excedente que é injetada na rede é supervalorada hoje. Então, essa valoração deve ser objeto de lei. Esse é o subsídio em si, o foco da lei.

A respeito de subsídio, o convidado comentou que existe uma conta que é unificada para o setor elétrico inteiro, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que traz todos os outros subsídios do setor. Mas a CDE também é paga por todos os consumidores. Já há alguns anos, não há mais nenhum tipo de recurso da União. Então, é o próprio setor elétrico e os próprios consumidores que sustentam, na tarifa de energia elétrica, toda a política pública, todos os subsídios hoje existentes na tarifa. Segundo o expositor, as regras de transição também deveriam ser objeto do projeto de lei.

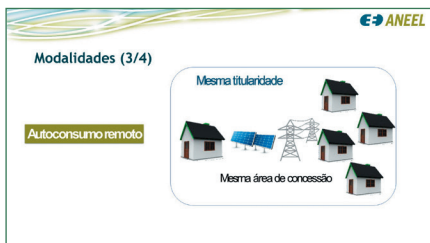
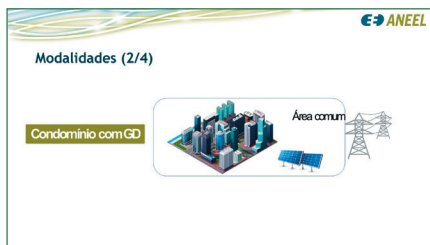
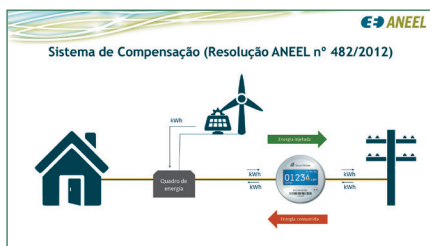
Ainda a título de contribuição para o projeto de lei, comentou que o público elegível e as formas associativas permitidas também deveriam ser objeto da lei, bem como as modalidades de cooperativa e consórcio.

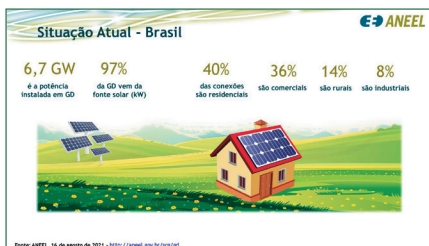
Frisou que o projeto de lei é um pouco grande, adentrando em alguns itens que, a princípio, poderiam ser tratados pela própria ANEEL na regulamentação. Ressaltou que a agência tem corpo técnico, tem atuação específica e própria para isso. Então, regras operacionais e detalhes sobre o modelo poderiam ficar na própria resolução da ANEEL, seguindo o processo de participação pública, o processo de transparência, que a ANEEL sempre adota para todo tipo de ato que publica, seguindo a lei decorrente da aprovação do projeto de lei mencionado.

Por fim, ressaltou a necessidade de dar atenção à participação dos consumidores nas discussões do projeto de lei. Mencionou que existe o posicionamento da Associação Brasileira de Grandes Consumidores; do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica (CONACEN); e da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE). Essas entidades fazem algumas críticas à supervaloração da

energia, ao subsídio que existe no modelo atual e que tem sido objeto também do projeto de lei. Além dessas entidades, citou a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) como parte interessada nas discussões sobre o projeto de lei.

Apresentação do sr. Hugo Lamin





O que deveria ser objeto de Lei e o que deveria ser regulamentado pela ANEEL?

Lei	ANEEL
a) O Sistema de Compensação - definição do subsídio (componentes de custo da tarifa que os consumidores com GD podem compensar, além dos componentes de custo de energia); - fonte do subsídio e prazo para sua aplicação - regras de transição (novos sistemas e sistemas existentes)	- Operacionalização da regra de compensação de energia definida em Lei - Definição das regras de faturamento de demanda (R\$/kW) - Procedimentos e regras envolvendo o acesso de micro e minigeração distribuída ao sistema de distribuição
b) Público elegível e formas associativas permitidas - beneficiários do subsídio (usuários e fontes geradoras) - modalidades associativas (ex.: consórcio, cooperativa)	

Posicionamento de consumidores:

ANACE, IDEC, ABRACE, CONACEN

Repassar os subsídios de GD não é "passar o sorvete". É justamente o contrário: é pagar de cobrar uma "taxa do sol" da imensa maioria de consumidores que não tem painéis solares, mas paga para que uma minoria economize.

Assine cartum publicado

ABDI

Abdi: "Ocorre que, hoje, a regulação vigente permite um subsídio causado em benefício do 'prossociado' (produtor/consumidor) e com pagamento realizado exclusivamente pelos consumidores que não possuem acesso distribuído, fato que se perpetua na redação atual do PL 5.829/2019"

Peça entregue ao Presidente da Câmara dos Deputados



Guilherme Susteras, coordenador do Grupo de Trabalho de Geração Distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR)

Inicialmente, o convidado disse que o objetivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica é representar e promover o setor no Brasil e no exterior. Relatou que a associação tem acompanhado muito proximamente o avanço do mercado, ajudando a desenvolvê-lo, sendo um ponto de encontro de debate. Informou que a entidade já atua em todo o território nacional, contando com a participação de empresas nacionais e internacionais no quadro associativo.

O expositor falou a respeito da crise hídrica atual, que tem repercussões importantíssimas no setor de energia elétrica, que, por sua vez, tem reflexos relevantes na economia e na vida de todas as pessoas. Afirmou que é impossí-

vel dizer se a crise hídrica é um ciclo natural que vai passar ou se isso já é um reflexo das mudanças climáticas que ocorrem no planeta.

Comentando a pergunta de uma telespectadora a respeito do acesso à energia renovável para todos, o convidado argumentou que a energia solar talvez seja a forma mais democrática de acesso à energia renovável que existe no planeta e seguramente no Brasil. Referindo-se à fonte solar fotovoltaica, afirmou que é a única capaz de dar uma rápida resposta. Qualquer fonte de geração de energia elétrica requer um, dois, às vezes, cinco anos para se concretizar entre projeto e execução. A instalação de painéis fotovoltaicos nos telhados das casas ou das empresas pode ser feita em questões de semanas.

O convidado frisou que 90% dos brasileiros querem gerar sua própria energia, 79% gostariam de instalar se tivessem acesso a financiamento e 75% das empresas enxergam o financiamento como o maior gargalo do mercado. Sobre a questão do financiamento, respondendo a uma telespectadora que perguntou sobre a possibilidade de o BNDES apoiar microempresas e empresas de pequeno porte, informou que já se passaram três ou quatro anos de pesquisa dos consumidores, e esse mercado de financiamento se desenvolveu bastante, tanto nos bancos de desenvolvimento públicos quanto em iniciativas privadas, em bancos privados, em cooperativas de crédito e em *fintechs*. Então, já existe uma série de modalidades que permitem que consumidores de todos os perfis, inclusive os das classes C e D, possam acessar essa fonte de energia limpa.

Alguns telespectadores perguntaram sobre a viabilidade de acesso para pessoas de baixa renda e se isso é uma questão de política pública ou privada. A resposta do convidado foi que, com uma boa política pública, é possível desenvolver esse mercado integralmente com capital privado, ou seja, existe a possibilidade de se desenvolver o mercado como ele é hoje, integralmente financiado com capital privado. Se, de um lado, 85% dos brasileiros gostariam de ver mais investimentos públicos em energias renováveis, de outro, a resposta da associação é que é possível que esse investimento aconteça de forma integralmente privada.

A respeito do potencial do Brasil em fontes renováveis de energia, o convidado mencionou que o país ocupa o terceiro lugar no uso de fontes renováveis, o segundo em hidrelétrica, o terceiro em biomassa, o oitavo em eólica, mas apenas o décimo sexto lugar em energia solar, ficando atrás de países menores, como, por exemplo, o Vietnã. Comentou que se costuma dizer entre as pessoas

do setor de energia solar que a área de pior incidência de raios solares do Brasil é melhor do que a melhor área da Europa. No entanto, muitos países europeus estão na frente. Afirmou que existe um espaço enorme de desenvolvimento no mercado brasileiro de energia solar fotovoltaica, de forma bastante democrática, especialmente a partir da geração distribuída, da geração própria de energia.

O convidado destacou que a geração solar é extremamente versátil, sendo possível instalar sistemas muito pequenos, com um ou dois painéis solares em telhados de habitações populares, até telhados públicos, como é o exemplo do Ministério de Minas e Energia.

Também comentou sobre a expansão da geração de energia fotovoltaica no setor rural, que já responde por 14% da geração desse tipo de energia no País e que vem crescendo de forma bastante consistente. Explicou que há três fatores importantes para explicar esse comportamento. O primeiro é o custo da energia. O segundo está relacionado ao suporte técnico, pois, muitas vezes, essas propriedades rurais estão no fim da linha de distribuição, e essa instalação consegue melhorar o perfil técnico de tensão da rede. Por fim, o agronegócio, por ser muito exportador, busca um selo de sustentabilidade dos produtos agrícolas produzidos no Brasil para atender às exigências dos mercados adquirentes dos nossos produtos agrícolas, e isso também é possível com o uso desse tipo de energia renovável.

Disse que é esperada uma grande expansão da instalação de painéis solares em telhados de estacionamento por conta da eletrificação das frotas. A possibilidade de se produzir energia exatamente no local onde o carro está estacionado facilita muito a adoção dessa tecnologia pelos consumidores.

A respeito das modalidades de geração distribuída, destacou a geração compartilhada, que considera a mais democrática de todas, pois abre a possibilidade de os consumidores que não têm imóvel próprio ou moram em apartamento, ou não têm capital próprio para investir, se juntarem numa comunidade por meio de uma cooperativa, de um consórcio ou de outras formas que o Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, prevê.

Segundo o convidado, isso significa que, se só 25% dos brasileiros poderiam ter acesso à energia solar por terem seus próprios telhados aptos a receber a instalação, com essa modalidade da geração compartilhada, 75% que não eram atendidos antes podem passar a ser atendidos. Ressaltou que esse é um mercado ainda nascente, e um dos fatores importantes é a política da tributação estadual, que é um tema que

o setor de geração própria precisa discutir junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e às secretarias de Fazenda dos estados de todo o Brasil.

Com relação ao subsídio existente no sistema atual, o convidado destacou que esse é o principal ponto de discussão e debate a que a ABSOLAR propõe trazer uma luz. Parte-se do pressuposto de que, quando um consumidor com geração própria deixa de pagar uma parte da sua conta para a distribuidora, existe uma conta a pagar pelos demais consumidores, o que, numa primeira análise, parece fazer sentido. Entretanto, o que a ABSOLAR demonstrou, de forma bastante detalhada nos debates em que a entidade participa, é que, quando a geração solar distribuída ou de todas as fontes é colocada em operação, ela traz uma série de benefícios que podem ser quantificados e que, infelizmente, não o foram pela ANEEL e pelo Ministério nas análises anteriores.

Segundo o expositor, este é um avanço importante que o projeto de lei traz: o Conselho Nacional de Política Energética vai determinar a forma de fazer este chamado encontro de contas, mas, segundo as contas feitas na ABSOLAR, considerando a redução do uso das termoeletricas, que resultam normalmente na bandeira vermelha dos consumidores, isso implicaria redução das perdas. Frisou que isso é muito evidente, porque a geração de energia ocorre junto ao seu lugar de consumo e não a grande distância. As contas apresentadas de forma bastante detalhada, em nome do debate, mostram que a conta dos consumidores de energia que não têm geração distribuída seria reduzida em mais de 3%. Então, ao invés de aumentarem, as contas diminuem, porque justamente esses benefícios são reais, mensuráveis, quantificáveis, e é este o número que faltou apresentar nos debates anteriores, pela ANEEL e pelo Ministério, e que a ABSOLAR, de forma muito construtiva, trouxe ao longo desse debate e que está à disposição.

Outro aspecto da geração distribuída que o convidado considera muito importante é que existe uma correlação elevadíssima entre irradiação solar e a necessidade de melhora do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As regiões onde mais há possibilidade de se investir em energia solar distribuída são as regiões que mais tendem a se beneficiar da geração de emprego e renda. Conforme discorreu, quando o consumidor instala um painel solar no seu telhado, ele contrata o engenheiro e o eletricitista daquela região e compra o equipamento numa loja de material de construção da região, incentivando a economia local. A verba que o consumidor deixa de pagar na distribuidora, e que vai gerar economia na conta de energia dele e dos seus vizinhos, vai se

transformar em consumo de produtos e serviços ali na região, de forma muito distribuída. Então, é uma forma extremamente eficaz de se desenvolver regionalmente a economia.

A respeito das discussões sobre o Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, o convidado lembrou que mais de 35 entidades de classes são signatárias de um apoio ao projeto de lei: desde a Proteste, que é uma associação de defesa dos consumidores, passando pelo Conselho Federal de Engenharia, pela Confederação Nacional da Agricultura, pela Confederação Nacional do Comércio, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Ou seja, todas as entidades que realmente representam não os interesses do *status quo* da indústria, mas, sim, os verdadeiros consumidores de energia, que viram as contas e viram que a geração distribuída de energia é capaz de reduzir a conta de todos, apoiam o texto.

Apresentação do sr. Guilherme Susteras

ABSOLAR
Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica

Projeto de Lei nº 5.829/2019

Marco Legal da Geração Distribuída Renovável

Guilherme Susteras
Coordenador da U.G. de Geração Distribuída

Audiência Pública
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
São Paulo (SP) | 16/08/2021

Nosso trabalho

- Representar e promover o setor solar fotovoltaico no País e no exterior.
- Acompanhar o avanço do mercado solar fotovoltaico no Brasil.
- Servir de ponto de encontro e debate para o setor.

- ✓ Atuação nos 26 estados + DF.
- ✓ Empresas nacionais e internacionais.

ABSOLAR Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica

Crise hídrica no Brasil

ECONOMIA

Crise hídrica: governo poderá acionar mais usinas termelétricas sem contrato

ECONOMIA

Com baixo nível de reservatórios, Aneel decide que conta de luz ficará mais cara em junho

GOVERNO

Acionamento de termelétricas contra crise hídrica terão custo adicional de R\$ 9 bilhões, diz Aneel

MP do racionamento visa dar segurança jurídica ao governo, diz Lira

ABSOLAR Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica

Opinião e percepção da população

O que os brasileiros pensam sobre a energia solar fotovoltaica?

- 90%** dos brasileiros quer gerar energia renovável em casa. (Fonte: Ibope Inteligência, 2005)
- 79%** dos brasileiros quer instalar energia solar fotovoltaica em casa se tiver acesso a financiamento competitivo. (Fonte: Datafolha, 2016)
- 85%** dos brasileiros apoiam mais investimentos públicos em energias renováveis. (Fonte: Datafolha, 2015)
- 75%** das empresas do setor solar fotovoltaico veem o financiamento como o maior gargalo de mercado. (Fonte: ABSOLAR, 2015)

ABSOLAR Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica

O mercado de energias renováveis no mundo

- O Brasil **líder** nas fontes hidrelétrica, biomassa e eólica, mas **está atrasado** na fonte solar fotovoltaica.



Fonte: REN21, 2021 | REN21, 2020, adaptado pela ABSOLAR.

Aplicações da GDFV



Edifício comercial do segmento farmacêutico, Ribeirão Preto (SP).



Sistema flutuante em água hidroelétrica, Sobradinho (BA).

Ciarabola solar fotovoltaica em edifício comercial bancário, São Paulo (SP).

Aplicações da GDFV



Habitação popular do Projeto Casa Solar, área Teresina de Goiás (GO).



Sabedoria do edifício público, sede do ANE, Brasília (DF).



Sistema rural, Morro Agudo (SP).

Aplicações da GDFV



Sistema industrial, Várzea Alegre (RS).



Sistema em condomínio residencial, Belo Horizonte (MG).

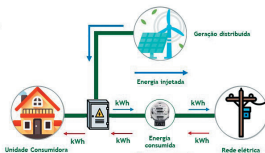


Cobertura de estacionamento, Serra Capi do Sul (RS).

Micro e minigeração distribuída

ANEEL - REN 482/2012 - Sistema de compensação de energia elétrica (SCEE)

- Medição líquida (net-metering):** inspirado em modelo internacional de sucesso.
- Modalidades de compensação:** geração junto à carga, autoconsumo remoto, empreendimento com múltiplas unidades consumidoras (EAUCs) e geração compartilhada.



Geração distribuída solar PV

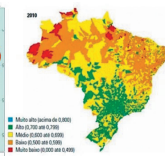
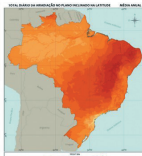
AGD beneficia toda a sociedade? Sim!

- Energia gerada junto ao próximo ao consumo:
 - Economiza água das hidrelétricas.
 - Reduz uso das termelétricas.
 - Evita uso das redes de transmissão (mais de 4,5 milhões de km de redes).
 - Alivia redes de distribuição.
 - Posterga novos investimentos em geração, transmissão e distribuição.
 - Reduz perdas elétricas.
- Estes benefícios da GD são compartilhados com **TODOs** os consumidores, reduzindo as suas tarifas.
- A GD não é remunerada por estes benefícios, só compensa sua energia.



Recurso solar e IDH

A energia solar fotovoltaica contribui para a atração de investimentos, geração de empregos e oportunidades de negócios em regiões do Brasil com baixo IDH*.



Fonte: INEP, Atlas do Desenvolvimento Humano. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010.

PL nº 5.829/2019

11/08/2021 - Acordo histórico do Marco Legal da GD



Ministério de Minas e Energia
 11/08/2021
 A proposta foi entregue ao Brasil do PL 5.829/2019 e o Senado aprovou o projeto de lei. A medida tem o potencial de estimular a Geração Distribuída, gerar milhares de empregos e beneficiar os consumidores. Geração e Distribuição.



Nossos associados



Nossos associados



Nossos associados



Nossos associados



Nossos associados



Nossos associados



Nossos associados



Nossos associados



[illegible]

Muito obrigado pela atenção!

Agradecimentos especiais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
e ao Senador Fernando Collor pelo convite!

de energia até os equipamentos para geração. Dentre esses grupos está o Grupo de Sistemas Fotovoltaicos.

Criado em 2011, o Grupo de Sistemas Fotovoltaicos é um dos mais novos da entidade e reúne os fabricantes instalados no Brasil de módulos ou painéis fotovoltaicos, inversores, baterias, toda a parte de estruturas de cabos, todos os equipamentos de proteção para o sistema fotovoltaico. O convidado informou que, em 2012, a entidade realizou o primeiro estudo para inserção da solução fotovoltaica na matriz elétrica brasileira e que o grupo atua fortemente no desenvolvimento da cadeia produtiva dos sistemas fotovoltaicos no Brasil.

A respeito do marco legal para geração própria, o convidado ressaltou que são princípios fundamentais para a introdução de uma nova tecnologia: a previsibilidade e as diversas formas de se estimular o investimento. Também destacou a necessidade de coerência com as demais políticas implementadas no País e de uma estratégia clara e objetiva.

Em relação aos projetos propostos sobre a questão – seja o Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, seja o Projeto de Lei nº 2.215, de 2020 –, a entidade defende que o resultado dessa discussão possa garantir os direitos adquiridos de quem optou pelas diversas soluções, que sejam assegurados os benefícios necessários para viabilizar essa nova tecnologia, mas que esse benefício seja por um tempo determinado, e só por esse tempo. Também frisou a importância da modicidade tarifária.

O convidado enfatizou a necessidade de se ter estabilidade regulatória e de que a política para o setor tenha um efeito na cadeia de fornecedores. Comentou que, no caso da geração distribuída, não houve efeitos na cadeia de fornecedores. Não houve uma coordenação com outras políticas industriais, como ocorreu com outras ações, como, por exemplo, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que foi adotado no começo deste século e que fomentou algumas cadeias produtivas da parte de geração – biomassa, pequenas centrais hidrelétricas e energia eólica –, resultado de uma coordenação com a política industrial. Já na execução dessa política atual de geração distribuída, houve bastante foco no fotovoltaico, com um incentivo no sentido inverso do que seria desejado para a cadeia produtiva.

Disse que, recentemente, ocorreram ações que desestimularam a produção no País e acabaram incentivando a importação de equipamentos. Como

exemplo dessas ações, citou a concessão de Ex-Tarifário, para zerar o imposto de importação de módulos em inversores de sistemas completos; a mudança de regulamentação do BNDES, permitindo o financiamento do banco para equipamentos importados; e a regulamentação do sistema fotovoltaico. A regulamentação feita pelo INMETRO exige uma certificação, mas, segundo o convidado, essa certificação foi constantemente burlada pelos importadores, pois existem alguns limites de equipamentos definidos pelo INMETRO e foi adotada a praxe de especificar um equipamento fora desse limite exigido, mesmo sabendo que o equipamento necessário não seria esse, mas simplesmente para fugir das exigências da certificação do INMETRO.

O convidado citou como exemplo os equipamentos que compõem a solução fotovoltaica, mostrando que, no caso dos módulos, apesar do grande crescimento nos últimos anos, a parcela atendida pela indústria brasileira foi sempre muito pequena. Informou que foram implantadas algumas fábricas no Brasil em 2016. Em 2017, os fabricantes locais conseguiram atender 29% do mercado nacional. No entanto, nos anos seguintes, os fabricantes locais perderam competitividade em função de subsídios que foram dados nos países asiáticos aos produtores dos módulos. No corrente ano, de janeiro a julho, a importação de módulos fotovoltaicos atingiu mais de US\$ 1,15 bilhão, podendo chegar a US\$ 2 bilhões no final do ano.

Chamou a atenção para o fato de que esses módulos não pagam praticamente imposto nenhum no Brasil, uma vez que IPI e ICMS estão zerados, o PIS/COFINS, quando se trata de projetos autorizados com o benefício do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura (REIDI), é zerado, e o Ex-Tarifário zerou o imposto de importação.

Comentou que os módulos fotovoltaicos, na sua grande maioria, são módulos com a tecnologia do silício metálico, e o silício metálico é produzido a partir do silício natural, exportado pelo Brasil a US\$ 2 o quilo. As células beneficiadas, fabricadas com esse silício, são importadas a US\$ 20 o quilo. O mesmo silício, quando usado para produzir chip de computador, custa o equivalente a US\$ 7 mil o quilo. Ou seja, o Brasil está exportando a matéria-prima, que não tem valor agregado, e importando os produtos com alto valor agregado.

O convidado lembrou que a geração fotovoltaica é um mercado em expansão. O País tem alto potencial, porque tem dimensões continentais e precisa ainda gerar muita energia elétrica para atender sua população. O Brasil tem tradição

de uso de fontes renováveis e conta com um programa que poderia beneficiar os fabricantes nacionais, que é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (PADIS).

Tendo em vista esse cenário, o convidado questionou o motivo pelo qual o País não tem conseguido desenvolver não só a instalação desses sistemas fotovoltaicos mas também a indústria na cadeia produtiva. Segundo o orador, a resposta é que os países exportadores desses equipamentos – basicamente a China, que é o maior exportador – têm subsídios na sua produção, subsídios esses que já foram identificados por outros países. Por exemplo, os Estados Unidos, há dois anos, impuseram uma tarifa de importação de 30% para os produtos da China, e a Índia, uma tarifa de 20%. Já o Brasil tem o regime Ex-Tarifário, que concedeu o benefício de zerar o imposto de importação, na contramão do que o mundo está fazendo, e, como já citado, a certificação do INMETRO é exigida, mas ela ou é descumprida ou é burlada pela importação.

O PADIS, que é um programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria de semicondutores, criado por meio da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, tem vigência até o fim deste ano e reduz a zero os impostos federais sobre os produtos e os insumos de toda a cadeia de semicondutores, entre elas os módulos e as células, desde que os fabricantes assim beneficiados façam um investimento em P&D equivalente a 5% do seu faturamento bruto. Dessa forma, o Brasil ganha duas vezes: ganha competitividade nos produtos fabricados e há um investimento rotineiro em pesquisa e desenvolvimento.

Citando um exemplo da situação dos módulos, o convidado comparou a situação do módulo importado, que tem uma alíquota de imposto de importação nominal de 12% – mas que, na prática, a alíquota tem sido zero, por causa do regime Ex-Tarifário – e do módulo nacional, que é composto por vários subsistemas ou insumos. Por exemplo, a moldura de alumínio, vidro, encapsulante, a própria célula, a caixa de junção e o *backsheet*, todos eles com imposto de importação, a maioria com IPI, todos com COFINS e ICMS, ou seja, um módulo nacional, para produzir o mesmo equipamento que é importado, tem uma carga tributária interna de 28%, e o produto externo, não.

O convidado falou sobre a existência de fabricantes de módulos fotovoltaicos instalados no Brasil. Informou que, neste ano, já foram importados 25 milhões de módulos, enquanto a capacidade dos fabricantes locais era de 3,5 milhões. Enfatizou que essa era a capacidade porque, desde 1º de julho, um dos grandes

fabricantes desativou sua unidade, em função de não conseguir mais resistir à concorrência dos produtos importados, e que a capacidade atual de produzir módulos é de 2,5 milhões de unidades. Ou seja, isso representa 10% do que foi importado neste período do ano, e seria desejável ampliar a capacidade de produção local. Entre os fabricantes nacionais, citou algumas empresas, como a Pure Energy, com unidade de produção instalada no Nordeste, em Maceió, e a Balfar, instalada no Paraná.

Segundo o orador, para garantir que essas empresas consigam sobreviver, é preciso que outras tantas venham a se instalar, não só para produzir módulos, mas também inversores, estruturas, inclusive baterias, visto que um dos futuros da energia fotovoltaica não é só permanecer no *net metering*, ou no sistema de compensação, mas é também armazenar energia para uso posterior ou para uso nos veículos elétricos.

Por fim, o convidado afirmou que dois aperfeiçoamentos da legislação precisam ser feitos urgentemente: a eliminação do regime Ex-Tarifário, que permite a importação de produtos que são fabricados no Brasil; e a aprovação de uma nova lei do PADIS, estendendo os benefícios do programa e o adequando para a produção dos módulos fotovoltaicos, porque a lei hoje não contempla todos os insumos.

Apresentação do sr. Roberto Barbieri

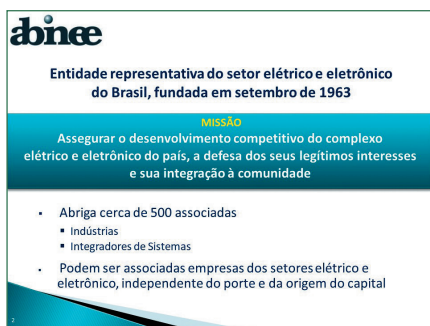


abinee
Associação Brasileira da Indústria
Elétrica e Eletrônica

**Audiência pública: Energia e desenvolvimento regional:
proposta de marco legal para a geração de energia própria**

Visão ABINEE

16 de Agosto de 2021



abinee

Entidade representativa do setor elétrico e eletrônico
do Brasil, fundada em setembro de 1963

MISSÃO
Assegurar o desenvolvimento competitivo do complexo
elétrico e eletrônico do país, a defesa dos seus legítimos interesses
e sua integração à comunidade

- Abriga cerca de 500 associadas
 - Indústrias
 - Integradores de Sistemas
- Podem ser associadas empresas dos setores elétrico e eletrônico, independente do porte e da origem do capital

Áreas Setoriais

- Automação Industrial
- Componentes Elétricos e Eletrônicos
- Dispositivos Móveis de Comunicação
- Equipamentos de Segurança Eletrônica
- Equipamentos Industriais
- **Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica**
- Informática
- Material Elétrico de Instalação
- Serviço de Manufatura em Eletrônica
- Telecomunicações
- Utilidades Domésticas

Área de Geração, Transmissão e Distribuição

- Barramentos para eletricidade
- Capacitores
- Chaves Seccionadoras e Equipamentos de Proteção
- Disjuntores e Contatores de Média Tensão
- Ferragens e Conectores para Eletricidade
- Grupos Eletrogêneos
- Isoladores para Eletricidade
- Medidores para Eletricidade
- Painéis Elétricos
- Redes Inteligentes
- **Sistemas Fotovoltaicos**
- Transformadores
- Turbogeneradores e Hidrogeradores

GS Sistemas Fotovoltaicos

- Criado em Janeiro de 2011
- **Reúne fabricantes:**
 - Módulos/painéis fotovoltaicos
 - Inversores
 - Baterias
 - Estruturas e cabos
 - Equipamentos de proteção
- Primeiro estudo para criação do mercado de soluções fotovoltaicas, em 2012
- Atua fortemente para o desenvolvimento da cadeia produtiva no país



Proposta de marco legal para a geração de energia própria

Princípios fundamentais para a introdução de uma nova tecnologia

- Previsibilidade
- Investimento, não custo
- Coerência com demais políticas
- Estratégia clara e objetiva

Propostas contidas nos PL 5829/2019 e PL 2215/2020

Importante garantir

- Direitos adquiridos
- Benefícios pelo tempo necessário para desenvolvimento do mercado. Só esse tempo
- Modicidade tarifária
- Estabilidade regulatória
- Efeito na cadeia de fornecedores

Efeitos na cadeia de Fornecedores

- Não houve coordenação com políticas industriais
- Incentivo foi no sentido inverso, ou seja, houve incentivo para importar equipamentos e soluções
- Exemplos são:
 - Concessão de Ex para importação de módulos, inversores e sistemas completos
 - Financiamento BNDES para equipamentos importados
 - Regulamentação Inmetro burlada

Efeitos na cadeia de Fornecedores

Importação dos módulos/painéis

	2013	2014	2015	2016	2017
Valor (US\$)	16.918.641,00	14.813.774,00	42.694.773,00	255.734.349,00	349.684.565,00
Quantidade (pc)	118.852	167.211	318.450	1.900.649	3.984.261
Participação Nacional	2%	1%	3%	6%	29%

	2018	2019	2020	2021 (jan a Jul)
Valor (US\$)	578.930.892,00	1.009.971.000,00	1.026.225.419,00	1.150.119.388,00
Quantidade (pc)	6.629.571	18.274.217	24.472.073	25.377.532
Participação Nacional	11%	2%	3%	2%

Situação da indústria de soluções fotovoltaicas

Pontos positivos

- ▮ Brasil é grande produtor de silício metálico (exportamos o silício a US\$2,0/kg e importamos células fotovoltaicas a US\$7.000/kg);
- ▮ Mercado em expansão;
- ▮ Dimensões continentais do país tornam todas as fontes de geração de energia necessárias;
- ▮ País tem tradição no uso de fontes renováveis e ampliará sua utilização;
- ▮ PADIS abrange módulos/painéis.

Situação da indústria de soluções fotovoltaicas

Pontos negativos

- Subsídios da China para a exportação de módulos (EUA impuseram tarifa de 30% e Índia, tarifa de 20%);
- “Ex”, no Brasil, para a importação dos módulos de inversores está gerando emprego na China e destruindo a indústria instalada no Brasil;
- Certificação Inmetro é exigida, importados não cumprem e não são alcançados pela fiscalização/regulamentação;

11

PADIS – O que é

- Programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria de semicondutores, Lei 11.484/2007, vigente até 31/12/2021;
- Redução a zero os impostos federais sobre os produtos e seus insumos, de uma relação de produtos com tecnologia de semicondutores;
- Beneficiários devem investir 5% do faturamento bruto em P&D;

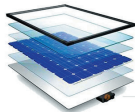
12

TOTAL IMPOSTOS NOS COMPONENTES FABRICADOS BRASIL

MÓDULO IMPORTADO: 12% (0% EX)



MÓDULO NACIONAL : 28%



	LI	IP	PIS/Cofins	ICMS
MOLDURA DE ALUMÍNIO:	16%	0%	11,75%	18%
VIDRO ESPECIAL:	12%	10%	11,75%	18%
ENCAPSULANTE – EVA:	16%	15%	11,75%	18%
CÉLULAS FOTOVOLTAICAS:	0%	0%	11,75%	0%
BACKSHEET:	16%	15%	11,75%	18%
CAIXA DE JUNÇÃO:	16%	15%	11,75%	18%
	15%	11,75%	18%	

Nacional paga 28% de impostos nos insumos Enquanto importado paga 0% (COM REIDI) ou 11,75% (que vira crédito SEM REIDI).

13

Situação dos Fabricantes de Módulos/Painéis

Empresa	Capacidade instalada / Ano (em MW)	Capacidade instalada / Ano (em módulos)	Empregos diretos	Empregos indiretos	Investimento total (R\$ milhões)
Balfar Solar	120	375.000	150	600	40,0
BYD	250	787.500	600	1.500	150,0
Canadian / Flex	310	792.000	600	2.000	100,0
Globo Brasil	180	567.000	250	400	38,0
Pure Energy	310	976.500	600	5.000	150,0
Total Brasil	1170	3.498.000	2200	9.500	478,0

14

Situação dos Fabricantes de Módulos/Painéis

Empresa	Capacidade instalada / Ano (em MW)	Capacidade instalada / Ano (em módulos)	Empregos diretos	Empregos indiretos	Investimento total (R\$ milhões)
Balfar Solar	120	375.000	150	600	40,0
BYD	250	787.500	600	1.500	150,0
Canadian / Flex	Desativada em 01 de Julho de 2021				
Globo Brasil	180	567.000	250	400	38,0
Pure Energy	310	976.500	600	5.000	150,0
Total Brasil	870	2.606.000	1600	7.500	

15

Situação da indústria de módulos fotovoltaicos

Aperfeiçoamentos urgentes

- Eliminação dos “Ex” relativos à módulos/painéis fotovoltaicos
- Aprovação, até o fim deste ano, de Projeto de Lei (novo Padis) com a extensão do Programa e adequação dos insumos para o setor fotovoltaico

16



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

8ª MESA - 23/8/2021

I - IDENTIFICAÇÃO

8ª Mesa do 1º Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional

Finalidade: discutir o tema “Hidrovias e desenvolvimento regional: O desafio da integração multimodal de transportes no Brasil”.

II - PARTICIPANTES

1. **Tiago Pontes**, secretário nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, representando o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR);
2. **Dino Antunes Batista**, diretor de Navegação e Hidrovias da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, representando o Ministério da Infraestrutura (MINFRA);
3. **Karoline Brasileiro Quirino Lemos**, diretora de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); e
4. **Adalberto Tokarski**, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).



III – RELATO DA EXPOSIÇÃO DOS CONVIDADOS

Tiago Pontes, secretário nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, representando o Ministério do Desenvolvimento Regional

O convidado explicou que o Ministério do Desenvolvimento Regional é responsável pelo multimodal de transportes urbanos, enquanto a área de logística de transporte está mais a cargo do Ministério de Infraestrutura e do DNIT.

Ressaltou que o Ministério reconhece a importância do transporte fluvial nas cidades onde cabe esse tipo de deslocamento, pois se trata de uma forma de facilitar a mobilidade urbana, principalmente nos grandes centros.

Dito isso, colocou-se à disposição para ampliar essa discussão.

Dino Antunes Batista, diretor de Navegação e Hidrovias da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, representando o Ministério da Infraestrutura

Primeiramente, o convidado comentou que, apesar de haver muita solicitação por parte da sociedade para que se desenvolva a navegação interior, no momento da

disputa orçamentária, o incentivo é para que se continue investindo no transporte rodoviário. Assim, apontou que é necessário que a sociedade cobre seus representantes políticos para que seja dada prioridade orçamentária para o transporte fluvial. Segundo ele, o orçamento que a Diretoria Aquaviária do DNIT tem para fazer frente a grandes obras para desenvolvimento das hidrovias brasileiras é muito pequeno, quando comparado ao dos setores rodoviário e ferroviário.

Informou que as duas maiores obras do setor hidroviário existentes atualmente no Brasil são dois derrocamentos (retiradas de rochas): o derrocamento do Pedral do Lourenço no rio Tocantins, próximo da eclusa de Tucuruí; e o derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava, também próximo da eclusa, na hidrelétrica de mesmo nome. Somadas, ambas correspondem a uma obra de R\$ 1 bilhão, sendo que, até então, não havia perspectiva de conseguir orçamento para fazer frente às duas obras.

Relatou que o antigo Ministério dos Transportes tinha setores que trabalhavam a navegação interior, mas sem muito foco. Por outro lado, no novo Ministério da Infraestrutura, foi criado o Departamento de Navegação e Hidrovias, cujo objetivo é realmente dar foco às políticas de navegação no País.

Segundo destacou, a primeira missão do departamento foi com relação à navegação de cabotagem. Nesse sentido, foi desenvolvido o projeto BR do Mar, que se encontra no Senado para apreciação. A segunda missão, na qual estão trabalhando desde o início de 2021, diz respeito à navegação interior. Esclareceu que o projeto ainda não tem nome, mas se referem a ele como BR dos Rios.

Sublinhou que as hidrovias diferem muito entre si. Na hidrovia Tietê-Paraná, por exemplo, praticamente não há dificuldades burocráticas, apenas um conflito com o setor elétrico; na hidrovia do rio Madeira há necessidade de dragagens anuais para fazer a perenização do transporte. Explicou que, nesse cenário, ao longo do ano foram realizadas dezenas de reuniões com todos os envolvidos na navegação interior – empresas de navegação, usuários, associações, sindicatos, Marinha – para pensar as políticas públicas que poderiam ser implementadas.

Conforme o expositor, o primeiro ponto a ser trabalhado é o fato de não existir uma instituição que represente os que vivem da hidrovia. Assim, a proposta é ter uma espécie de comitê para cada hidrovia, diferente dos comitês das bacias hidrográficas. Na hidrovia há empresas que navegam, que utilizam os embarcadouros e que precisam ser representadas em fóruns como o do orçamento público e o da Agência Nacional de Águas (ANA). Pontuou que já

houve momentos em que as administrações hidroviárias tentaram suprir essa demanda, mas o problema nunca foi resolvido.

O convidado frisou que outro ponto que está sendo trabalhado diz respeito às burocracias, tanto operacionais quanto para realização de obras. Explicou que a ideia é trazer a mesma experiência existente no setor portuário, onde desde 2019 voltou a funcionar o CONAPORTOS, uma instituição que agrega todos os órgãos intervenientes numa operação portuária e que busca trabalhar as burocracias, articular os procedimentos e reduzir os custos na operação portuária. A ideia tem sido chamada de CONAHIDRO (Comitê Nacional de Hidrovias) e deve congrega todas as instituições envolvidas na operação hidroviária para se trabalharem, de maneira geral, as burocracias envolvidas, incluindo a ambiental. Também entendeu fundamental que seja regulamentada a Lei das Eclusas.

Em seguida, discorreu sobre os investimentos necessários. Chamou a atenção para o Plano Nacional de Logística (PNL), um instrumento de logística nacional que está em construção desde 2012. Com a criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), foi iniciado um trabalho de retomada do planejamento setorial no setor de logística e houve um avanço grande em 2021. Anunciou que em breve deve ser publicado o PNL, com considerações acerca do setor de navegação, no planejamento setorial, o que vai permitir que os investimentos necessários sejam direcionados para os rios adequados. Reforçou a necessidade de orçamento público para o setor. Conforme relatou, a demanda fez com que buscassem parcerias com a iniciativa privada para investimentos na infraestrutura hidroviária. Para exemplificar, contou que foi feito, junto com o Banco Mundial, um estudo no rio Madeira e que em breve seria feito um *workshop* com todos os envolvidos para falar dele.

Afirmou fundamental a inclusão de recursos para a solução de obras hidroviárias na lei da privatização da ELETROBRAS: recursos específicos para a conclusão do derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava, recursos específicos para a melhoria da navegação do Madeira e do Tocantins e recursos para a solução de problemas nas bacias hidrográficas. Explicou que o DNIT tem colocado anualmente dezenas de milhões de reais para a dragagem do rio Madeira e que, na lei da ELETROBRAS, foram disponibilizados quase R\$ 60 milhões anuais para a melhoria da navegação do Madeira. Já no caso do Tocantins, foram disponibilizados quase R\$ 30 milhões. Relatou que o MDR e o Ministério de Minas e Energia têm trabalhado na definição de como aplicar esses recursos nas obras.

Finalmente, citou o impasse das regulações técnicas, procedimentos que a Marinha do Brasil, a ANVISA e a Vigilância Agropecuária Internacional (VI-GIAGRO) demandam com relação à navegação interior e que têm sido discutidos antes mesmo da instituição do CONAHIDRO. Essas discussões incluem a questão da formação de tripulação, que atualmente é feita com a Marinha, mas que, na opinião do Ministério da Infraestrutura, precisa de aperfeiçoamentos.

Concluindo, resumiu que a expectativa é de, ainda em 2021, trazer não apenas o resultado dessas discussões, mas também propostas de soluções efetivas para reduzir ou mitigar parte dos gargalos identificados no setor da navegação interior.

Karoline Brasileiro Quirino Lemos, diretora de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

De início, a convidada esclareceu que o Brasil já transporta anualmente 110 milhões de toneladas de produtos por meio de hidrovias. Nos últimos 10 anos, houve um incremento de 46% nesse tipo de transporte, havendo ainda potencial a ser explorado. As vias economicamente navegadas correspondem atualmente a 18 mil km, de um total de 64 mil km previstos no Sistema Nacional de Viação (SNV). A participação desse modal ainda é muito pequena, apenas 5% da matriz de transporte nacional, apesar da competitividade e eficiência desse transporte. Para ilustrar, informou que um comboio no rio Tapajós, que transporta 50 mil toneladas, equivale a 1,4 mil carretas de 35 toneladas, além da eficiência em termos de consumo de combustível e de menor risco de acidentes.

Reforçou a necessidade de investimentos para ampliar a utilização desse modal. Segundo ela, atualmente contam com cerca de R\$ 240 milhões para investir e estão previstos R\$ 336 milhões em 2021, um patamar ainda muito baixo.

Assim sendo, em sua apresentação, mostrou alguns itens relacionados a ações que estão sendo adotadas para ampliar o uso das hidrovias, com foco nas obras estruturantes, no Plano de Manutenção Aquaviária, no Atlas Aquaviário e nas normatizações.

Destacou, entre os principais empreendimentos estruturantes, o derrocamento do Pedral do Lourenço, no rio Tocantins, que corresponde a cerca de R\$ 700 milhões e estava no momento de elaboração do projeto básico executivo

e de obtenção da licença prévia junto ao IBAMA. Outro empreendimento corresponde ao derrocamento de Nova Avanhandava, localizado no rio Tietê, cujo projeto executivo estava sendo finalizado, com obra no valor de R\$ 300 milhões. Assim, nos próximos três anos seria necessário em torno de R\$ 1 bilhão para a execução desses dois empreendimentos.

Sobre o Plano de Manutenção Aquaviária, sublinhou que a finalidade é criar uma infraestrutura que permita a aproximação dos rios navegáveis de hidrovias, com foco nos 18 mil km já utilizados para transporte comercial, já que não há recursos para todos os 64 mil km. Para tanto, é preciso que haja monitoramento, realização de serviços de dragagem e manutenção, execução das sinalizações, operação adequada das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4), recuperações, bem como uma atenção especial para as eclusas. Em sua opinião, um trabalho conjunto deve ampliar a confiabilidade e atrair mais investidores. O plano conta com diversos programas:

- Programa de Monitoramento Hidroviário (PMH): pretende realizar serviços de levantamento batimétricos e de monitoramento, dados que deverão ser compartilhados com os usuários da hidrovia e subsidiar a elaboração de projetos de dragagem, sinalização e ações ligadas a planejamento. Na época da audiência, já havia sido licitado e se encontrava em execução o PMH do Madeira, do Tapajós, do Tocantins e do São Francisco.
- Programa de Dragagem de Manutenção: a dragagem de manutenção já é executada periodicamente nos rios Madeira, Taquari, Paraguai, mas recentemente foi criado o normativo PADMA, semelhante ao que já é feito para as rodovias. O novo modelo de contratação já foi aplicado na hidrovia do Madeira, um contrato mais eficiente que se pretende expandir para outras hidrovias.
- Programa de Sinalização (PROSINAQUA): a proposta é fazer diagnóstico de toda a sinalização, executar manutenções e implantar algumas sinalizações e balizamentos, além de elaborar normativos. Já tinha sido feito o diagnóstico do São Francisco, do Tocantins, e contratada a manutenção da sinalização do rio Paraná e do rio Paraguai.
- Programa de Manutenção, Operação e Recuperação das IP4: focado no transporte de passageiros e de carga acompanhada, principalmente na região Amazônica. Informou que trabalham em um novo modelo de

contrato, apelidado de Macro, pois ele agrupa vários serviços que eram contratados separadamente. Também são realizadas obras de recuperação dessas estruturas.

- Programa ProEclusas: programa nacional de recuperação, operação, manutenção e gestão de eclusas e barragens. Pontuou que, atualmente, são oito sob responsabilidade do DNIT. Relatou que já foram executados novos modelos de contratos de diagnóstico, para avaliar a situação da eclusa e, então, realizar a manutenção e a operação. Ademais, há proposta de efetuar recuperação das quatro eclusas do Sul.

Em seguida, destacou a iniciativa da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária de desenvolvimento de um atlas aquaviário, para que todos os cidadãos e interessados possam conhecer os contratos, a malha e os indicadores de disponibilidade da infraestrutura, dando transparência às ações do DNIT. O atlas fica disponível por meio de um QR Code no site do DNIT.

Por fim, discorreu sobre a normatização que padronizou a nomenclatura das hidrovias nacionais. A finalidade foi levar para as hidrovias uma nomenclatura própria, a exemplo do que existe para as BRs e estradas de ferro, reforçando seu papel de transporte. Assim, hoje em dia existem as Hidrovias Nacionais (HNs), como a HN-100, no rio Amazonas.

Na etapa de questionamentos, confirmou que o orçamento do DNIT para hidrovias realmente é baixo, o que os coloca em uma situação desafiadora. Conforme relatou, mesmo o orçamento para transporte rodoviário é insuficiente, mas, quando se compara os dois, verifica-se que de fato há uma priorização das rodovias – são R\$ 240 milhões para transporte hidroviário contra R\$ 6 bilhões para o rodoviário. Segundo ela, com esse orçamento, o foco acaba sendo na manutenção, não sendo possível investimento em obras mais estruturantes. Reforçou que, para as duas principais obras em vista – o derrocamento do Pedral do Lourenço e do Pedral de Avanhadava –, não há nenhuma previsão orçamentária e serão necessários cerca de R\$ 1 bilhão. Sobre como o DNIT se organiza para tratar do tema, afirmou que o Departamento realizou reformulação de sua estrutura administrativa, tendo atualmente uma visão multimodal na autarquia, com superintendências estaduais atuando também com as hidrovias, o que não havia antes. Assim, ampliou sua capilaridade.

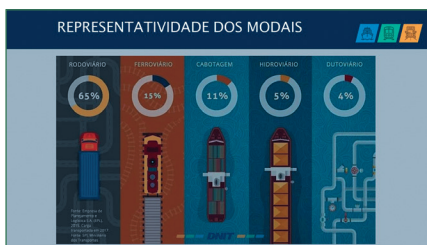
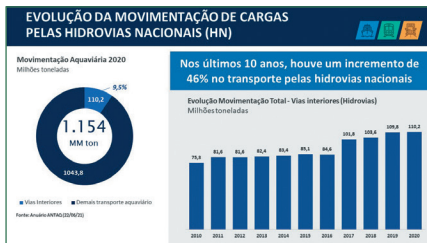
DNIT
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Audiência pública: hidrovias e desenvolvimento regional: o desafio da integração multimodal de transportes no Brasil

PROGRAMAS E AÇÕES DO DNIT

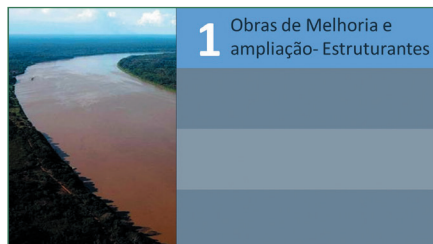
Karoline Brasileiro Quirino Lemos
Diretora de Infraestrutura Aquaviária

Brasília/22 de agosto de 2021



Como o **DNIT** está trabalhando para **ampliar a utilização das hidrovias?**

- 1 Obras de Melhoria e ampliação- Estruturantes
- 2 Plano de Manutenção Aquaviária
- 3 Atlas Aquaviário
- 4 Normatização



**Operação,
Manutenção e
Recuperação de
Instalação Portuária
Pública de Pequeno
Porte (IP4)**

- Novo modelo contratação por nível de serviço (Desempenho) MACRO
- Obras de recuperação

The slide features a map of Brazil with numerous ports labeled across its coastline, from Rio Grande in the south to Manaus in the north. To the right of the map is a night-time photograph of a busy port area with illuminated docks and ships.



- 1 Obras de Melhoria e ampliação- Estruturantes
- 2 Plano de Manutenção Aquaviária
- 3 Atlas Aquaviário
- 4 Normatização



- 1 Obras de Melhoria e ampliação- Estruturantes
- 2 Plano de Manutenção Aquaviária
- 3 Informações e transparência
- 4 Normatização

Inicialmente, o orador explicou que o Ministério de Infraestrutura faz a política e implementa a infraestrutura, enquanto a ANTAQ, autarquia especial,

ligada a esse Ministério, fiscaliza as ações, verificando de perto o trabalho do DNIT. A ANTAQ tem como áreas de atuação: navegação interior (de travessia, de passageiros e de cargas) e marítima (apoio portuário e marítimo, longo curso e cabotagem); portos e instalações portuárias privadas; e exploração da infraestrutura aquaviária nacional.

O convidado relatou que, quando se trata de navegação interior, muito se fala em transporte de cargas e pouco em transporte de passageiros. Contudo, só na região Norte, as linhas regulares de transporte de passageiros e misto, formadas por pequenas empresas, deslocam 10 milhões de pessoas de baixa renda por semana. Nesse contexto, a ANTAQ regula apenas o transporte interestadual, pois dentro dos estados a responsabilidade é das agências reguladoras estaduais. Há tanto embarcações pequenas quanto embarcações que transportam 800 passageiros, como é o caso da linha Manaus-Tabatinga. Desse modo, sublinhou a importância de se olhar melhor para esse tipo de transporte na Amazônia, pois ele tem uma função econômica e social relevante para diversos municípios.

Quanto ao transporte de cargas, disse que o volume transportado pelos rios está aumentando no País. No entanto, foi feito um levantamento que mostra que, nas vias economicamente navegadas (nas quais há ocorrência de transporte por Empresa Brasileira de Navegação – EBN – ou empresa estadual na prestação do serviço longitudinal de cargas, de passageiros ou misto), entre o final de 2010 e 2011, eram 20,9 mil km economicamente navegados; de 2018 para 2019 passou para 18 mil km; de 2019 para 2020 houve uma redução que se manteve em 2020. Por outro lado, segundo dados de 2020, há 110 milhões de toneladas sendo transportadas em vias interiores e houve um crescimento de 46% desde 2010. Na navegação interior, foram transportadas 39 milhões de toneladas em 2020 e, de 2010 para 2020, houve um crescimento de 72%, incluindo o transporte de soja e milho. Só no primeiro semestre de 2021, foram transportadas 17,9 milhões de toneladas, um crescimento de 52% com relação aos dados do primeiro semestre de 2010.

Em seguida, falou especificamente sobre o rio Madeira, cuja carga vem crescendo paulatinamente a cada ano, com destaque para soja e milho. Já no rio Tapajós, foram 800 mil toneladas transportadas em 2014 e 11,5 milhões em 2020. Esse aumento se deve à ação dos governos, que asfaltaram e concluíram os últimos 50 km da BR-163, sendo que atualmente faltam apenas alguns acessos. Por outro lado, a iniciativa privada investiu fortemente em várias estações de

transbordo de carga, e foram construídas cerca de 400 barcaças para transporte de soja e milho na Amazônia, o que ocorre inclusive no complexo Solimões-Amazonas. O convidado registrou que, na saída do Amazonas, também há um forte transporte de bauxita. Na navegação interior, foram 27 milhões de toneladas transportadas nesse complexo em 2020.

Explicou que no Tietê-Paraná houve alguns problemas em eclusas que interromperam o fluxo, mas já foram resolvidos. Ressaltou que a principal navegação da região sai de São Simão, no rio Paraná, passa pelo lago de Ilha Solteira, vai para o canal Pereira Barreto e entra no Tietê. Segundo ele, o Tietê-Paraná é considerado praticamente a única hidrovía brasileira, sendo navegável o ano todo, por possuir eclusas nas barragens e dragagem nos pontos de maior problema. Em 2010, transportava 5,8 milhões de toneladas, subiu para 6,3 milhões e caiu em 2014, devido a um pedral que, segundo o convidado, precisa ser derrocado para melhorar a navegação em períodos de águas baixas. Conforme relatou, a crise hídrica, em 2014, afetou o transporte de cargas de maio de 2014 a janeiro de 2016, interrompendo a navegação no rio. De acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), essa paralisação causou um prejuízo de R\$ 1 bilhão, com a demissão de 1,6 mil pessoas. Isso acarretou um aumento do custo de transporte e uma perda de confiança no modal. O lago de Ilha Solteira foi depressionado e não foi preservado o direito de usos múltiplos, que inclui o da navegação.

Segundo ele, em 2021 houve novamente redução no volume hídrico na bacia, com expectativa de que haveria nova paralisação da hidrovía em 30 de junho. Contudo, o DNIT junto com o Departamento Hidroviário, a ANTAQ, o MInfra, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a ANA realizaram esforços para contornar o problema. A navegação estava sendo monitorada por técnicos e estavam sendo realizadas reuniões semanais para tratar do tema. O lago de Ilha Solteira estava sendo depressionado e havia previsão de se ter navegação novamente até o final de setembro de 2021. Entretanto, pelas informações que possuía, em Pederneiras, 90% das embarcações estavam paradas e demissões já haviam sido feitas, apesar dos esforços do MInfra e do DNIT.

Sobre o complexo Tocantins-Araguaia, lembrou que o transporte de carga inclui também a opção ferroviária. Além da Ferrovia Norte-Sul (FNS), cujo tramo norte estava pronto, e a ligação entre Ouro Verde (GO) e Estrela d'Oeste (SP), prestes a ser concluída, há a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO).

Com essa interligação das ferrovias, se houvesse mais trechos navegáveis, seria possível realizar o transporte com muito menos custo.

Quanto à região hidrográfica do Paraguai, informou que são 3 mil km de hidrovia, sendo 591 km no Brasil. No entanto, semelhante ao caso do Tietê, o volume de carga aumentou para até 7,1 milhões de toneladas (principalmente de minério) e começou a cair, por problemas no rio, chegando a 2,2 milhões de toneladas em 2020. De acordo com o convidado, uma dragagem do canal principal faria com que esse rio tivesse uma navegação mais forte, inclusive porque o MInfra assinou dois contratos para dois terminais que vão movimentar grãos e contêineres.

A Hidrovia do Sul, que é principalmente a Lagoa dos Patos, subindo o rio Taquari, transportou 6,3 milhões de toneladas em 2020, num crescimento de 11% desde 2010. O forte é o carregamento de celulose, além de contêineres.

Elogiou o convidado que conduziu todo o trabalho da cabotagem. Contudo, criticou o fato de a navegação fluvial sempre ficar para depois no Brasil. Assim sendo, disse considerar o CONAHIDRO uma proposta interessante, mas pontuou que é preciso haver celeridade para que os trechos navegáveis não tenham problemas e possam se estabelecer.

Mesmo assim, disse que o volume de transporte está aumentando devido à saída norte (à qual se referiu como Arco Amazônico). Segundo ele, é mais barato levar carga do Mato Grosso por esse trecho do que levar para Santos, mesmo que se utilize ferrovia. No entanto, é preciso que se encontre uma solução para o Paraguai, para o Tietê e para o trecho do rio São Francisco cuja navegação foi interrompida pela falta de dragagem no final do Lago de Sobradinho.

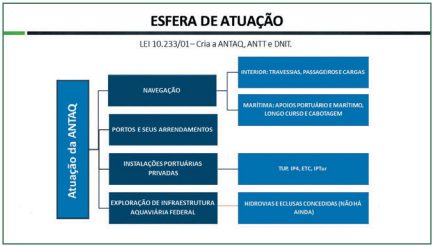
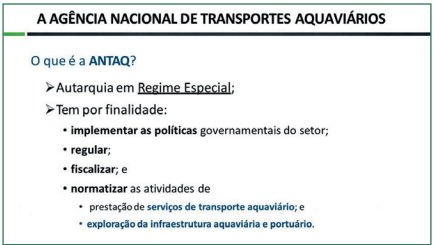
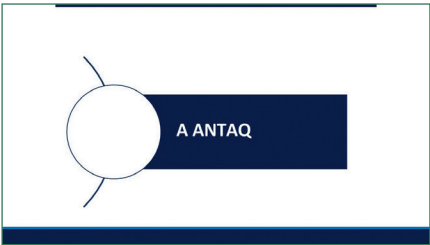
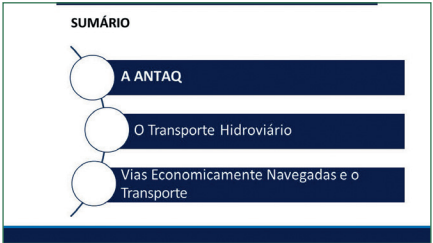
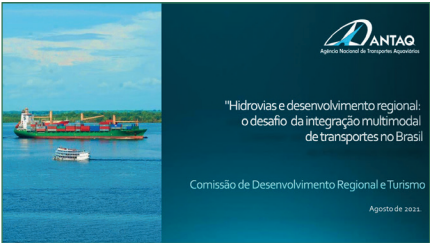
Por fim, opinou que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários busca uma discussão séria, estudando as possibilidades de parcerias público-privadas. Assim, do seu ponto de vista, há iniciativa, mas é preciso uma maior celeridade. E, no cenário atual, a navegação interior não é uma pauta social. Apenas uma pequena parcela da sociedade entende que é uma forma de transporte de baixo custo e ambientalmente mais sustentável. Então, entende ser necessário que haja de fato uma iniciativa maior dos governantes na criação de uma política de Estado sobre o tema.

Ao final das exposições, foram feitas perguntas, e o convidado prestou alguns esclarecimentos. A respeito da ampliação do número de diretores da ANTAQ, prevista no PL nº 4.199/2020 (BR do Mar), informou que se trata da única agên-

cia reguladora com apenas três diretores. Assim, a ideia seria ampliar para cinco, como as demais, para facilitar as deliberações colegiadas. Porém, apontou que o problema é que está prevista a ampliação sem a contrapartida de aumento da estrutura para tanto.

Sobre o problema de falta d’água na região do rio Paraguai em Corumbá, cuja profundidade baixou bastante, disse que a complexidade da questão – que envolve seca e queimadas na região – torna o problema difícil de ser resolvido apenas pelo MInfra.

Apresentação do sr. Adalberto Tokarski





O Transporte Hidroviário

O Transporte Hidroviário



Transporte de Passageiros e Misto

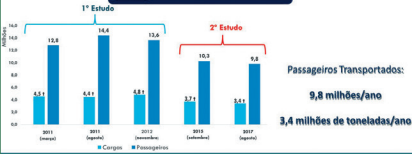
Ocorre somente na Região Norte
Pequenas empresas
Baixa renda dos usuários.



O Transporte Hidroviário

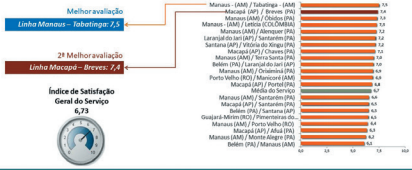


Transporte de Passageiros e Misto



O Transporte Hidroviário

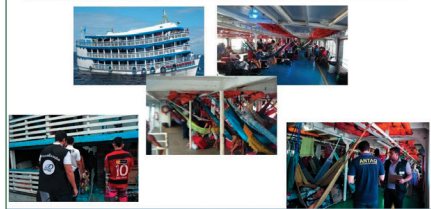
Pesquisa de Satisfação dos Usuários do Transporte Longitudinal de Passageiros na Região Amazônica



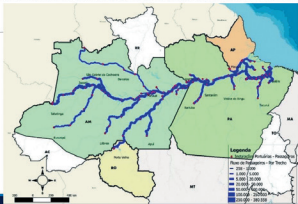
O Transporte Hidroviário



O Transporte Hidroviário



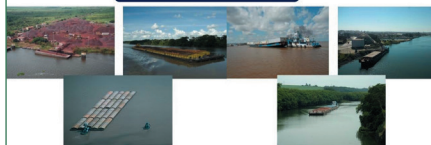
Malha Hidroviária Utilizada pelas Linhas Regulares de Passageiros



O Transporte Hidroviário



Transporte de Cargas



Vias Economicamente Navegadas e o Transporte de Cargas

VÍAS INTERIORES NAVEGADAS

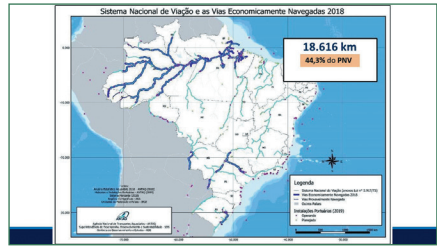
VÍAS ECONOMICAMENTE NAVEGADAS - VEN

Via Economicamente Navegada: via navegável na qual há ocorrência de transporte por Empresa Brasileira de Navegação (EBN) ou empresa estadual na prestação do serviço longitudinal de cargas, longitudinal de passageiros ou longitudinal misto (passageiros e carga).

VIAS INTERIORES NAVEGADAS

VIAS ECONOMICAMENTE NAVEGADAS - VEN

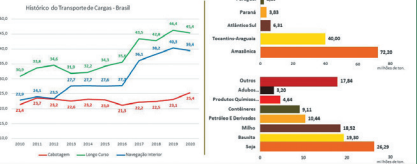
Regiões Hidrográficas	VEN 2010/11	VEN 2013	VEN 2016	VEN 2018	Diferença (2018/2016)	Diferença (2018/2010)
Paraguai	591	591	591	591	0,0%	0,0%
Paraná	1.495	1.359	1.035	1.267	22,4%	-15,3%
São Francisco	576	576	0	0	0,0%	-100,0%
Atlântico Sul	514	500	417	406	-2,6%	-21,0%
Amazônica	16.797	15.651	16.049	15.014	-6,4%	-10,6%
Tocantins-Araguaia	982	1.360	1.371	1.338	-2,4%	36,3%
TOTAL	20.955	20.037	19.463	18.616	-4,4%	-11,2%



Transporte nas principais vias navegadas

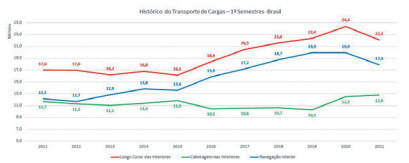
TRANSPORTE DE CARGA

Transporte em Vias Interiores – 2020: **100,2 milhões toneladas.**
Evolução 2010-2020: 46%.



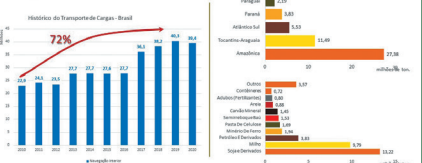
TRANSPORTE DE CARGA

Transporte em Vias Interiores – 1º Sem: **52,8 milhões toneladas.**
Evolução 1º Sem 2010-2021: 43%.



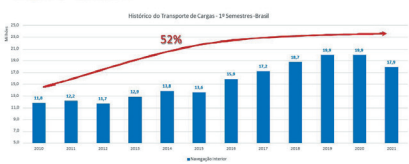
TRANSPORTE DE CARGA

Transporte na Navegação Interior – 2020: **39,4 milhões toneladas.**
Evolução 2010-2020: 72%.



TRANSPORTE DE CARGA

Transporte na Navegação Interior – 1º Sem 2021: **17,9 milhões toneladas.**
Evolução 1º Sem 2010-2021: 52%.

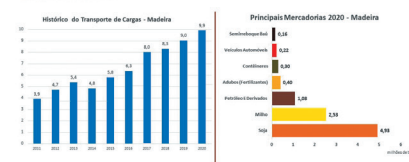


RIO MADEIRA



TRANSPORTE DE CARGA – Rio Madeira

Transporte na Navegação Interior – 2020: **9,9 milhões toneladas.**
Evolução 2010-2020: 237%.

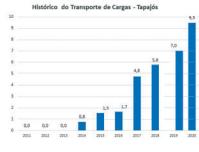


RIO TAPAIÓS

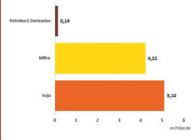


TRANSPORTE DE CARGA – Rio Tapajós

Transporte na Navegação Interior – 2020: 9,5 milhões toneladas.
Evolução 2014-2020: 1132%.



Principais Mercadorias 2020 - Tapajós



COMPLEXO SOLIMÕES-AMAZONAS

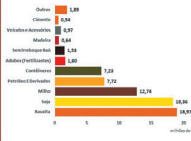


TRANSPORTE DE CARGA – Complexo Amazonas-Solimões

Transporte em Vias Interiores – 2020: 72,2 milhões toneladas.
Evolução 2010-2020: 33%.



Principais Mercadorias 2020 - Amazonia-Solimões

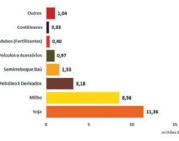


TRANSPORTE DE CARGA – Complexo Amazonas-Solimões

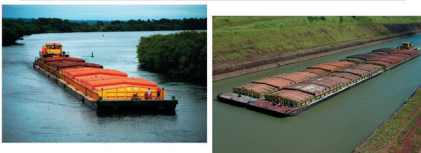
Transporte na Navegação Interior – 2020: 27,4 milhões toneladas.
Evolução 2010-2020: 246%.



Principais Mercadorias 2020 - Amazonia-Solimões



HIDROVIA PARANÁ-TIETÊ

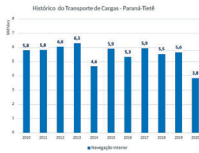


Vias Economicamente Navegáveis 2018 (Região Hidrográfica do Paraná)

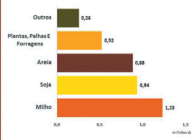


TRANSPORTE DE CARGA – Hidrovia Paraná-Tietê

Transporte na Navegação Interior – 2020: 3,8 milhões toneladas.
Evolução 2014-2020: -34%.



Principais Mercadorias 2020 - Paraná-Tietê



HIDROVIA PARANÁ-TIETÊ

Conflitos nos Usos



HIDROVIA PARANÁ-TIETÊ

Conflitos nos Usos



HIDROVIA PARANÁ-TIETÊ

Atualmente possuem autorização da ANTAQ para operar na Região Hidrográfica do Paraná:

- 6 Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs);
- 138 embarcações;
- 5 Estações de Tâmbordo de Cargas (ETCs);
- 4 Terminais de Uso Privados (TUPs).



A OPÇÃO FERROVIÁRIA FERROVIA Norte-Sul - FNS



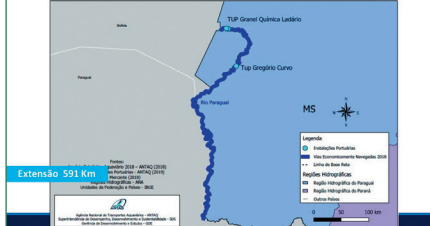
- Trecho Ouro Verde de Goiás/GO – São Simão/GO – Estrela d'Oeste/SP: 682 km
- Concessão: jul/2019
- Operação: 2021

A OPÇÃO FERROVIÁRIA FERROVIA de Integração Centro-Oeste - FICO

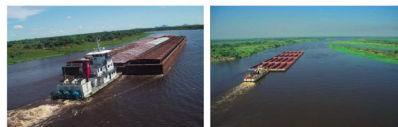


- Trecho Mara Rosa/GO - Água Boa/MT: 383 km
- Qualificado no PPI
- Em estudo

Vias Economicamente Navegadas 2018 (Região Hidrográfica do Paraguai)



RIO PARAGUAI



TRANSPORTE DE CARGA – Paraguai

Transporte na **Navegação Interior** – 2020: 2,2 milhões toneladas.
Evolução 2010-2020: -44%.

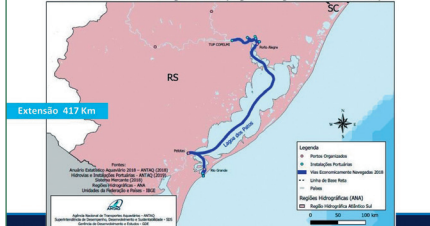


HIDROVIA DO SUL

Barragem de Bom Retiro do Sul

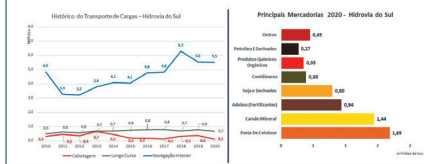


Vias Economicamente Navegadas 2018 (Região Hidrográfica do Atlântico Sul)



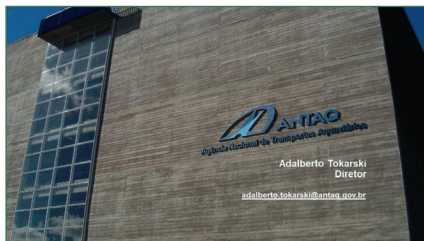
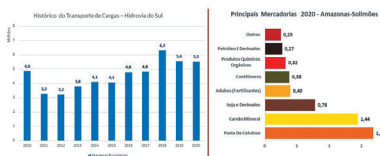
TRANSPORTE DE CARGA – Hidrovia do Sul

Transporte em **Vias Interiores** – 2020: 6,3 milhões toneladas.
Evolução 2010-2020: 11%.



TRANSPORTE DE CARGA – Hidrovia do Sul

Transporte na **Navegação Interior** – 2020: 5,5 milhões toneladas.
Evolução 2010-2020: 14%.





COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

9ª MESA - 30/8/2021

I - IDENTIFICAÇÃO

9ª Mesa do 1º Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional

Finalidade: discutir o tema “O papel da internet 5G na promoção do desenvolvimento regional”.

II - PARTICIPANTES

1. **Paulo Alvim**, secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI);
2. **Leonardo Euler de Moraes**, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
3. **Jefferson de Oliveira Gomes**, superintendente de Inovação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e
4. **Jair Aguiar Souto**, vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM).



III – RELATO DA EXPOSIÇÃO DOS CONVIDADOS

Paulo Alvim, secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

A primeira parte da exposição do convidado, que participou da audiência por videoconferência, foi prejudicada por problemas de conectividade, que levaram a diversas falhas no áudio.

Na segunda parte, o participante observou que a implementação do 5G no Brasil gera muitos desafios, seja do ponto de vista tecnológico, seja do ponto de vista dos esforços que serão exigidos da comunidade acadêmica brasileira, em especial para que o processo gere oportunidades de novos negócios.

Destacou, no que se refere à regulação, a necessidade de integrar as legislações federal, estaduais e municipais sobre antenas.

Quanto ao capital humano, observou que o processo de implantação do 5G deve impactar a presença de profissionais em todo o território nacional, tanto no atendimento aos usuários quanto no setor de prestação de serviços. Ressaltou, portanto, a necessidade de qualificação de recursos humanos, classificando como estratégicos os esforços que envolvem educação, ciência e tecnologia,

no sentido de tornar o Brasil protagonista no ambiente de 5G, em que haverá geração de renda, novos negócios e postos de trabalho.

Na visão do orador, essas oportunidades estão atreladas a novas tecnologias digitais, como internet das coisas (IoT), inteligência artificial, *big data* e novos negócios, que exigirão significativa formação profissional e preocupação com o usuário. Ele argumentou que o usuário precisa estar preparado para o novo ambiente, para que possa se beneficiar dos ganhos proporcionados pelo 5G, que, no setor empresarial, incluem incremento de produtividade e de competitividade. Também são esperadas melhorias na oferta de serviços públicos e, consequentemente, na qualidade de vida da população como um todo.

O expositor assegurou haver convergência dos órgãos do governo com o Ministério das Comunicações para a realização do leilão do 5G, tendo em vista o papel transformador dessa tecnologia.

Destacou, ademais, que a tecnologia contribuirá para levar medicina de qualidade a todo o território nacional e defendeu a necessidade de integração de políticas públicas e de tecnologias na área de saúde.

Finalizou sua intervenção afirmando que as tecnologias 5G são dinamizadoras do processo de transformação digital e permitirão a oferta de serviços de qualidade, especialmente no setor público, nas áreas de saúde e educação.

Leonardo Euler de Moraes, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)

O convidado discorreu sobre o contexto da pandemia, observando que as soluções digitais têm sido impulsionadas à medida que se revelam eficazes diante de diversos desafios gerados pela crise. Avaliou que o confinamento e o isolamento têm ensinado que custos de transação podem ser significativamente reduzidos e que ganhos de produtividade podem ser obtidos a partir do uso intensivo e inteligente de mecanismos digitais.

Além disso, apontou que possibilidades de distribuição de renda, de inclusão social e de provimento de saúde e de educação ganharam novos contornos a partir de soluções digitais que têm sido incorporadas nos diferentes processos. Em sua visão, o Estado brasileiro tem descoberto meios mais eficazes e eficientes de promover políticas públicas e de amparar os mais vulneráveis, a exemplo

da implantação e distribuição do auxílio emergencial por meio de aplicativo da Caixa Econômica Federal. No mesmo sentido, a inclusão digital passa a ser compreendida como uma chave tanto econômica quanto social, além de ser um instrumento de cooperação e de solidariedade.

Na avaliação do orador, enquanto o 4G mudou a vida das pessoas, o 5G irá remodelar a sociedade e os meios produtivos, como um “guarda-chuva” que envolve e potencializa outras tecnologias. Para ele, não se trata apenas de aumento de velocidade, tal como ocorreu na transição da terceira para a quarta geração, porque a tecnologia de quinta geração tem outras facetas, notadamente relacionadas à internet das coisas, seja para fins massivos, como o *agrobusiness*, que representa 25% do PIB do Brasil, seja para aplicações que exigem menor latência, que conceituou como “sensibilidade ao atraso”.

Quanto aos estágios da conectividade, o debatedor identificou três etapas. O primeiro desafio, no final da década de 1990, consistia em conectar mais de 70 milhões de domicílios, no contexto da desestatização do setor de telecomunicações. A segunda etapa consistia em conectar mais de 200 milhões de pessoas. A terceira etapa diz respeito à internet das coisas, o que pode levar a bilhões de conexões. Isso significa que uma rede crescente de dispositivos estará associada à capacidade computacional proporcionada pela nuvem, o que levará a *insights* de análise de *big data* e de inteligência resultantes do aprendizado da máquina. O 5G funcionará como catalizador de inovação e de novas tecnologias, em áreas como inteligência artificial, robótica e realidade aumentada.

O orador explicou que a literatura econômica classifica algumas tecnologias como GPTs (*General-Purpose Technologies*), incluindo nesse grupo a máquina a vapor, a eletricidade e a internet. Avaliou ser possível que o 5G, como plataforma habilitadora, possa ser inserido nesse rol de tecnologias, já que se trata de uma série de oportunidades de ganhos de produtividade, sem os quais não há crescimento econômico sustentável.

Em seguida, o convidado passou a tratar do leilão do 5G, previsto para outubro de 2021, após deliberação do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto aos termos do edital. Explicou que o leilão inclui quatro faixas de radiofrequência distintas. Os dois primeiros objetos da licitação incluirão dois blocos de 10 MHz, na faixa de 700 MHz, e dois blocos de 90 MHz, na faixa de 2,3 GHz. Apontou que essas duas faixas de radiofrequência têm ecossistema maduro apenas para o 4G, sendo que a ANATEL delineou um edital que tivesse viés

menos arrecadatório e com mais compromissos com o investimento e com a expansão da infraestrutura de oferta de telecomunicações.

Nas faixas de 700 MHz e de 2,3 GHz, destacou compromissos de cobertura de mais de 27 mil km de rodovias e estradas federais, que contemplam mais de mil trechos indicados pelo Ministério da Infraestrutura por serem importantes para as rotas de integração e para o escoamento da produção agropecuária e industrial. Isso significa mais segurança e eficiência nas estradas.

Apontou que o Brasil tem atualmente 22 mil localidades, de acordo com a definição do IBGE, incluindo 5.568 distritos sede de municípios. Há, portanto, cerca de 16 mil localidades que não são sedes municipais, popularmente conhecidas como distritos, vilas, povoados e aglomerados, sendo que, desse montante, cerca de 10 mil não contam com cobertura de celular de nenhuma geração. O orador ressaltou que o edital pretende cobrir quase todas essas 10 mil localidades, observando que muitas vezes contam com pequeno número de moradores, não apresentando atratividade econômico-financeira para a cobertura. Para ele, isso demonstra que o edital não tem abordagem meramente arrecadatória, privilegiando compromissos de investimento.

O convidado explicou que a faixa de 3,5 GHz é considerada a principal porta de entrada do 5G no Brasil, tendo havido grande esforço para disponibilizar 400 MHz nessa faixa. Esclareceu que a quantidade de espectro é fundamental, pois, se não for suficiente, o potencial de inovação tecnológica pode ser desacelerado. Relatou que o processo teve início com um espectro de 200 MHz, mas, com a gestão eficiente da ANATEL, foi possível ampliar para 400 MHz. Segundo ele, isso é importante para garantir boa capacidade espectral, de forma que o 5G entregue o prometido, e para garantir que haja competição no certame, com mais interessados aptos a auferir o direito de uso da radiofrequência.

O orador informou que tem havido muitas conversas com os municípios para que haja legislações locais menos restritivas à instalação de antenas, que serão necessárias em maior número, já que a faixa de 3,5 GHz é mais alta, tendo condições de propagação distintas.

Outro elemento apontado como fundamental para o 5G é a capilaridade de fibra, para escoamento do tráfego de dados das antenas. Por essa razão, o edital prevê na faixa de 3,5 GHz cobertura de transporte de dados de alta capacidade, por fibra. O orador observou que, dos 5.568 municípios brasileiros, cerca de

1.060 não têm fibra chegando até sua sede. O edital prevê contrapartidas para levar fibra até a sede de mais de 600 municípios.

O expositor frisou que é prevista a destinação de R\$ 1,5 bilhão para fazer conectividade e transporte de dados de alta capacidade nas infovias da região Norte do País, o que é considerado importante tanto para o desenvolvimento sustentável da região quanto para a fiscalização e preservação do seu ecossistema.

Outra obrigação prevista, segundo ele, é a de destinar aproximadamente R\$ 2 bilhões para atender as pessoas que dependem de sistemas de parabólicas para assistir à televisão aberta. Tendo em vista que a banda do 5G é adjacente à banda das parabólicas, cujos sistemas são considerados rudimentares e sem filtros adequados, será preciso deslocar a recepção dos sinais da Banda C para a Banda Ku. O convidado explicou que serão distribuídas para as famílias do Cadastro Único kits de recepção em Banda Ku, para que essas famílias não tenham comprometimento na recepção do sinal de TV aberta e gratuita.

O debatedor registrou que há outros compromissos de investimento previstos no edital, frisando que, na faixa de 3,5 GHz, constam cinco blocos de 80 MHz, sendo quatro nacionais e um regional, nos quais foi priorizada a entrada de novos competidores. Avaliou que essa será uma oportunidade para os provedores regionais de banda larga fixa, que têm feito o que chamou de revolução digital silenciosa no interior do País, já que, somados, detêm a maior parcela do mercado de banda larga fixa, querendo, de forma justa, competir com as grandes empresas no segmento móvel. Os lotes regionais darão oportunidade a esses atores de acesso ao espectro radioelétrico em condições aprimoradas e de forma primária.

O convidado explicou que o edital também contempla a faixa de 26 GHz, banda milimétrica, cuja principal aplicação atual é a de FWA (*Fixed Wireless Access*), ou seja, banda larga fixa *wireless* de alta capacidade. Ressaltou que muitos municípios têm dificuldade de instalação dessa infraestrutura, de modo que será particularmente interessante para áreas conurbadas e mais densamente povoadas, para soluções de internet fixa. Destacou que todos os recursos da faixa de 26 GHz, estimados em aproximadamente R\$ 6 bilhões, serão revertidos para projetos de conectividade digital em escolas públicas brasileiras. Ressaltou que os valores ainda estão sendo ajustados de acordo com recomendações do TCU.

Quanto aos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços e Telecomunicações (FUST), o orador mencionou que, nos termos da Lei nº 9.998, de

2000, a competência para arrecadação é da ANATEL, sendo que a cobrança alcança 1% da receita operacional bruta, deduzidos PIS e COFINS. Desde 2001, foram arrecadados cerca de R\$ 24 bilhões em termos nominais, que, atualizados, chegariam a aproximadamente R\$ 36 bilhões. Observou que nenhuma parte desses recursos foi utilizada para expandir a infraestrutura de conectividade e telecomunicações, em especial nas áreas sem atratividade econômico-financeira, mas para minimizar déficit primário, ou para fazer superávit primário. Por essa razão, em 2019, a ANATEL enviou ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações anteprojeto de lei para alterar o FUST, com o objetivo de destravar o uso dos seus recursos para utilização futura. O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional e deu origem à Lei nº 14.109, de 16 de dezembro de 2020. O orador manifestou seu desejo de que os recursos possam ser destravados e assegurou que, na ausência do FUST, a ANATEL trabalhou para que o leilão de radiofrequência não tivesse viés arrecadatário, porque, caso contrário, as áreas sem atratividade de inclusão ou de infraestrutura de conectividade digital continuariam a ser preteridas. No entanto, mesmo que o leilão contemple compromissos de investimento, defendeu que não se pode abdicar do FUST como instrumento para aprimorar a infraestrutura de conectividade.

Destacou que os Estados Unidos também contam com um fundo de universalização, semelhante ao FUST, com formato de arrecadação parecido, que ameahou US\$ 8,5 bilhões e US\$ 9 bilhões nos anos de 2018 e 2019, respectivamente, utilizados para expandir a infraestrutura de telecomunicações. Avaliou ser essa a concepção de um país que acredita que a infraestrutura de telecomunicações deve estar no centro da política pública e defendeu que os recursos sejam utilizados para essa finalidade precípua.

Afirmou que, com o 5G, muitas aplicações na indústria 4.0 serão potencializadas, em áreas como: gestão integrada do parque industrial a partir da visão holística da fábrica em tempo real, com realidade aumentada e virtual; controles remotos de veículos autônomos, importantes para aumentar a segurança do trabalho em operações de risco em minas; aplicações relacionadas à integração logística para produção e distribuição harmonizadas, em tempo real; linha produtiva sob demanda, que deve tornar a indústria mais configurável e flexível, ideal para atender oscilações de mercado; automação avançada, com fluxo bidirecional de dados, da máquina para o *software* e do *software* para a máquina, o que permite manutenções a partir de previsão de problemas da máquina.

Destacou que o 5G permite a transformação de dados em soluções a partir da conectividade da cadeia produtiva. Observou que a comunicação pessoal será beneficiada com o 5G, mas avaliou que a contribuição mais acentuada da nova tecnologia estará vinculada aos sistemas, às aplicações industriais e às soluções do tipo *business to business* (B2B), bem como às inovações para o setor agropecuário e para as políticas públicas.

Quanto às aplicações, o convidado explicou que não existe um único 5G, ou seja, que o 5G pode ser considerado uma rede flexível que se adapta à quantidade de requisitos diferentes. Uma das suas principais características diz respeito à capacidade de transmissão, que permite maior vazão de dados. Com isso, a percepção do que é instantâneo ganhará uma nova compreensão, a partir de aplicações como realidade aumentada e realidade virtual, com todo o potencial transformador que disso decorre.

O expositor defendeu que a redução dos atrasos ainda existentes na área da educação não pode ter como única estratégia a construção de mais escolas e formação de mais professores, porque o processo levaria muitas décadas. Argumentou que o 5G permitirá, além de aulas remotas, a adoção de instrumentos de realidade mista e de realidade aumentada, o que facilitará a internalização do conhecimento. Com a tecnologia, os melhores professores poderão estar nas salas de aula de qualquer lugar do Brasil, de modo que o ensino a distância será muito aprimorado.

Segundo afirmou, essas previsões vão além da educação tradicional. No campo da educação profissionalizante, mencionou exemplo de uma máquina de ressonância quebrada, localizada em uma cidade do norte do País, dependendo de um especialista residente em São Paulo. Esse especialista, que atualmente precisa se deslocar até o local onde se encontra o equipamento, poderá no futuro utilizar óculos de realidade aumentada e fazer a manutenção no equipamento de forma remota, com auxílio local.

O orador afirmou que o Brasil chega a gastar 6% do PIB na área de segurança e questionou se a única solução para os problemas seria a contratação de mais efetivo ou aquisição de viaturas. Apontou a possibilidade de serem adotadas soluções de conectividade, por meio das quais um operador pode entrar em qualquer câmera, de qualquer região da cidade, e fazer uma intervenção mais assertiva e mais rápida, além da utilização de elementos como *biosites* e postos de iluminação conectados a câmeras de vigilância.

Na área de saúde, afirmou que o Brasil tem 1,8 médico para cada 100 mil habitantes, enquanto, na Itália, essa taxa é de 3,9 médicos para cada 100 mil habitantes e, na Alemanha, de 4,1. Para aumentar a taxa brasileira de 1,8 para 2,8 médicos por 100 mil habitantes, o Brasil precisaria de dez anos, sem que nenhum médico se aposentasse. O desafio vai além do número de médicos e alcança a especialização desses profissionais. Nesse contexto, o 5G, com baixa latência da capacidade de imagem, pode ser útil em aspectos como diagnóstico, prevenção e assertividade do tratamento, que podem ser aprimorados com melhor conectividade digital. Também são esperados avanços na realização de cirurgias remotas e na assistência remota por médicos especialistas.

Outro aspecto relatado sobre os avanços do 5G diz respeito à densidade de equipamentos com uso de internet das coisas: enquanto o 4G atende cerca de 10 mil dispositivos por quilômetro quadrado, o 5G permite a conexão de 1 milhão de dispositivos na mesma área. Isso deve trazer ganhos para o setor agropecuário e para a agricultura de precisão, em aspectos como minimização do uso de insumos, monitoramento da produção agropecuária e operação de equipamentos em tempo integral.

Explicou que baixa latência diz respeito ao tempo que um pacote de dados leva para deixar o dispositivo do usuário, alcançar seu destino e retornar. Como exemplo, citou o tempo necessário para que as informações de um *site* apareçam depois do clique no respectivo *link*. No 4G, esse tempo é de 30 a 80 milissegundos; no 5G, esse tempo seria de menos de 5 milissegundos.

Apontou que os usos das tecnologias ocorrem de maneira diferente da que é projetada pelos engenheiros, de acordo com a criatividade humana, e que não é possível conhecer em plenitude as aplicações que poderão ser criadas. Nesse sentido, mencionou os aplicativos de transporte e de solicitação de comida, criados com o 4G, afirmando ser esperado que novas aplicações surgirão a partir do momento em que o 5G estiver disponível.

Em resposta a questionamento sobre a maneira pela qual pode ser expandida a infraestrutura de telecomunicações em áreas desprovidas de atratividade econômica e financeira, além de obrigações editais, o convidado mencionou que a ANATEL tem empreendido esforços no sentido de converter contencioso em investimento produtivo. Registrou que, em 2020, foram assinados os dois primeiros Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) da história da agência. Em TAC celebrado com a TIM, no valor de aproximadamente R\$ 700 milhões,

foi prevista a cessação da conduta infracional, com a operadora assumindo compromissos de investimento adicional, incluindo a obrigação de levar 4G para 350 municípios que contavam apenas com 3G, nas regiões Norte e Nordeste e no norte de Minas Gerais.

O convidado avaliou que o TAC, por permitir encerrar os processos administrativos com assunção de compromissos de investimento, é mais razoável do que insistir apenas na imposição de multa pecuniária, inclusive pelo fato de as empresas levarem a discussão ao Judiciário, onde a questão pode levar anos sem solução e sem retorno para o setor, tanto em termos de qualidade quanto em termos de cobertura. No mesmo sentido, destacou ser possível, nos processos administrativos sancionatórios, em vez de estabelecer multa pecuniária, impor sanção de obrigação de fazer, com o objetivo de levar infraestrutura de conectividade para localidades desprovidas do serviço. Segundo ele, medidas dessa natureza já ocorreram em todas as regiões do País, sendo opção para desativar investimentos. Ressaltou que, em alguns casos, as operadoras preferem judicializar a questão, avaliando que, pelo custo e pela oportunidade de capital, não compensaria se resignarem.

Quanto à precificação do direito de uso da faixa no leilão do 5G, informou que os técnicos da ANATEL são referência nessa área, em âmbito internacional, relatando que a União Internacional de Telecomunicações, da ONU, utiliza e reverbera as melhores práticas adotadas pelo Brasil para fins de precificação de direito de uso de radiofrequência.

Relatou que, ao fazer a precificação, a ANATEL utilizou um plano de negócios hipotéticos, desenhando uma rede, estimando receitas, despesas e custo médio ponderado de capital, trazendo tudo a valor presente. Nesse plano, foi considerado o que representa o custo de oportunidade da faixa, ou seja, aquilo que é lucrativo. Depois, foi desenhado outro fluxo de caixa, ou seja, outro modelo de negócios para atender os compromissos de investimento que não estão no primeiro plano e são negativos. Em seguida, foi feita a subtração de um pelo outro, considerando compensações tributárias que devem ser realizadas nesse plano. Conforme discorreu, todos esses cálculos foram feitos para que o valor final do uso da faixa não representasse uma subestimação do que é o custo de oportunidade da faixa.

O orador esclareceu que não se trata de novidade, porque, desde 2007, esse procedimento já é adotado no que comumente se chama de “filé com osso”,

por considerar os municípios atrativos e descontar os municípios não atrativos. Ressaltou que outros setores de infraestrutura, como o aeroportuário, passaram a adotar metodologias semelhantes. Mencionou expectativa de que os investimentos decorrentes da atratividade da faixa e os investimentos que serão demandados como contrapartida possam ultrapassar R\$ 147 bilhões em 20 anos.

No que se refere às rodovias federais, afirmou que o edital incluiria compromissos de investimento em mais de 27 mil km de estradas, tendo em vista que apenas 25 mil km dos aproximadamente 54 mil km da malha rodoviária federal contam com cobertura. Entre os trechos a serem contemplados, por indicação do Ministério da Infraestrutura, citou as BRs 163 (de Tenente Portela/RS a Santarém/PA), 364 (de Limeira/SP a Mâncio Lima/AC), 242, 135 (de São Luís/MA a Belo Horizonte/MG), 101 (de Touros/RN a São José do Norte/RS) e 116 (de Fortaleza/CE a Jaguarão/RS).

Quanto ao compartilhamento de redes, assegurou que essa tem sido a regra, solução estimulada pela ANATEL. Mencionou que o edital contém obrigações de *roaming* para cidades muito pequenas, sendo que, para as demais cidades, isso será tratado em regulamentação. Sobre os motivos de essa questão ser abordada na regulamentação e não no edital, esclareceu que o leilão vincula apenas as partes (a ANATEL e quem participar do certame) e os objetos (as radiofrequências). Assim, juridicamente, é preciso abordar o tema em norma geral e abstrata, através da regulamentação. Garantiu que a ANATEL tem atuado para aprimorar a regulamentação de *roaming* e a do mercado secundário do espectro, porque, muitas vezes, as grandes operadoras não usam o espectro radioelétrico em determinadas áreas, embora haja prestadores de pequeno porte com interesse em utilizá-lo para atender a população. Esclareceu que o mercado secundário de espectro decorre da aprovação da Lei nº 11.879, de 2019, a qual definiu como importante contribuição do Congresso Nacional por aprovar o que considera a principal reforma microeconômica do setor de telecomunicações desde sua desestatização.

O convidado avaliou que o planejamento do leilão do 5G indicava que o governo vinha focando no alcance máximo possível do serviço para a população. Ressaltou que alguns desafios ainda poderiam ser considerados, no caso de indústrias avançadas, relativos às questões de latência, mas avaliou o plano positivamente.

Observou que há no mundo cerca de 1.400 cidades com 5G, tratando-se, portanto, de uma tecnologia limitada, que ainda caminha devagar. Metade dessas cidades se encontra nos Estados Unidos, na China e na Coreia, e o restante na Europa e na Austrália.

Apesar de considerar o tema como urgente, principalmente no momento pós-pandemia, defendeu ser fundamental trabalhar em processo mais amplo, contemplando não apenas um setor. Observou que o 5G aumenta a produtividade e a competitividade, mas questionou esse efeito diante da necessidade de conhecimentos relacionados para se obter o melhor uso dessas tecnologias e sublinhou que ninguém usa 5G sozinho. Avaliou que só deverá utilizar 5G quem estiver bem estruturado, em áreas como *big data*, dados estruturados e não estruturados e internet das coisas, ou seja, será preciso ter os equipamentos preparados, nas casas, nas cidades e nas empresas, sendo necessário haver capacidade de comunicação e de utilização de técnicas de inteligência artificial.

Explicitou que, há três anos, ainda não existia uma interface do usuário capaz de ser bem aplicada à inteligência artificial, sendo que, atualmente, já existem oito tecnologias de fácil utilização por parte de qualquer pessoa, em áreas como reconhecimento de faces e reconhecimento de documentos, havendo previsão de que sejam desenvolvidas, nos próximos 2 anos, cerca de 25 novas tecnologias de inteligência artificial.

Previu, dessa forma, que, em curto espaço de tempo, haverá uma revolução quanto ao uso correto dessa comunicação. Salientou que as consequências se dão sobre o usuário e que o usuário atual é diferente do usuário de 20 anos atrás, apresentando faixa etária mais longa e perfil multigênero e multinegócios. Disso decorre a necessidade de tecnologias abundantes, de acordo com diferentes perfis de consumidor, bem como de flexibilidade na abertura de tecnologias.

O convidado discorreu sobre as chamadas cidades inteligentes, sustentáveis e resilientes. Mencionou, por exemplo, a possibilidade de os órgãos de defesa civil contarem com bons equipamentos de transmissão de dados em tempo real para mitigar os problemas existentes em caso de chuvas fortes. Para ele, cidades inteligentes vão além da instalação de semáforos otimizados ou da identificação de pessoas em locais privilegiados.

Na área de saúde, mencionou a possibilidade, utilizando-se o 5G, de se fazerem operações em lugares remotos. Observou que essas tecnologias têm ficado cada vez mais baratas, de modo que o SUS será fortemente impactado pela sua aplicação. Também será possível trabalhar melhor a jornada do paciente com acesso em tempo real, inclusive remotamente.

Avaliou que a implantação do 5G vai além da tecnologia, já que significa conectar, com segurança e dentro de padrões de sustentabilidade, a indústria, os cidadãos, as cidades e os sistemas produtivos. Como desafios para tanto, apontou a infraestrutura, a realocação de frequências utilizadas e a regulação. Sustentou que a homologação da infraestrutura de antenas não é questão trivial, sendo fundamental um sistema de integração nacional.

Quanto à regulação, sublinhou a existência de questões relativas ao trabalho em tempo real e à tomada de decisões, que deverão ter impactos sobre a área de robótica autônoma. Salientou que a robótica autônoma não substitui o trabalho humano, porque funcionam paralelamente. Destacou estimativa de que, dos 3,5 bilhões de pessoas que têm algum tipo de contrato de trabalho, pelo menos 1 bilhão ocupe profissões que não existiam há dez anos, sendo esperado que, em um período de seis anos, metade de toda a formação de pessoas para o mundo de trabalho seja modificada, o que representa um grande desafio.

No tocante aos desafios para a área de educação e formação para o mundo do trabalho, apontou a dificuldade de mudar o processo, observando que não se trata de simples mudança do meio analógico para o meio digital. Em sua visão, o processo conta com dois pilares: tecnologia e professores, sendo que a facilidade e a baixa latência proporcionadas pelo 5G facilitarão o trabalho. Advertiu, contudo, para a necessidade de o professor estar preparado para falar em vídeo e contar com roteiro pedagógico e didático para conduzir sua aula.

O orador pontuou que, nas redes sociais, não se fala em “apresentador”, mas em “influenciador”. Defendeu que o professor, em aula não presencial, deve ser um influenciador. Isso leva à necessidade de se mudarem os métodos de ensino

e itinerários de formação. Observou que, para segurar o aluno em sala de aula, o professor precisa ter eloquência, usando táticas como exaltar um pouco a voz ou se movimentar, mas, no vídeo, não é possível usar essas ações. Isso faz com que as aulas precisem ser mais curtas, demandando itinerários de formação distintos.

O debatedor mencionou que, na região de Boston, nos Estados Unidos, existem aproximadamente 600 mil brasileiros trabalhando como técnicos e muitos deles queriam formações não presenciais do Brasil, em português, em modo híbrido, já que os testes práticos seriam feitos em máquinas e equipamentos nos Estados Unidos. Em sua avaliação, esse modelo de formação deve se tornar possível com o 5G no Brasil, já que as aulas não presenciais podem ser feitas a distância. No entanto, registrou que as aulas presenciais técnicas ainda serão necessárias, de modo que os equipamentos deverão existir em cada região. Comentou que existe a possibilidade de simulação de equipamentos, mas que se trata de recursos preexistentes, que não teriam muito a ver com o 5G, mas com a programação do itinerário de formação.

Advertiu para a necessidade de preparar o professor para os novos processos didático-pedagógicos, apontando que, no modelo tradicional, 70% dos jovens desistem ao final do ensino fundamental, sendo o desafio ainda maior no sistema não presencial, o que demandará novos métodos.

Quanto ao novo ensino médio, alegou que o desafio é ampliar o número de alunos formados para o mundo do trabalho, o que deve se tornar possível com a possibilidade de novos modelos de formação proporcionados pelo 5G. Assegurou que, na área da indústria, novos modelos de formação de mão de obra têm sido implantados em áreas como segurança de dados e segurança cibernética. Lamentou que, embora existam diversas vagas abertas, nem sempre há pessoas preparadas para entrar na indústria, especialmente em áreas que envolvam programação. Observou que, no mundo moderno, é fundamental dominar a linguagem de programação desde a escola, assim como tradicionalmente sempre foi necessário dominar a língua materna e as operações básicas de matemática.

O orador advertiu que ainda não se sabem exatamente as consequências da alta disponibilidade de tecnologia nem a demanda exata que deve ocorrer em curto espaço de tempo. Reiterou, todavia, a necessidade de formação de professores e a habilitação de novos conteúdos programáticos em escala distinta dos conteúdos presenciais.

Jair Aguiar Souto, vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM)

O convidado, prefeito de Manaquiri/AM, iniciou sua intervenção destacando a especial importância do tema para a região Norte do Brasil, sobretudo no período pós-pandemia e por causa das questões climáticas.

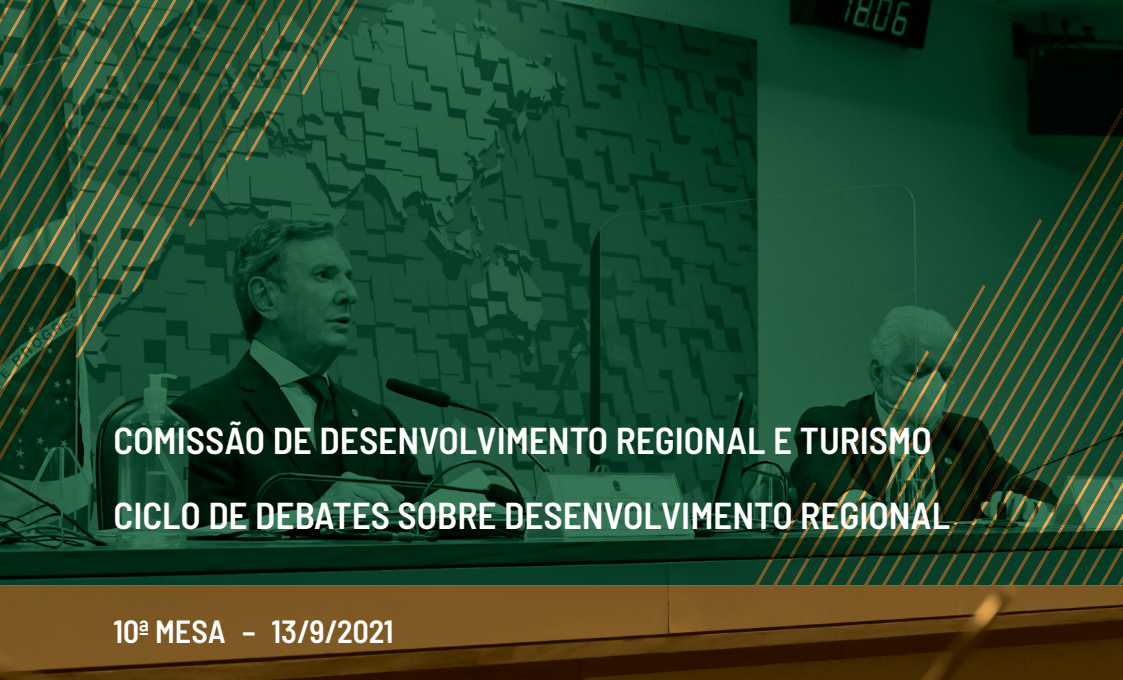
Ressaltou que, embora o leilão do 4G tenha ocorrido em 2012, mais de mil municípios brasileiros, em 2021, ainda não têm acesso à internet, e, na iminência de realização do leilão do 5G, mais de 45 milhões de pessoas também não, sendo 10 milhões na região Norte.

Defendeu que o edital do leilão do 5G seja bem planejado para garantir que o serviço chegue aos brasileiros, que dele necessitam tanto pelo aspecto econômico-financeiro, diante do que representa em termos de tecnologia e inovação, quanto pelo aspecto social. Observou que a região Norte detém extensa fronteira seca, onde há grandes dificuldades, sobretudo pela presença do crime organizado e do tráfico, que causam grandes transtornos para os habitantes tanto da região como de todo o Brasil.

Defendeu a implementação do FUST, de modo que os municípios tenham acesso a financiamentos e possam implantar políticas e estruturas públicas para assegurar à população acesso à saúde e, em especial, à educação, tendo em vista a necessidade de as crianças se formarem e se prepararem.

Manifestou as preocupações da CNM com questões como o marco regulatório, a simplificação e a desburocratização do processo de implementação dos serviços nas grandes e pequenas cidades. Quanto à região Norte, mencionou os impactos da pandemia de covid-19, particularmente quanto ao abastecimento de insumos como o oxigênio, tendo em vista os problemas da BR-319, dos aeródromos locais e do sistema de transporte em geral.

Classificou a internet como alternativa urgente para que a população tenha acesso a serviços importantes para o desenvolvimento econômico e social, observando que, por um lado, enquanto há uma realidade de desenvolvimento e alta tecnologia, por outro, há famílias, vilas e municípios inteiros que não contam com acesso à internet.



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

10ª MESA – 13/9/2021

I – IDENTIFICAÇÃO

10ª Mesa do 1º Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional

Finalidade: discutir o tema “Consórcios Públicos: o papel da gestão associada de serviços públicos no desenvolvimento regional”, em atendimento ao Requerimento nº 12/2020 – CDR.

II – PARTICIPANTES

1. **Wellington Dias**, governador do estado do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste;
2. **Victor Borges**, presidente da Rede Nacional de Consórcios Públicos;
3. **Wilson Paes Cardoso**, prefeito de Andaraí/BA e presidente da Federação Baiana de Consórcios Públicos; e
4. **Flávio Dino**, governador do estado do Maranhão e presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.



III – RELATO DA EXPOSIÇÃO DOS CONVIDADOS

Wellington Dias, governador do estado do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste

No início de sua participação, o governador recordou que, antes da Lei dos Consórcios, experimentou-se – com o formato de termo de cooperação, o que, segundo ele, já era uma ideia de consórcio – o Consórcio Rota das Emoções, em uma região que abrange os estados do Piauí, do Ceará e do Maranhão, compreendendo Jericoacoara, o Delta do Parnaíba e os Lençóis Maranhenses. Contou que participavam 12 municípios integrados (hoje são 14), órgãos do governo federal, como a INFRAERO e a Polícia Rodoviária Federal, e órgãos regionais. De acordo com o convidado, formulou-se um plano que hoje é executado por meio de um conjunto de ações que imprimiram novo patamar para essa região do Brasil.

Citou outro modelo originário de experiências de alguns estados, um consórcio na área do saneamento envolvendo estados e municípios, considerado pelo governador uma experiência mais avançada. Comentou que foi nesse mo-

mento que se começou a trabalhar a ideia de regulamentar, ainda no primeiro governo do presidente Lula, a Lei dos Consórcios, com o objetivo de se ter um instrumento legal. Pontuou outra experiência, as Regiões Integradas de Desenvolvimento Sustentável – RIDES – e destacou que Teresina, Timon e um conjunto de municípios da Grande Teresina formam um conselho que possui um plano de desenvolvimento integrado que faz parte do Orçamento Geral da União.

Lembrou, ainda, que, em seu primeiro mandato como governador, em 2003, juntamente com outros governadores do Brasil, criaram o Fórum dos Governadores do Nordeste, que depois ajudou na concepção do Fórum dos Governadores da Amazônia e, mais à frente, o Fórum de Governadores do Brasil, um instrumento informal em que eram trabalhadas, de forma organizada, pautas de interesse comum, mas já apontando para a necessidade de uma pessoa jurídica.

Conforme asseverou, após a Lei dos Consórcios, foi criado o Consórcio Nordeste, cujo primeiro presidente foi Rui Costa, atual governador da Bahia. O Consórcio Nordeste é composto por nove estados, com uma população de cerca de 55 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto de mais de R\$ 1 trilhão, o que garante impacto e também uma necessidade de planejamento.

Explicou que, na prática, o governo federal possui seus instrumentos regionais como o Banco do Nordeste, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), sendo que o consórcio é um instrumento dos estados.

Passou a discorrer sobre o Consórcio Nordeste, constituído, entre outras instâncias, por um Conselho Administrativo e por um órgão formado pelos governadores, que é o foro deliberativo para a aprovação de projetos e propostas de interesse comum. Citou que foi elaborado planejamento para, em 2021, trabalharem com 18 câmaras temáticas, sobre as quais tratou em seguida.

Contou que os estados-membros criaram suas previdências complementares, cada uma como uma unidade de custo, sendo que, por intermédio do Consórcio, passaram a ter uma previdência única. Trata-se da PrevNordeste, que garante a autonomia inclusive dos fundos cuja regra de aplicação tem a ver com a poupança de cada estado. Ponderou que, assim, obtiveram bons resultados nas aplicações e com a garantia da linha de fiscalização, segundo a regra das previdências.

Foi criada também uma câmara de compra conjunta do Nordeste. A respeito dela, citou uma das compras feitas, a de equipamentos para a saúde, em relação

aos quais, como foram adquiridos ao mesmo tempo, obteve-se melhor custo. Segundo o governador, tornou-se uma espécie de “registro de preço Nordeste” e o formato gerou um ganho de cerca de 23%.

Apontou a criação do Comitê Científico Nordeste para trabalhar, segundo a ciência, na área da saúde, bem como em setores como segurança e educação. O governador destacou estímulo ao conhecimento, com a presença das universidades instaladas no Nordeste, centros de pesquisa, EMBRAPA, centro de estudos do semiárido etc.

Quanto à câmara temática da área do meio ambiente, falou sobre a entrega de um produto: o Mapa Biomas Nordeste. Complementou que o objetivo é trabalhar de forma planejada nos quatro principais biomas do Nordeste: a mata Atlântica, a floresta Amazônica, o Cerrado e a Caatinga. Contou que passaram também a atuar de forma integrada em áreas como a da agricultura familiar, com foco na produção de alimentos saudáveis, cujos fundos irão permitir um investimento de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão voltado para o incremento da tecnologia para a agricultura familiar.

Falou sobre a aprovação da Câmara Técnica da Infraestrutura e Investimentos Nordeste, cujo coordenador é o governador Renan Filho. Detalhou que há uma equipe técnica com secretarias voltadas às áreas vinculadas à infraestrutura e aos investimentos públicos e privados. A partir dessa estrutura é feito um diagnóstico, a exemplo: quais são os aeroportos do Nordeste com maior potencial; quais as ligações estratégicas que precisam ser trabalhadas. Acrescentou ser necessária uma maior ligação com a Europa, considerando que já há com Portugal e com a Espanha. Falou da necessidade de voos diretos da Alemanha, de países da América do Norte, da América Central, da América do Sul. Relatou que estão sendo organizados a Aviação Nordeste e portos integrados com ferrovias, rodovias e hidrovias. O objetivo é ter um plano de longo prazo a partir desse planejamento do Nordeste.

O governador frisou que foi recentemente instalada a Câmara Técnica da Cultura, área que concentra grande potencial no Nordeste, pontuando eventos como o carnaval da Bahia, as festas juninas e os folguedos. Esse cenário deverá propiciar, em todas as áreas da cultura, um Fundo Nordeste de Cultura e, a partir daí, as condições para um plano estratégico integrado da região.

Explicou que as câmaras técnicas promovem condições de se trabalharem modelagens de atração de investimentos. Nesse sentido, contou que estiveram

na China e na Europa – onde foram recebidos pela comunidade e pelo Parlamento Europeu, além de ministros da Itália, França, Alemanha, Espanha, Portugal. Ressaltou que pactuações feitas naquela ocasião contabilizaram cerca de R\$ 140 bilhões de investimentos na região, no setor de energias renováveis, eólica e solar; nas áreas vinculadas ao agronegócio, à irrigação e ao etanol; além das áreas de transporte e de comunicação. Relatou ainda que estão trabalhando modelagens de PPPs, o Nordeste Conectado, para integrar com fibra ótica todas as cidades da região.

Destacou que o setor de energias limpas também está sendo trabalhado como estratégia de atração para o Nordeste. Segundo ele, o Brasil prevê, até 2030, a necessidade de aproximadamente 50 GW, dos quais 40 GW deverão ser produzidos na região Nordeste, o que avaliou ser de grande responsabilidade e atrativo para a região.

Respondeu a questionamento sobre se os consórcios públicos integram a administração direta de todos os entes da Federação consorciados. Disse ser uma autarquia aprovada pelas Assembleias Legislativas e explicou que cada estado faz sua contribuição e que o consórcio age como um articulador. Reiterou que os estados celebram os contratos que são fiscalizados pelo Tribunal de Contas de cada um deles.

Quanto à indagação sobre o que dificulta uma maior cooperação entre os municípios e como essa cooperação poderia ser estimulada, respondeu que seria preciso haver uma área no governo federal, como a antiga Secretaria da Articulação Institucional, como área de referência. Afirmou que a integração com o governo federal é fundamental.

Sobre se é possível atuar na melhoria dos serviços públicos, sustentou que sim. Citou que a seca que vem causando incêndios em algumas regiões do Nordeste motivou a cooperação entre os estados: o Piauí, por conta de incêndios na região do Parque Nacional Serra da Capivara, está recebendo o apoio do Maranhão, da Bahia e do Ceará. Destacou a criação, na área de segurança, da Inteligência Nordeste, com sede em Fortaleza, e a participação de todos os estados do Nordeste, da Polícia Federal, de áreas do governo federal, o que permite trabalhar melhor no combate contra o crime organizado, um desafio que ultrapassa as fronteiras dos estados. Citou também a Força Integrada Nordeste, que facilita que tanto a área civil como a militar e de bombeiros tenham condição de deslocamento mais desburocratizado entre os estados.

Corroborou com um internauta que avaliou que os consórcios públicos têm papel fundamental na gestão pública e devem ser tratados com atenção, acrescentando que é um instrumento inovador e importante tanto por parte dos municípios como por parte dos estados e que trará bons resultados em favor da população.

Por fim, mencionou câmaras técnicas nas áreas do turismo e de assistência social. Citou, a exemplo, o auxílio financeiro “órfão covid” e outra política, na área social, em que o apoio às pessoas que estão fora de programas sociais se une aos objetivos da área de educação. Finalizou afirmando que são promissoras as perspectivas para esse modelo de consórcio tanto para regiões nos estados, a partir dos municípios, como para regiões do Brasil – Nordeste, Norte, Centro-Oeste e outras.

Victor Borges, presidente da Rede Nacional de Consórcios Públicos

O convidado discorreu sobre os consórcios intermunicipais, sua realidade e seus desafios e sobre as oportunidades para incentivar e impulsionar essa ferramenta de trabalho.

Recordou que, quando se falava de consórcios, com frequência ocorria a ideia de se adquirir algo por meio de uma ferramenta que possibilitasse realizar, em conjunto, um sonho que individualmente não tinha condições de sê-lo. Assim, lembrou que, quando se dirigiam a interlocutores nos estados ou a representantes do Congresso Nacional, em nome de uma rede nacional de consórcios intermunicipais (entidade que engloba 290 consórcios intermunicipais em todo o Brasil, com quase 3 mil municípios participantes), as pessoas perguntavam: “Mas você está vendendo um consórcio de televisão, um consórcio de imóvel, um consórcio de veículo?”. Embora a ideia não fosse exatamente essa, o convidado admitiu nunca a ter repellido, pois para ele o conceito estava correto.

Explicou que, quando os municípios se reúnem, o fazem para resolver problemas, para conseguir juntos o que sozinhos teriam dificuldades de alcançar. Demonstrou, dessa forma, como nasce o propósito do consórcio público. As cidades se reúnem, discutem e procuram resolver problemas do dia a dia como, por exemplo, para onde levar o lixo doméstico que é produzido em cada uma delas; o quanto custa para o meio ambiente; o quanto custa financiar esse serviço. Nesse sentido, questionou se seria mais viável e uma forma mais respei-

tosa de lidar com o direito público somar as necessidades dos municípios do entorno e constituir uma única área depositária de todos os dejetos da região, considerando que o problema é comum a todos os prefeitos. Para o convidado, a resposta, muitas vezes, é “sim”, pois é pela via do consórcio que se consegue resolver e equacionar questões como essa.

Citou outro exemplo: quando há necessidade de compartilhar e fazer um diagnóstico das necessidades de oferecimento de consultas à população, de internações, de leitos de UTI. Essa situação se tornou evidente, lembrou o convidado, com a pandemia de covid-19 no Brasil, que obrigou a se efetivar entre os municípios e os estados um planejamento regionalizado, cotizado e integrado, para que a população fosse atendida. A pandemia, frisou o expositor, mostrou que o egoísmo, mesmo na administração pública, não é maneira inteligente de se fazer política pública, pois, se um município toma determinada medida para conter a pandemia e o município ou o estado vizinho não o faz, a pandemia continua a produzir os seus efeitos. Portanto, para atacar o vírus, ficou evidenciado que o planejamento e a ação precisam ser integrados e compartilhados. Acrescentou situação análoga com relação às ambulâncias, ao sistema de urgência e emergência e, sobre o assunto, sugeriu reconhecimento aos trabalhadores do SAMU.

Um desafio apontado pelo palestrante é a questão do novo marco do saneamento. Segundo ele, 40 milhões de pessoas no Brasil não sabem o que é tomar um copo de água potável. Questionou como superar esse problema e, nesse sentido, indagou como os municípios, com poucos recursos, com dificuldades para saldar a folha de pagamento, conseguirão realizar investimentos de alto custo para poder tratar, sanear e levar água potável para as pessoas.

Afirmou ser fundamental unir as cidades em blocos para que tenham escala e possam elaborar bons projetos tanto para fazer captação de fundos – onde há recurso nos bancos públicos – quanto para dialogar com a iniciativa privada, que vai investir, nos próximos anos, em função do novo Marco Legal do Saneamento, quase R\$ 600 bilhões no Brasil. Avaliou que, se os municípios não se organizarem em blocos, se uma cidade pequena não se tornar atrativa para o mercado financeiro através de um *pool* de municípios, o recurso não virá e o problema continuará. Para ele, cabe aos consórcios, como rede nacional, estruturar os municípios para essa oportunidade, com o advento do marco do saneamento.

Ressaltou outra situação cotidiana, que é a questão do pequeno agricultor, que muitas vezes trabalha com poucos funcionários e almeja comercializar seus

produtos, mas é impedido pela burocracia. Defendeu que o município muitas vezes deseja formalizar esse produtor, mas frequentemente não tem espaço fiscal nem mesmo para contratar um veterinário. Assim, informou que criaram, em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), alternativa que hoje abarca 1.079 municípios no Brasil. São consórcios públicos que tratam a questão da fiscalização de maneira regionalizada. Explicou que uma única equipe de veterinários vai servir ao consórcio público, certificar o produtor, e aquele que estava na informalidade passará a vender os seus produtos para um mercado não só local, mas também regional, gerando divisas, inclusive, para arrecadação entre as prefeituras.

Apontou a necessidade de se atentar para a desburocratização dos consórcios intermunicipais. Citou a Frente Parlamentar dos Consórcios no Congresso Nacional e seis assembleias nos estados que também trabalham com os consórcios. Avaliou serem necessárias legislações que apoiem os consórcios – não só a lei excepcional de 2005, que os formalizou –, que os desburocratizem; que facilitem o trabalho do parlamentar que quer alocar verba em uma região por meio dessa autarquia; e que os consórcios possam fazer diretamente essa ligação, especialmente na área da saúde.

Destacou, por fim, a questão da sustentabilidade e afirmou que não haverá espaço no mundo se a questão dos recursos não for tratada de forma compartilhada, estudando os impactos ambientais regionalizados.

Ao responder a questionamento, disse acreditar que os consórcios são, de fato, um instrumento eficiente, transparente e de honradez na aplicabilidade dos recursos públicos de uma maneira consentânea com a realidade. Respondeu também sobre a interação com os órgãos de controle e esclareceu que, em relação aos consórcios intermunicipais, o Tribunal de Contas responsável pela fiscalização é aquele onde está circunscrita a ação do presidente do consórcio. Complementou que, como a maioria são consórcios dentro de uma mesma unidade federativa, de um mesmo estado, é o Tribunal de Contas do estado que realiza essa fiscalização.

Ressaltou que a fiscalização sobre o consórcio é bastante rigorosa, porque não há, na possibilidade de reprovação das contas por um tribunal, a alternativa de uma Câmara Municipal ou de uma Câmara Legislativa dar um parecer

diferente daquele colocado pelo Tribunal de Contas. Isso faz com que a responsabilidade do gestor, pela probidade, seja ainda mais acentuada.

Destacou que tem dialogado com os tribunais, os quais têm entendido a importância alusiva dos consórcios, principalmente no que diz respeito às compras compartilhadas. Nesse sentido, lembrou que, nos países que passaram por um processo de pós-guerra – semelhante ao que os países estão passando em função da guerra biológica contra o coronavírus –, as compras públicas foram decisivas para incentivar a retomada econômica.

Frisou que, à luz da nova legislação de licitações, de compras públicas, há um capítulo especial que preconiza e incentiva as compras através de consórcios para os pequenos municípios. Municípios abaixo de 10 mil habitantes são incentivados a realizarem compras compartilhadas, através do consorciamento, exatamente para gerar maior economia para os cofres públicos e para reforçar que as compras sejam feitas dentro da regionalidade, seja dos produtores rurais, seja dos prestadores de serviço.

Sobre a relação dos consórcios com os Ministérios, afirmou que esse mecanismo tem sido bastante utilizado, seja quando os órgãos tomam conhecimento da oportunidade de se fazer “mais com menos”, seja quando há necessidade de se alocar um recurso público para uma regionalidade, por conta do esgarçamento do orçamento público em nível federal ou estadual. Citou que o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) têm criado editais para chamamento de programas para consórcios.

Por fim, disse esperar que o Ministério do Turismo também possa acelerar essa relação de atendimento aos consórcios, pois não existe turismo de um só município. Em relação ao Ministério da Saúde, afirmou que os consórcios dessa área prestam um serviço de mais de 20 anos para a saúde pública brasileira, mas os seus dados ainda não são computados como tal pela linha orçamentária do Ministério. Sobre a questão, avaliou ser este o desafio: reconhecer e desburocratizar para que o parlamentar possa colocar, diretamente, o recurso naquela área que deseja para o consorciamento, para os municípios consorciados.

O convidado destacou, de início, a importância dos consórcios, especialmente para municípios de pequeno porte, fundamentais para o desenvolvimento regional. Como prefeito de Andaraí, cidade localizada na Chapada Diamantina, onde, segundo ele, o turismo tem avançado, destacou o Consórcio Chapada Forte, com 50 municípios consorciados, todos de pequeno porte, que vivem, na sua maioria, de repasses de fundos constitucionais, sem grandes receitas próprias ou *royalties*, e que enxergam, por meio dos consórcios, condições de desenvolverem a região.

Ponderou que muito se discute sobre o desenvolvimento regional do turismo, mas faltam políticas públicas direcionadas, por meio dos Ministérios, para que os recursos cheguem ao seu destino. Citou que, por meio dos consórcios, é possível desenvolver o turismo de maneira que se possam organizar, a exemplo, calendários festivos, assim como fazer pavimentações asfálticas entre os municípios que têm potencial turístico, para que o desenvolvimento chegue com maior velocidade e, assim, o turista passe mais tempo na região.

Defendeu repasses diretos, por meio de emendas parlamentares e de bancada, aos consórcios públicos, o que imprimiria mais celeridade na aplicação dos recursos. Ressaltou a importância da Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) e avaliou que deve ser ampliada, para que dê mais celeridade às licenças de meio ambiente, assim como também devem ser ampliados os recursos de infraestrutura. Segundo ele, municípios pequenos, com pouca receita, dependem desse entendimento para que a região tenha um desenvolvimento mais acelerado.

Registrou, por fim, sua vontade de ver as Parcerias Público-Privadas (PPP) integrando o consórcio. Reforçou a importância desse fundo oriundo de PPP para que se possam fazer parcerias públicas por meio de recursos privados. Avaliou que atualmente há maior conscientização das políticas por meio de consórcios públicos e que se pode avançar ainda mais nas licitações de medicamentos e de materiais na educação. Para ele, está sendo desenvolvido todo o potencial que o consórcio público pode trazer de benefício aos municípios.

Flávio Dino, governador do estado do Maranhão e presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal

O convidado iniciou sua participação chamando a atenção para a importância do atual momento, considerando que o País demanda união e providências práticas, tendo em vista a gravidade da crise multidimensional – abrangendo não só aspectos sanitários que foram dramaticamente agudizados, mas também aspectos socioeconômicos.

Observou que a experiência do Consórcio Amazônia Legal se aproxima da narrativa apresentada pelo presidente do Consórcio Nordeste, governador Wellington Dias, pois são consórcios praticamente contemporâneos, nascidos nos fóruns regionais de governadores.

Informou que, por força de disposições legais, integram a região da chamada Amazônia Legal os estados da região Norte, além do Maranhão e do Mato Grosso. Pontuou que, em sua origem, o Consórcio Amazônia Legal nasceu com a marca da temática ambiental, uma vez que há uma demanda crescente sobre o País acerca da temática da Amazônia, tendo em vista que ela integra o âmbito de soberania do Estado brasileiro. Ponderou que há, também, um legítimo interesse internacional, em razão da chamada segurança climática. Nesse cenário, reiterou que o Consórcio Amazônia Legal tem como temática prioritária a questão ambiental, o que os tem levado a participar de vários fóruns nacionais e internacionais.

Passou a discorrer sobre a articulação entre o Consórcio e o Conselho da Amazônia Legal, presidido pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão. Disse que os governadores do consórcio participam do diálogo com o Conselho da Amazônia Legal, em torno, por exemplo, do debate sobre o combate a queimadas ilegais, o desmatamento e a regularização fundiária. O Consórcio acaba atuando, desse modo, como um interlocutor regional com as autoridades federais que tratam do assunto.

Destacou resultado efetivo de captação de recursos, quando de um debate acerca da destinação de verbas oriundas da Operação Lava Jato. Segundo o governador, houve intervenção do Consórcio junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), tendo como relator o ministro Alexandre de Moraes, e os estados-membros obtiveram a destinação de recursos que estão sendo, desde antes da pandemia, extremamente úteis em ações concretas, em todos os estados

da Amazônia. Explicou que houve pactuação com o Poder Judiciário e com o Poder Executivo federal, e obtiveram um acordo entre os estados, mediado pelo Consórcio, em que estes receberam recursos proporcionalmente aos seus biomas protegidos, às suas unidades de conservação, à sua população. Disse que esses recursos têm sustentado, há mais de dois anos, programas de valorização e proteção de parques e de combate a queimadas, em todos os nove estados da Amazônia Legal. Considerou ser esse o primeiro exemplo virtuoso que objetivava assinalar.

O segundo ponto diz respeito à apresentação, pelo Consórcio, do plano de captação de recursos, o Plano de Recuperação Verde (PRV). Segundo o governador, trata-se de um paradigma de transição para a economia verde no Brasil, fruto de elaboração conjunta da inteligência dos aparatos funcionais dos nove estados. Explicou que há uma formulação teórica, uma carteira de projetos e um trabalho conjunto dos nove estados-membros, articulados pelo Consórcio, visando à apresentação do Plano de Recuperação Verde, em fóruns nacionais e internacionais.

A exemplo, referiu-se à recente reunião havida com o secretário John Kerry, assim como com representantes da Leaf Coalition, liderada pelos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido e por mais de 200 empresas. Lembrou que o Consórcio funciona como um interlocutor da região, visando à captação de recursos para que haja o aporte de políticas públicas em quatro eixos fundamentais: o freio ao desmatamento ilegal, que requer também ações de regenerações florestais; a produção sustentável e bioeconomia; a tecnologia verde e inovação; e a infraestrutura verde.

Reiterou que se trata de um trabalho coletivo do Consórcio, visando haver uma aproximação entre os compromissos internacionais plasmados em pactos também internacionais com aquilo que, efetivamente, faz parte do dia a dia da vida dos 30 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia brasileira.

Disse acreditar que esses exemplos demonstram quão virtuosa é essa ideia dos consórcios. Destacou a existência de consórcios na área de saúde em vários estados e relatou que o Maranhão lidera um consórcio na área de resíduos sólidos, na região metropolitana de São Luís, visando à destinação adequada. Informou tratar-se de um consórcio híbrido, com estados e municípios. Avaliou que, no caso dos municípios, há mais antiguidade, uma estrada mais consoli-

dada, sendo que, para os estados, é uma experiência ainda nova, uma vez que foi atravessada pela pandemia.

Revelou que o Consórcio Amazônia Legal não se reúne presencialmente desde março de 2020, mas são realizadas reuniões virtuais, o que, para ele, dificulta a efetivação de ações. Nesse sentido, citou que havia uma agenda de compras conjuntas, a qual acabou se diluindo em face da premência derivada da pandemia.

Comentou que, quando se desconta um ano e meio de pandemia, esses consórcios, o da Amazônia Legal e o do Nordeste, têm menos de um ano de tempo líquido de funcionamento. Ressaltou, porém, que, com essa configuração, é possível afirmar que os consórcios vieram para ficar. Argumentou que não se tem notícia de governador questionando a importância dos consórcios como um mecanismo de potencialização, de otimização dos recursos públicos, de iniciativas conjuntas e de organização mais adequada de despesas públicas.

Respondendo a pergunta sobre o que poderia ser feito para estimular os consórcios, disse acreditar que é uma questão de liderança nacional. Explicou que uma federação é um exercício de autonomias e de descentralização, mas também, umbilicalmente, a federação exige coordenação, é preciso que haja um eixo. Para ele, o Senado, por sua natureza de casa de representação da Federação, pode ser o eixo estruturante desse movimento dos consórcios dos estados e dos municípios, a fim de que eles tenham maior apoio.

Propôs avançar no tema dos fundos regionais de desenvolvimento, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FNE, FNO, FCO). Nesse âmbito, sugeriu discussão em torno de legislação de fomento em que os consórcios possam também ser captadores desses recursos, uma vez que atualmente estão atribuídos exclusivamente à iniciativa privada. Ponderou ser importante que haja essa ação de fomento, mas que, pelo menos, os consórcios possam apresentar projetos. Esclareceu não se tratar de cota, mas de terem legitimidade para apresentar projetos que serão tecnicamente analisados.

O governador argumentou que seria uma questão de remover uma vedação legal e não de garantir que necessariamente os consórcios recebam. Para ele, pode-se remover uma proibição ou inserir entre os beneficiários ou potenciais beneficiários desses recursos os projetos dos consórcios. Frisou que, no

Nordeste, no Centro-Oeste e nas demais regiões, há um acervo, um portfólio bastante significativo de projetos que poderiam ser financiados e, com isso, o federalismo cooperativo horizontal ser fortalecido. Explicou que há o federalismo cooperativo vertical, constante dos arts. 23 e 24 da Constituição, mas que há essa cooperação federativa horizontal, que merece ser mais estimulada, inclusive à vista da grande dimensão territorial do País.

Respondendo a questionamento, informou que o órgão de controle no caso do Consórcio Amazônia Legal é o Tribunal de Contas do estado onde se encontra a sede do consórcio interestadual – anteriormente era o Tribunal de Contas do estado do Amapá –, sendo que, em 2022, será o Tribunal de Contas do estado do Maranhão.

Sobre a participação do MDR junto aos consórcios, lembrou que citou a existência de importante diálogo com o Conselho da Amazônia Legal, mas não com o MDR. Esclareceu que não houve iniciativa organizada, salvo com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), autarquia que integra o MDR, que está fazendo visita aos estados e sempre se reportando ao Consórcio da Amazônia.



I – IDENTIFICAÇÃO

11ª Mesa do 1º Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional

Finalidade: discutir o tema “Programa SPU+: iniciativas para o biênio 2021-2022 e seus desdobramentos sobre estados e municípios”.

II – PARTICIPANTES

1. **Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos**, secretária da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia;
2. **Welliton Saulo da Costa**, diretor de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina; e
3. **Karla Christina França**, analista de Planejamento Territorial da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

III – RELATO DA EXPOSIÇÃO DOS CONVIDADOS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos, secretária da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia

A convidada informou que iria tratar do planejamento da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU) para o biênio 2021 e 2022, comentando sobre suas estratégias e diretrizes.

Disse que a SPU, vinculada à Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia (SEDDM), foi criada há 167 anos e é responsável por gerir e manter o patrimônio da União.

Comentou que os imóveis da União são classificados segundo três lógicas: bens de uso especial, bens dominiais e bens de uso comum do povo. Os bens de uso especial incluem os edifícios públicos federais, de todos os Poderes, mesmo os cedidos a estados e municípios, bem como unidades de conservação e terras indígenas. Os bens dominiais são terrenos interiores, como terras devolutas e imóveis recebidos, além de terrenos de marinha, acrescidos das ilhas. Os bens de uso comum do povo, por sua vez, incluem rios federais, mar territorial, praias, calçadas, praças, ruas e parques.

Disse que a Secretaria administra aproximadamente 716 mil imóveis, sendo 92% deles – 660.114 unidades – de bens dominiais, no valor aproximado de R\$ 213 bilhões; os 8% restantes, 54.811 unidades, referem-se aos de uso especial, no valor aproximado de R\$ 1,1 trilhão, totalizando um patrimônio em torno de R\$ 1,3 trilhão.

Esclareceu que o Programa SPU+ propõe fazer uma transformação institucional da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União e consiste em: alinhamento na lógica de governança e *compliance*, com processos de colegiados envolvendo as unidades descentralizadas; inovação tecnológica; alinhamento às diretrizes estratégicas do Ministério da Economia e da SEDDM, quais sejam, racionalização dos bens, regularização fundiária e alienação; e modernização normativa, que também envolve consolidação da esparsa legislação patrimonial.

Pontuou que todas as questões estarão focadas no negócio, com processos robustos e seguros, para aproveitamento do potencial dos ativos da União.

Ressaltou que a governança inovadora visa enfrentar o descompasso com os objetivos estratégicos de governo; as decisões concentradas nas superintendências; as informações fragmentadas e desarticuladas; as iniciativas desconexas e inacabadas; além da baixa capacidade operacional. E propõe planejamento orientado a entregas consistentes em 2021 e 2022; estruturação de cadeia decisória de colegiados centrais, *compliance* e transparência; modelo integrado de informações, que dê valor para decisões estratégicas; foco em resultados relevantes, em cronogramas e metas exequíveis; e disponibilização de meios tecnológicos e capacitação.

Disse que os colegiados devem trabalhar a governança para entender o que acontece em todas as unidades da Federação e estruturar a cadeia decisória. A partir de agosto de 2022, a SPU terá portarias conjuntas, assinadas pelo Ministério da Economia e pela CGU, de forma a criar um *compliance* de governança.

Informou que, no *site* do Ministério da Economia, de forma transparente, constam todas as destinações, em toda a Federação; e todas as decisões colegiadas e atas são divulgadas ao público sobre onde estão indo as destinações patrimoniais.

Reiterou que antes as informações eram fragmentadas e desarticuladas, mas que atualmente há um modelo integrado de informação para decisão estratégica com a visão de toda a Federação.

Destacou que, na gestão de ativos imobiliários, a SPU tem trabalhado o patrimônio da União como indutor do desenvolvimento, buscando que a venda e a alienação dos imóveis ativem a economia local.

Conforme discorreu, a SPU criou também, juntamente com a Secretaria Especial, fundos de investimento imobiliário, com implementação de cestas de imóveis, atuando também na Bolsa de Valores do Brasil (B3) e na Comissão de Valores Mobiliários, com pilotos no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais. A expectativa é de que até fevereiro de 2022 se consiga avançar mais nessa questão.

Disse que o Plano Estruturado para Desenvolvimento de Negócio da SPU prevê priorizar o uso da Proposta de Aquisição de Imóveis (PAI) como ferramenta importante de alienação, com transparência.

Para isso, segundo ela, a Secretaria programou realizar feirões de imóveis, que aumentam a visibilidade do potencial de negócios da SPU. Comentou que o primeiro aconteceu no Rio de Janeiro e que, até o final de 2021, já estão programados outros para São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Esclareceu que simultaneamente será estudada a modernização da legislação patrimonial e dos processos de avaliação dos imóveis da União.

Explicou que a PAI consiste em nova ferramenta da Lei nº 14.011, de 2020, que inverte a lógica da venda. Pelo procedimento padrão, a União define o imóvel, faz a avaliação e o licita. Pela PAI, o mercado aponta o ativo de seu interesse, podendo fazer a avaliação, se ela não existir e se for autorizada pela SPU, que homologa o processo, segundo critérios e portarias que o regulamentam. Quem pagou pela avaliação pode exercer o direito de preferência ou optar por ser ressarcido do custo. E tudo acontece virtualmente.

Segundo ela, a PAI possui a vantagem de inverter a dinâmica de avaliação do imóvel, reduzir a burocracia no processo de alienação, processar tudo *on-line* e proporcionar melhor relação entre mercado imobiliário e administração.

Mostrou quadro comparativo entre o processo de alienação tradicional e a nova modalidade, PAI, implementada desde meados de agosto de 2021. De agosto a dezembro de 2020, pela alienação padrão, houve 47 editais, que perfaziam valor total previsto de R\$ 151 milhões. Eram 162 imóveis ao todo, e foram vendidos 48, pelos quais se arrecadaram R\$ 64 milhões, o que correspondeu a 19% de ágio, pois estavam licitados por R\$ 54 milhões. Para 110 imóveis, a licitação foi deserta; para os 4 restantes, fracassada.

De março a julho de 2021, pelo procedimento padrão, foram vendidos, por R\$ 54 milhões, 17 imóveis, cujo valor licitado era de R\$ 50 milhões, 9% de ágio, portanto; houve 31 editais para alienação de 62 imóveis, cujo valor totalizava R\$ 1,121 bilhão, mas cuja licitação foi deserta; 2 editais, para alienação de 2 imóveis, no valor de R\$ 21 milhões tiveram licitação fracassada e outros 9 editais, cuja finalidade era alienar 9 imóveis a um valor de R\$ 364 milhões, foram suspensos.

Entre agosto e setembro de 2021, pela nova modalidade, foram vendidos 9 imóveis por R\$ 89 milhões, com 67% de ágio em relação ao valor licitado de R\$ 53 milhões. Houve um edital deserto, relacionado a um imóvel no valor de R\$ 1 bilhão, além de 6 editais suspensos para 6 imóveis, cujo valor totalizava R\$ 32 milhões.

Em sua opinião, o potencial da PAI é demonstrado pelos valores alcançados entre agosto e setembro de 2021, pois, nesse período, o valor colocado para alienação totalizava R\$ 88 milhões e foram arrecadados R\$ 89 milhões, enquanto, entre março e julho de 2021, pelo procedimento tradicional, do R\$ 1,558 bilhão inicial colocado para alienação, foram arrecadados R\$ 54 milhões.

Informou que a SPU está implementando mudanças também no regime de aforamento das taxas patrimoniais, que consiste em a União repassar 83% do domínio útil de imóvel de sua propriedade a terceiro, que fica obrigado a pagar

o,6% do valor do terreno anualmente. De forma totalmente digital, o foreiro, por avaliação massificada e atendimento digital via SPUApp, e não mais por análise do enquadramento e avaliação individualizada, terá direito de comprar os 17% da União e ficará isento do foro anual.

Disse que a remição do foro já foi iniciada no Rio de Janeiro, em Copacabana e no Leme, e que há nova proposta de trecho do Flamengo. A partir de dezembro de 2021, a remição será estendida a São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo e Pernambuco, com previsão de alcançar todo o território nacional até março de 2022.

Informou que a Portaria SPU/ME nº 11.327, de 2021, alterou o limite da remição de foro de R\$ 250 mil para até R\$ 1 milhão e que há propostas sendo discutidas para simplificação do laudêmio.

Apontou que as linhas de ação prioritárias da SPU são: Proposta de Aquisição de Imóveis (PAI); remição do foro; regularização fundiária; fundos imobiliários e feirões de imóveis.

Em seguida, a palestrante resumiu as entregas realizadas até o momento pela SPU. Destacou a implantação do Regime Especial de Governança, com apreciação colegiada e qualificada de 45 destinações deliberadas no novo modelo, desde 28 de julho de 2021, com acompanhamento e *compliance*. Falou da simplificação da remição de foro de forma *on-line*, que alcançou 300 mil imóveis de foreiros, sendo 4.137 pelo projeto piloto no Rio de Janeiro, com arrecadação estimada em R\$ 165 milhões. Citou também outras 163 remições já realizadas, que totalizaram R\$ 3,73 milhões, até 20 de setembro de 2021, e mais outras 53 em processamento, com remição potencial de R\$ 1,55 milhão. Apontou a realização do feirão de 168 imóveis do governo federal em 27 de agosto de 2021 e comentou a transferência de área para entrega de títulos a 5 mil famílias em Paranaguá, no Paraná, como solução para a regularização fundiária em áreas urbanas consolidadas.

Ressaltou também a entrega da Barragem de Taió, no estado de Santa Catarina, em torno de R\$ 265 milhões, prevista para 1º de outubro de 2021.

Disse que a SPU está trabalhando para entregar mais quatro barragens, questão importante para a defesa civil e para a segurança hídrica em Santa Catarina, além de favorecer também os pequenos produtores de arroz do estado. Informou que essas quatro barragens correspondem à transferência de patrimônio de quase R\$ 900 milhões.

Apresentação da sra. Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

SPU

Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Senado Federal

20 de setembro de 2021

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
BRASIL
www.economia.gov.br

Quem é a SPU

Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - SPU

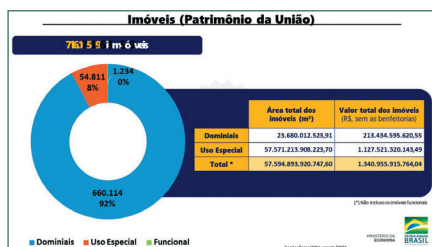
- Criada há 167 anos
- Administra hoje mais de 700 mil Imóveis
- Atualmente, órgão do Ministério da Economia vinculado à Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados (SEDDM)

Responsável por gerir e manter o Patrimônio Imobiliário da União:

Bens de Uso Especial (BUE):
Edifícios públicos federais (inclusive de outros poderes federais) e cedidos a estados e municípios, unidades de conservação, terras indígenas.

Bens Dominais:
Terrenos interiores da União (terras devolutas, imóveis recebidos), terrenos de marinha (defrontantes ao mar), marginais (defrontantes aos rios federais navegáveis) e seus acessórios, utilizados por particulares ou vagos.

Bens de Uso Comum do Povo (BUC):
Rios, Federais, mar territorial, praias (genúinos)
Calçadas, praças, ruas, parques (afetados mas ocupando área da União)



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
www.economia.gov.br

Gestão de Ativos Imobiliários

Plano Estruturado para Desenvolvimento de Negócios

- Patrimônio da União como indutor de desenvolvimento
- Implantação de Cestas de Imóveis - Fundos de Investimento Imobiliário (Pilotos em RJ, SP e MG)
- Fomento ao desinvestimento - Priorizar uso da PAI como ferramenta de transferência
- Realização de Feirões de Imóveis - aumento da visibilidade do potencial de negócios SPU
- Modernização de normativos e processos de avaliação de imóveis

Proposta de Aquisição de Imóveis - PAI

O que é?

- Principal inovação da Lei 14.011/2020
- Inverte a lógica de venda de imóveis
- Mercado aponta o ativo de seu interesse
- 100% on-line

Com a PAI

- União define o imóvel
- Avalia
- Licitatio

Vantagens:

- Inversão na dinâmica da avaliação do imóvel;
- Redução da burocracia no processo de alienação;
- Procedimento on-line via sistema próprio;
- Melhor relação entre mercado imobiliário e a administração.

Proposta de Aquisição de Imóveis - PAI

	2020		2021	
	Alotação	Alotação	Alotação	Alotação
	Interno e Externo (Presencial)	Agência e Desinvestimento (Presencial - CPL)	Mercado e Feirões (CPL)	Agência e Feirões (CPL)
Vendido				
Edifícios	21	21	10	8
Outros imóveis	6	6	17	9
Valor Licitado R\$	54.070.262,15	54.070.262,15	50.027.453,34	53.479.240,82
Valor Realizado R\$	14.395.522,11	14.395.522,11	54.044.396,78	80.375.340,27
Agilidade	18%	18%	8%	67%
Deserto				
Edifícios	22	22	31	31
Outros imóveis	29	110	62	1
Valor R\$	94.728.119,59	1.121.807.749,95	3.194.000,00	-
Fracassado/ Desistência				
Edifícios	4	4	2	2
Outros imóveis	4	4	21.615.000,00	-
Valor R\$	2.821.434,08	2.821.434,08	21.615.000,00	-
Revogado/ Suspensão				
Edifícios	-	-	9	6
Outros imóveis	5	5	9	5
Valor R\$	-	-	364.940.681,75	32.825.575,57
Total				
Edifícios	47	47	56	15
Outros imóveis	100	102	90	35
Valor R\$	151.619.816,42	1.558.190.887,04	87.498.836,39	-

Regime de Aforamento - Taxas Patrimoniais

- Regime de Aforamento ou Enfitéutico: É o regime pelo qual a União repassa o domínio útil (83%) de imóvel de sua propriedade a terceiro, denominado foreiro, permanecendo o domínio direto (17%) com a União.

Foreiro

83%

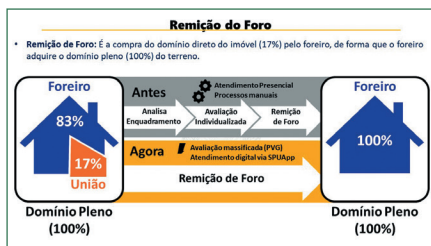
Domínio Pleno (100%)

União

17%

Pagamento de Taxas Patrimoniais pelo Foreiro

- Foro anual (0,6% do valor do terreno)
- Laudêmio exigido na venda do imóvel (5% do valor do terreno)



Remição do Foro

Próximos Passos

Novos trechos

- SP, SC, ES e PE: Dezembro/2021
- RJ: Nova proposta para o trecho do Flamengo

Alteração do limite de R\$ 250 mil

- Divulgação da Portaria SPU/ME Nº 11.327, publicada hoje, que estabelece o valor limite de remição de foro em até R\$ 1.000.000,00.

Simplificação do Laudêmio

- Proposta em discussão



Projetos Prioritários

PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS (PAI)

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

FEIRÕES DE IMÓVEIS

REMIÇÃO DO FORO

FUNDOS IMOBILIÁRIOS

BRASIL



Entregas Realizadas

Governança
Implantação de Regime Especial de Governança, com apreciação colegiada qualificada das destinações da SPU. Desde 28/julho, 45 destinações deliberadas no novo modelo com acompanhamento e compliance.

Simplificação da Remição de Foro de forma online
Alcance de 300 mil imóveis de foreiros.
Piloto no RJ contando com 4.137 imóveis e arrecadação estimada em R\$ 165 milhões.
Até 30/09, 163 remições foram realizadas, totalizando R\$ 3,73 milhões. Outras 53 remições estão em processamento (pagamento DARF) com remição potencial de mais R\$ 1,55 milhão.

Realização de Feirões de Imóveis SPU
Realizado em 27 de agosto, com 168 imóveis do governo federal apresentados.
Divulgação da modalidade de Proposta de Aquisição de Imóveis (PAI)

Solução para Regularização Fundiária em áreas urbanas consolidadas
Transferência de área para Entrega de títulos a 5 mil famílias em Paranaíba/PR

Welliton Saulo da Costa, diretor de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina

O convidado reforçou a importância do trabalho da SPU para o estado de Santa Catarina no que diz respeito ao desenvolvimento da segurança hídrica, que relacionou a três barragens, e à produção de arroz no sul do estado, vinculada a duas outras barragens. Disse que a segurança hídrica é afetada à Defesa Civil do estado de Santa Catarina e a produção de arroz concerne à Secretaria da Agricultura e Pesca.

Para ele, há dificuldades a serem vencidas em cada barragem, mas o trabalho da secretária do governo federal, Fabiana Magalhães, tem contribuído de maneira significativa na coordenação da questão junto à Secretaria de Governo da União.

Em sua opinião, a doação da Barragem de Taió, com a transferência da titularidade para Santa Catarina, permitirá ao estado gerir a barragem integralmente, fazendo a manutenção dos contratos que ela impõe. Quanto às demais barragens, reiterou a necessidade do apoio da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União.

Destacou a importância da assinatura dos contratos para que o estado de Santa Catarina receba o título de regularização dessas barragens e frisou a necessidade de superar alguns entraves na Barragem Norte, do município de José Boiteux, relacionados à existência de dificuldades com os indígenas. Informou que parte desse assunto está encaminhada e crê que, em breve, haverá solução efetiva para os aspectos citados.

Karla Christina França, analista de Planejamento Territorial da Confederação Nacional de Municípios (CNM)

A convidada disse que os avanços da Secretaria de Gestão do Patrimônio são muito importantes para os governos locais, pois as políticas públicas, cada vez que incidem sobre imóveis da União, trazem benefícios não só à própria União, mas também aos governos municipais, pois significam possibilidade tributária de IPTU e ISS.

Acrescentou que há número considerável de municípios com imóveis da União, e esses bens são estratégicos do ponto de vista da gestão pública.

Segundo ela, a alienação de imóveis da União é estratégica também por promover regularização fundiária e arrecadação direta para os cofres públicos municipais. Além disso, otimiza os recursos relacionados à locação de imóveis da União no município.

Aliado ao que chamou de guarda-chuva de possibilidades, acredita que o programa SPU+ traz o desafio de essas modernizações chegarem de fato à gestão pública local, sobretudo em 2021, em razão da recente renovação dos quadros municipais.

Destacou a gestão das praias como ativo que parte significativa dos municípios possui – 295 deles. Comentou que há um esforço do governo federal em relação às praias marítimas e alertou a Confederação Nacional de Municípios sobre a necessidade de celeridade também nos procedimentos para as praias

de classificação não marítimas, que podem abranger mais de 2 mil municípios e dar-lhes maior capacidade de gestão e economia, com incremento das atividades culturais e turísticas. Acredita que essa questão esteja em negociação em nível mais avançado dentro do governo federal.

Considera importante também a capacitação dos municípios que manifestarem vontade de gerir os espaços de orla. A capacitação existe, mas acredita ser possível melhor diálogo com os gestores locais sobre os mais adequados instrumentos de promoção dessa capacitação.

Por fim, apontou que os imóveis da União para a gestão pública municipal fora das capitais são um desafio para quem está na ponta, sobretudo em relação às novas normas, que significam o que chamou de “imenso guarda-chuva para os gestores”. O programa SPU+ possui capilaridade imensa em termos de recursos para os municípios, mas, em sua opinião, é necessário avançar na comunicação, para que essas possibilidades cheguem de forma mais célere aos gestores locais, que terão as melhores opções, dentro das suas realidades, para melhor realizar o que o programa permite. Entende que eles sempre poderão contar com o acompanhamento das SPUs dos estados, que são grandes parceiras dos municípios.